



DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
António João Rodeia Machado
Manuel Alves de Oliveira
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas. Deu-se conta da entrada na Mesa das propostas de lei nº 26 a 29/VIII, da proposta de resolução nº 31/VIII e dos projectos de lei nº 208 a 210/VIII.

Ao abrigo do artigo 245º, nº 1, do Regimento, procedeu-se ao debate, requerido pelo Governo, sobre a situação política no País e a estratégia do Governo para Portugal. Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr Primeiro-Ministro (António Guterres) e do Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna (Fernando Gomes), os Srs Deputados Durão Barroso (PSD), Carlos Carvalhas (PCP), Paulo Portas (CDS-

-PP), António Capucho (PSD), Isabel Castro (Os Verdes), Luís Fazenda (BE), Francisco de Assis, José Magalhães, Manuel dos Santos e Strecht Ribeiro (PS), Francisco Louçã (BE), Basílio Horta (CDS-PP) e Patinha Antão (PSD).

No encerramento do debate, proferiram intervenções os Srs Deputados Francisco Louçã (BE), Heloisa Apolónia (Os Verdes), Basílio Horta (CDS-PP), Octávio Teixeira (PCP), António Capucho (PSD) e Francisco de Assis (PS) e o Sr Ministro da Presidência e do Equipamento Social (Jorge Coelho).

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 20 minutos.

O Sr Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António José Santinho Pacheco
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco D'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Barbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José António Teixeira Cardoso
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador

José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Lurz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca
 Renato Luis de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey CapUCHO
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva

António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maças
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rego Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luis Campos Vieira de Castro
 José Luis Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 José Manuel Macedo Abrantes
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira
 Partido Comunista Português (PCP).

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luisa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Fernando Alves Moreno
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomas Cortez Rodrigues Queiro
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raul Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário da Mesa vai dar conta das iniciativas legislativas que deram entrada na Mesa

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr^{as} e Srs Deputados, deram entrada na Mesa e foram admitidos, as seguintes iniciativas legislativas propostas de lei n^º 26/VIII — Organização da investigação criminal, que baixou à 1.^a Comissão, 27/VIII — Altera a composição e competências da Comissão Nacional de Eleições, revogando a Lei n^º 71/78, de 27 de Dezembro, que baixou à 1.^a Comissão, 28/VIII — Proíbe como contra-ordenação os espectáculos tauromáquicos em que seja infligida a morte às reses nele lidadas e revoga o Decreto n^º 15 355, de 11 de Abril de 1928, que baixou às 1.^a e 11.^a Comissões, e 29/VIII — Suspende a eficácia do Decreto-Lei n^º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o novo regime da urbanização e edificação, que baixou à 4.^a Comissão, proposta de resolução n^º 31/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção estabelecida com base no artigo K 3 do Tratado da União Europeia relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias, o Protocolo estabelecido com base no artigo K 3

do Tratado da União Europeia relativo à interpretação, a título prejudicial, pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias da Convenção relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias, o Protocolo estabelecido com base no artigo K 3 do Tratado da União Europeia da Convenção relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias e o Segundo Protocolo estabelecido com base no artigo K 3 do Tratado da União Europeia relativo à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias, que baixou às 2^a e 10^a Comissões; e os projectos de lei n.^os 208/VIII — Altera o fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca, criado pelo Decreto-Lei n.^o 311/99, de 10 de Agosto (PCP), que baixou às 9^a e 11^a Comissões, 209/VII — Elevação de Cavez, no concelho de Cabeceiras de Basto, à categoria de vila (PSD), que baixou à 4^a Comissão, e 210/VIII — Drogas e combate às toxicodependências (PSD), que baixou às 1^a e 8^a Comissões

O Sr Presidente — Srs. Deputados, congratulo-me por termos podido cumprir as novas regras em matéria de pontualidade. Espero que continue a ser sempre assim.

Temos, hoje, para preencher a ordem do dia, um debate requerido pelo Governo, nos termos do n.^o 1 do artigo 245º do Regimento, sobre a situação política no país e a estratégia do Governo para Portugal.

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (António Guterres). — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Entendo ser este o momento de dirigir ao Parlamento e ao País uma mensagem clara de determinação, confiança e orientação para o futuro.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador: — Determinação do Governo e, em particular, do Primeiro-Ministro, de consagrar todo o seu esforço e entusiasmo para que, com os portugueses, possamos resolver os problemas de Portugal.

Quem luta por convicções profundas não se cansa, por muitas horas de trabalho que exija a si próprio. Quem sente as dificuldades vividas por tantas e tantas famílias não se farta de estar ao seu lado.

Não me sinto agarrado ao poder, mas também não estou disposto a facilitar a vida aos que gostariam de me ver pelas costas, só para facilitar a sua própria afirmação.

Aplausos do PS

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados. Nunca utilizei, nem utilizarei, o intenso esforço requerido ao Governo e a mim próprio pela presidência da União Europeia para justificar ou desculpar seja o que for.

Mas quero deixar aqui dois pontos bem claros.

Primeiro, nada nem ninguém me impedirá de fazer tudo quanto possa e saiba para, em nome de Portugal, garantir o êxito da presidência da União Europeia, projectar internacionalmente o prestígio do nosso País e ajudar a criar uma Europa politicamente mais unida e democrática, economicamente mais competitiva e socialmente mais justa. A Europa da cidadania e do emprego, da modernidade, do conhecimento e do combate à exclusão.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Segundo, no mundo moderno, o prestígio internacional de um País, sobretudo se relativamente pequeno, é essencial para a própria defesa do interesse nacional.

Sem o respeito e o prestígio que temos na Europa nunca teria sido possível a Portugal obter o êxito que teve na Agenda 2000. Basta lembrar que, a um mês apenas da Cimeira de Berlim, as propostas que estavam em cima da mesa representavam um corte de 40% nos fundos a nós destinados. O prestígio de Portugal não é uma «feira das vaidades». Convenientemente utilizado, como se demonstrou, traduz-se em mais escolas, mais emprego, mais estradas, maior apoio ao investimento empresarial.

O respeito da comunidade internacional por Portugal, sobretudo o das grandes potências, foi decisivo para desencadear em Timor-Leste, após o referendo, a mais rápida intervenção militar de sempre feita em nome dos direitos de um povo.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados. Determinação e confiança. Confiança nos portugueses. Mas também confiança nas bases em que assenta a evolução recente da nossa economia, confiança reforçadamente necessária neste momento em que no horizonte económico de muitas famílias surgem algumas nuvens de preocupação, que inteiramente compreendo.

Ninguém desconhece o impacto da subida das taxas de juro europeias e do aumento brutal do preço do petróleo e do valor do dólar.

Em 15 de Maio de 1998, há dois anos, o barril do petróleo custava 2596\$, antes de ontem custava 6135\$, 136% mais.

Em termos relativos, o País, no seu conjunto, ficou assim um pouco mais vulnerável e seria impossível preservar inteiramente a população portuguesa dos respectivos efeitos.

Os dois factos apontados preocupam, naturalmente, as pessoas e causam, inevitavelmente, desagrado e até incompreensão. A verdade, porém, é que, apesar deles, os fundamentos da economia portuguesa estão agora mais sólidos do que em 1999, uma vez que o principal motor do crescimento está mais no investimento e nas exportações e menos no consumo público e privado. Há, hoje, todas as razões para termos confiança no futuro.

O Sr José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador — O desemprego continua a descer. Baixa sobretudo o desemprego dos jovens, incluindo os diplomados, o das mulheres e o de longa duração.

O indicador fundamental de confiança é, porém, o investimento. É o investimento que gera emprego, riqueza e bem-estar.

De Janeiro a Abril adjudicaram-se um valor de obras públicas superior em 63% ao do ano passado e em 95% ao de há quatro anos.

Estima-se que a taxa de crescimento do investimento global esteja perto de 8%. E sabe-se, também, que o indicador que regista maior reanimação na nossa economia são as exportações.

A inflação média anual, em Abril de 2000, já depois do aumento dos combustíveis, é de 2%, era de 3% em Abril de 1999. A variação homóloga é, já depois do aumento dos combustíveis, de 2,1%; era de 2,8% em Abril de 1999.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos, hoje, já depois do aumento dos combustíveis, como o EUROSTAT publicou esta manhã, a 5.ª inflação mais baixa da Europa

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É objectivo do Governo evitar que esta situação se degrade. Por isso, tudo estamos a fazer para evitar a repercussão do aumento dos combustíveis nos preços em geral

A inflação depende, acima de tudo, das expectativas dos agentes económicos. Se o Governo viesse a transigir, por exemplo, com novos aumentos para a função pública, este ano, estaria a dar o pior sinal possível, podendo desencadear um círculo vicioso de subida dos preços e dos salários em que todos acabariam pior

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Este não é o caminho mais fácil, nem o mais popular, mas é, para mim e para o Governo que dirijo, o caminho do sentido das responsabilidades e do cumprimento do dever, tal como o entendemos

Sr Presidente, Srs Deputados: Determinação e confiança, mas também, e sobretudo, uma linha de orientação para o futuro

Não vou repetir o que é sabido sobre o crescimento do emprego, do investimento, da economia, dos salários reais, a redução da intensidade da pobreza e o alargamento e consolidação das classes médias, desde 1995

Estas marcas aí estão. Nada as apagará! Mas os portugueses querem sobretudo, de nós, uma perspectiva entusiasmante e mobilizadora para o futuro

O actual Quadro Comunitário de Apoio, que Bruxelas já aprovou, antes de qualquer outro País, é a prova da vontade de recuperar de uma vez por todas o nosso atraso estrutural.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Dois casos evidentes em 2006, teremos 85% de taxa de escolarização no ensino secundário; em 1995, tínhamos 52%. Em 2006, teremos a totalidade dos resíduos sólidos e 90% das águas residuais convenientemente tratados em grandes sistemas de gestão moderna, em 1995, andávamos pelos 27% e 32%, respectivamente. A todo o passo se tropeçava numa lixeira ou num esgoto a céu aberto

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Falando, no entanto, do futuro, quero hoje apenas concretizar alguns exemplos de grandes linhas de inovação que o Governo tem em lançamento para três objectivos essenciais: modernidade, humanização e justiça

Desde 1995 deu-se uma profunda transformação à escala mundial, a transição para a economia e a sociedade do conhecimento

Este é o período em que a Internet se desenvolve e se transforma, não apenas em mais uma rede, mas, verdadeiramente, na rede pela qual vão fluir o essencial das relações económicas e aspectos decisivos das relações sociais e culturais

Na Cimeira de Lisboa, a Europa despertou para esta realidade. É uma área em que o Governo, mobilizando toda

a sociedade portuguesa, quer imprimir, nos próximos anos, uma marca decisiva, fazendo Portugal passar para o pelotão da frente da nova economia e garantindo que isso se consegue sem exclusão social.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Neste quadro, anuncio-vos o lançamento, ainda este semestre, do Programa Portugal Digital, que terá como elemento motor essencial a Iniciativa Internet

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Está em causa um salto qualitativo, uma mudança de escala, uma aceleração sem precedentes na difusão das tecnologias de informação em Portugal

Queremos ter, em 2003/2004, pelo menos metade das famílias portuguesas com computador e com ligação à Internet em casa. Essa ligação deverá estar disponível em banda larga por três meios concorrentiais, com tarifas acessíveis e não temporizadas (não variáveis com o tempo de utilização). E os acessos a baixa velocidade deverão ter um custo meramente simbólico, sendo mesmo gratuito o exercício de certos direitos da cidadania.

Aplausos do PS.

O concurso de atribuição de frequências UMTS, que faz convergir num único aparelho a terceira geração de telefones móveis e a Internet, concurso hoje anunciado pelo Ministro do Equipamento Social, terá um caderno de encargos preciso sobre os serviços a prestar à comunidade, na lógica de democratização da Internet. Não será, portanto, um leilão de natureza financeira. O social, também no que é moderno, sobrepuja-se à lógica tecnocrática e financeira

Aplausos do PS

Na atribuição de facilidades de acesso a equipamentos e a redes terão, naturalmente, prioridade professores, formadores e alunos

Em 2001, estará concluída a ligação à Internet das escolas do 1.º ciclo do ensino básico, e, em 2003, da rede de postos públicos em todas as freguesias. O nosso objectivo é fazer com que, rapidamente, 2 milhões de portugueses adquiram diploma de competências básicas no uso das tecnologias da informação

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Objectivos ambiciosos serão fixados para a multiplicação exponencial dos conteúdos em português na Internet e do volume do comércio electrónico das empresas portuguesas e do Estado

A aparente indiferença de tantos dos Srs Deputados da oposição, em relação a esta matéria, revela que nada compreendem do que é o mundo moderno

Aplausos do PS.

Sr Presidente, Srs Deputados: A Internet, ligando pessoas, empresas e Estado, será o grande instrumento da reforma da administração pública

Três exemplos apenas para mostrar a verdadeira dimensão dos nossos projectos e objectivos. ter todos os

formulários oficiais na Net, em 2001, ter a possibilidade generalizada de entrega de documentos e declarações por via electrónica até 2003; ter todos os serviços públicos online, em 2005, com atendimento não presencial fora das horas normais. Uma revolução para nos simplificar a vida e libertar definitivamente do peso da burocracia

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Modernidade, mas também humanização

Hoje, quero destacar o empenhamento na saúde

No acesso à saúde, tem particular relevo o reforço intenso do programa de combate às listas de espera em cirurgia. O Ministério da Saúde divulgará a lista dos hospitais públicos que aderiram, o número de cirurgias a realizar e celebrará um protocolo com a União das Misericórdias Portuguesas e convenções com o sector privado, sujeitas a rigorosa triagem para evitar qualquer promiscuidade perversa. Ninguém pode aceitar que se pague fora a quem devia ter feito o mesmo no hospital público.

Aplausos do PS

Quanto ao atendimento, acompanhamento e conforto das pessoas, serão lançados, sucessivamente, este ano, quatro programas: qualidade na admissão e circuito do doente nos hospitais, conforto das salas de espera, extensão das consultas de especialidade aos centros de saúde e marcação telefónica destas consultas.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Tudo isto, para além da primeira fase de reorganização das consultas externas hospitalares e da reestruturação das urgências

Arrancarão, em 2000, cinco programas-alvo: o plano oncológico nacional, os programas nacionais da via verde coronária, do controlo da asma, e ainda os de cuidados paliativos e de luta contra a dor. E, simultaneamente, será reformulado o programa nacional de luta contra a tuberculose.

A nova política do medicamento, já anunciada, incide fundamentalmente nos genéricos, na revisão do sistema de comparticipações, na abertura das farmácias hospitalares aos doentes das urgências e no redimensionamento das embalagens de medicamentos. Mais qualidade, mais segurança, mais conforto e mais economia.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados. Modernidade, humanização, mas também justiça

Começando pela justiça fiscal, o Governo definiu para a Legislatura um programa de aprofundamento da reforma fiscal sucessivamente dirigido a cinco objectivos prioritários: o IRS, o IRC, as questões relacionadas com o regime de infracções tributárias e de garantias dos contribuintes; a tributação do património e da energia.

Em todos estes pontos merecerão particular atenção as questões do combate à fraude e à evasão que, independentemente dos progressos verificados nos últimos anos, continuam a ser o principal factor de distorção e injustiça.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A primeira proposta que enviaremos ao Parlamento, nesta sessão, tem a ver com o IRS, na

sequência das medidas já profundamente inovadoras dos Orçamentos do Estado para 1999 e 2000.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador. — O que está em causa é fazer com que todos paguem o que devem, para que os cumpridores possam pagar menos e para se reduzirem as desigualdades de tratamento em relação aos diversos contribuintes.

A Srª Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Tem é de dizer como!

O Orador — Duas ideias força no caminho da igualdade de tratamento: serão reduzidas de nove para seis as categorias de rendimentos e eliminadas várias situações relevantes sujeitas a taxa liberatória, com a revisão consequente dos escalões da tabela geral, aliviando a carga fiscal dos trabalhadores por conta de outrem.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Simultaneamente, serão reforçados os mecanismos de combate à evasão e à fraude, prioridade essencial da Legislatura e será feita a reavaliação dos benefícios, deduções e abatimentos numa lógica que tem a família como o centro das preocupações.

Vamos caminhar, como continuaremos a caminhar, na linha da verdade e da justiça, promovendo um retrato cada vez mais autêntico da situação contributiva de todos e um tratamento cada vez mais igual dos diversos cidadãos em idêntica situação.

Na mesma linha de promoção da justiça, o Governo lançará em breve um programa de apoio às famílias jovens, sobretudo àquelas que, em meio urbano, mais dificuldades têm vindo a encontrar na sua integração na sociedade moderna e mais estão a sofrer os efeitos da evolução da economia internacional que referi.

O esforço deste programa incidirá, sobretudo, na transição para a vida activa e nos apoios à conciliação das vidas familiar e profissional.

A título meramente exemplificativo, vou indicar sete medidas, em curso ou em preparação: o incentivo à transformação de contratos a termo em contratos permanentes, no final do primeiro contrato a termo, a duplicação em cinco anos dos estágios profissionais para jovens licenciados e bacharéis à procura do primeiro emprego, a criação do programa rotação emprego/família, com incentivos à substituição temporária de pais que beneficiem das licenças de maternidade e paternidade, a majoração significativa do abono de família, nos casais ou nas famílias monoparentais com mais de dois filhos, em que ambos os membros adultos (ou o parente adulto) trabalhem, o lançamento do Programa Creches 2000, que visa duplicar o número de lugares disponíveis para crianças em creches, completando, assim, o crescimento do pré-escolar, o desenvolvimento de complementos de horários no pré-escolar e no 1º ciclo públicos, com participação das famílias e da sociedade civil e sem pôr em causa os direitos dos professores, para permitir que as crianças permaneçam na escola até às 18 horas e 30 minutos, e, finalmente, a majoração dos abatimentos fiscais relacionados com dependentes nas famílias monoparentais.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs Deputados Os objectivos, metas e medidas que atrás indiquei são, répito, apenas exemplos.

Poderia, em vez deles, ter optado pelo intenso esforço em curso para promover o acesso à justiça e combater a sua lentidão, ou pela nova política para as cidades — e por aí fora.

A presidência da União Europeia, fica assim demonstrado, não nos distrai dos problemas nacionais, nem nos impede de trabalhar para a sua resolução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o salto apreciável que o País deu, nos últimos quatro anos, não nos enche de auto-satisfação, obriga-nos, sim, a constantemente desenvolver novas ideias, novas medidas e novas políticas, para enfrentar os novos problemas a que o País faz face ou para resolver melhor problemas antigos que teimam em persistir.

Fazemo-lo com empenhamento e com determinação, mas também com a serenidade de quem se afirma como a principal referência de estabilidade na vida política portuguesa.

Aos que tudo fazem para comprometer essa estabilidade ou aos que pensam que vale a pena desencadear uma crise política só para alcançar mais um punhado de votos, lembramos que o País precisa de estabilidade.

Os portugueses sabem que, nas horas boas e nas horas más, sempre puderam contar com o PS. Assim foi, assim é e assim será.

Aplausos' do PS

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Já não está a galvanizar!

O Orador — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs Deputados Há momentos de verdade em que cada um se confronta consigo próprio e com as suas responsabilidades. Estarei sempre disponível para analisar, com abertura, propostas alternativas que se pretendam melhores, venham elas de onde vierem.

Vozes do CDS-PP: — Até agora, não aceitaram nada!

O Orador — Ninguém tem o monopólio da verdade. Não serei eu quem o pretenda ter. Mas de uma coisa podem estar todos certos: não irei pelo caminho da facilidade.

Vozes do PS — Muito bem!

Vozes do PSD — Vê-se!

O Orador: — Quaisquer que sejam as respectivas consequências, farei sempre e só aquilo que a consciência me apontar como meu dever para com Portugal e para com os portugueses.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Durão Barroso, Carlos Carvalhas, Paulo Portas, Isabel Castro, Luís Fazenda e Francisco de Assis

Foi esta a ordem estabelecida na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, assim como o

foi que se respeitassem rigorosamente os tempos regimentais, que, neste caso, foram fixados em 5 minutos para o primeiro grupo de perguntas e em 3 minutos, os habituais, para o segundo grupo, se a ele houver lugar. Peço aos Srs. Deputados que não esperem da Mesa e do seu Presidente a habitual tolerância na gestão dos tempos, porque as determinações da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares obrigam não só os Srs. Deputados mas também — e se não sobretudo — a Mesa.

Tem a palavra, por 5 minutos, o Sr. Deputado Durão Barroso.

O Sr. Durão Barroso (PSD). — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, interpreto a sua vinda aqui hoje, finalmente para um debate, como a prova de que reconhece que deve uma explicação ao País.

Tenho o dever de trazer aqui as preocupações das pessoas, daquelas que não têm normalmente acesso ao Primeiro-Ministro ou têm um acesso ainda mais difícil do que a generalidade dos Deputados desta Assembleia.

Ora, depois de ouvi-lo, penso que as pessoas ficaram mais preocupadas

O Sr. José Magalhães (PS) — Quais pessoas?

O Orador. — É que o Sr. Primeiro-Ministro tentou passar a imagem de determinação, mas a imagem que realmente fica é de teimosia, de quem se obstina em não querer ver a realidade.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O que as pessoas sentem, o que as pessoas pensam e o que as pessoas dizem é para onde vamos? O que é que se passa?

Como se explica, Sr. Primeiro-Ministro, a distância cada vez maior entre o Governo, a sua política e as preocupações concretas das pessoas? As pessoas sentem que a sua vida, por causa da inflação e da subida das taxas de juro, começa a andar para trás.

Infelizmente, têm razões para estar preocupadas. É que o último relatório do Fundo Monetário Internacional — e esse foi um número que o Sr. Primeiro-Ministro não revelou — prevê que, para o próximo ano, Portugal entre em divergência com a União Europeia, ou seja, que o crescimento, no próximo ano, em Portugal, seja inferior à média da União Europeia e continue a ser inferior ao da nossa vizinha Espanha. O que quer dizer que os portugueses vêm cada vez mais longe os padrões de vida europeus.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — E agora, Sr. Primeiro-Ministro? O que é que vai fazer? Quais são as medidas que apresenta ao País, qual é o seu calendário, para inverter a situação? Ou acha que não há razões para inverter a situação?

O Sr. José Magalhães (PS) — Chegou atrasado!

O Orador — Há dias, numa entrevista televisiva, ouvi o Sr. Primeiro-Ministro dizer que o País é pobre. Afinal, já somos, outra vez, um país pobre. Mas, ao longo destes anos, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo estimularam um consumismo artificial; ao longo destes anos, promove-

ram o endividamento das famílias e, ao fim destes anos, inflacionaram as expectativas das pessoas

Aplausos do PSD

Vozes do CDS-PP — É verdade!

Protestos do PS

O Orador — Nenhum economista independente dirá, Sr Primeiro-Ministro, que a actual situação económica é boa e não revela verdadeiros sinais de preocupação

A verdade é esta hoje, vivemos, em larga medida, numa economia com uma prosperidade artificial. Esta economia, Sr Primeiro-Ministro, não existe. Isto é uma ficção. O País está a viver acima das suas possibilidades — qualquer economista sério pode confirmar-lhe isto, incluindo os economistas da sua área. E está a viver acima das suas possibilidades não por os funcionários públicos reclamarem agora a recuperação do poder de compra, que o senhor lhes quer tirar,

Risos do PS

mas porque o senhor pratica o mais infrene despesismo, ou seja, porque temos, em Portugal, um governo rico num País pobre

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Por mim, prefiro ter um governo pobre num País rico.

Aplausos do PSD

Um Governo gastador e despesista, como o seu, não tem legitimidade nem autoridade para pedir mais sacrifícios às pessoas, quando esse próprio Governo não dá exemplo de rigor e de contenção, em matéria de gastos públicos!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Hoje, quero também fazer-lhe duas ou três perguntas concretas, para as quais lhe peço respostas igualmente concretas.

É ou não verdade, como dizia o seu ex-Ministro das Finanças, Professor Sousa Franco, que a proposta dele, de aumentar o preço dos combustíveis de forma gradual, não foi aceite por razões eleitorais? E vai, ou não, V. Ex.^a aumentar proximamente os combustíveis? Sim ou não?

Continua a pensar, como referiu há dias, que não vai haver mais nenhum aumento das taxas de juro, até ao fim do ano?

Que medidas é que se prepara para tomar para minorar as consequências desse aumento das taxas de juro que o Sr. Primeiro-Ministro devia saber que, de facto, vai ocorrer?

Sr. Primeiro-Ministro, não acredito que o senhor acredite naquilo que nos disse aqui!

O Sr. António Capucho (PSD). — Muito bem!

O Orador — Peço-lhe também que me diga se já foram capturados os responsáveis pela morte das sete pessoas na discoteca Luanda, capture essa que o seu Ministro Adjunto e da Administração Interna disse, há dias, estar iminente

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (PS) — Não os encontraram!

O Orador — Pergunto-lhe ainda se o Sr. Primeiro-Ministro tem, de facto, uma preocupação acerca da situação que se vive hoje, em Portugal, em matéria de segurança.

O Sr. Presidente — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador — Terminei já, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr. Deputado. Tem de ser mesmo já

O Orador — Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se tem, de facto, uma preocupação em relação à insegurança que as pessoas vivem

Peço-lhe, pois, Sr. Primeiro-Ministro, respostas concretas.

Não se trata, Sr. Primeiro-Ministro, de escolher o melhor actor, pois, se é disso que se trata, desde já, lhe dou o óscar para o melhor actor

Protestos do PS

Trata-se de saber se o Governo tem respostas para o País e para as pessoas

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra, por 5 minutos, o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso, o seu drama, uma vez mais hoje aqui confirmado, é que todo o País sabe aquilo de que o Sr. Deputado diz mal, mas ninguém no País sabe aquilo que o Sr. Deputado propõe ou aquilo de que o Sr. Deputado diz bem. E esse é um drama fatal para um líder da oposição

Aplausos do PS

É por isso, Sr. Deputado, que a oposição a si próprio lhe causa mais problemas do que aqueles que o Sr. Deputado me causa a mim, como oposição ao Primeiro-Ministro e ao Governo

Aplausos do PS

É que preocupados com as pessoas estamos nós e sempre estivemos

Vozes do PSD — Vê-se! Vê-se!

O Orador — Por isso, quando fala em despesismo, devia reconhecer o que foi o enorme esforço social feito pelos governos a que presidi,

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — . esforço social que se traduz em melhorias extremamente significativas nas condições de vida das pessoas.

Há alguém que duvide que o País está hoje muito melhor do que estava em 1995?

Aplausos do PS

Vozes do PSD: — Há! Há!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — O País é que duvida!

O Sr. Presidente: — Srs Deputados, façam o favor de fazer silêncio.

O Orador: — E aquilo que refere sobre as taxas de juro ou sobre o aumento do preço do petróleo não decorre de acções ou de iniciativas deste Governo, decorre, sim, de dificuldades que o País enfrenta e que o Governo, solidário com ele e sem demagogias, enfrenta, procurando minorar o sofrimento dos portugueses.

Vozes do PSD — Sem demagogias?!

O Orador — Mas hoje ficou aqui demonstrado que, se o PSD fosse governo, não só os combustíveis já teriam subido mais ..

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — ... como ainda voltariam a subir, dados os actuais preços do dólar e do petróleo

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

A verdade, Sr. Deputado, é que o anterior Governo fixou, por consenso, uma medida de estabilidade de preços,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Por consenso?!

O Orador — ... que só não foi possível manter, porque, como sabe, tudo se tornou impossível com os actuais valores do petróleo.

E digo-lhe mesmo mais: se tivéssemos motivações eleitoralistas, tê-lo-íamos feito no dia a seguir às eleições, mas não o fizemos.

O Sr. António Capucho (PSD): — Por quê?!

O Orador — Não o fizemos, porque tudo...

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente — Srs Deputados, temos todos a obrigação de ouvir o Sr Primeiro-Ministro em silêncio.

O Orador — Não o fizemos, porque tudo procurámos fazer, ao contrário do que era recomendado por si, para poupar os portugueses aos sacrifícios que eles estão a suportar

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Da vossa parte, não tenho ilusões, em matéria de despesismo, se alguma coisa foi para mim sempre clara é que o despesismo foi a marca dos governos do PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD

O Orador — Só que não era o despesismo que fazia as pessoas menos pobres, .

O Sr. Manuel dos Santos (PS). — Exactamente!

O Orador — . não era o despesismo nos sectores sociais,...

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Exactamente!

O Orador — . era o despesismo sem consciência social e foi devido a esse despesismo, sem consciência social, que o País, aprendendo a lição, elegeu um governo PS e, hoje, sabe que este Governo correspondeu inteiramente às suas preocupações

Aplausos do PS

Por isso, digo-lhe, Sr. Deputado, este Governo não vai aumentar os combustíveis, neste ano, nem prevê aumentá-los nesta Legislatura

Vozes do PSD — Mais demagogia!

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Olhe que isto está a ser gravado!

O Orador — Por isso, digo-lhe ainda, Sr. Deputado: em relação às taxas de juro, a nossa preocupação é criar na Europa as condições de credibilidade que permitem que as taxas de juro europeias possam baixar, por forma a que as pessoas acreditem mais no projecto europeu, na capacidade de a Europa competir e se afirmar internacionalmente

Esse tem sido o objectivo da presidência portuguesa da União Europeia, uma presidência em que, infelizmente, não temos podido contar da sua parte com a mesma compreensão e com a mesma tolerância com que os senhores contaram da nossa parte

Aplausos do PS

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social (Jorge Coelho) — É uma vergonha!

O Orador — Disse o Sr. Deputado que, finalmente — palavra fatal! —, vim a um debate. Pois bem, comparemos o que é comparável durante a presidência portuguesa da União Europeia, já estive presente, e falei, em três debates e já autorizei o agendamento da minha presença num outro, o que vai perfazer quatro, para além de seis vindas à Assembleia para outras finalidades

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Para entrar por um lado e sair pelo outro!

Risos do PSD e do CDS-PP

O Sr. Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio

O Orador — Pois bem, o seu líder político, o seu ídolo, o seu mentor político, durante a presidência portuguesa da União Europeia, em seis meses, participou num único debate na Assembleia da República e esteve presente apenas na cerimónia comemorativa do 25 de Abril

Aplausos do PS

«Bem prega Frei Tomás faz como que ele diz, não como ele faz»

Nesta matéria e em relação ao PSD, estamos entendidos!

Aplausos do PS

O Sr. António Capucho (PSD) — Não respondeu a nada!

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr. Presidente, peço a palavra para defender a consideração da minha bancada

Vozes do PS — Ah!.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, agradeço que façam silêncio.

Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, de facto, é para exercer o direito regimental da defesa da honra da bancada

Eu não posso admitir

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social — Isso é que era bom!

O Orador — . que, quando vem aqui o Governo prestar contas à Assembleia da República, seja o Sr. Primeiro-Ministro a pretender dizer-me como é que devo fazer oposição

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Nós é que escolhemos o caminho para fazer oposição!

Protestos do PS

O Sr. Presidente. — Srs. Deputados, eu não posso estar sempre a pedir que cumpram o vosso dever de ouvir em silêncio quem está no uso da palavra. Peço desculpa pela ênfase que estou a pôr nesta recomendação, mas não pode ser de outra maneira! Todos os Srs. Deputados têm a obrigação de ouvir em silêncio quem está no uso da palavra!

Faça o favor de continuar, Sr. Deputado

O Orador: — Também não posso aceitar a insinuação que o Sr. Primeiro-Ministro fez, sem qualquer base, de que, se o PSD fosse governo, já teria aumentado os combustíveis mais do que aumento feito pelo Governo socialista.

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social — É verdade!

O Orador — Também não posso aceitar que o Sr. Primeiro-Ministro venha aqui fazer, mais uma vez, de forma deselegante, considerações acerca da vida interna do meu partido. Eu pus-lhe questões de Estado e peço-lhe que responda às questões de Estado que coloquei e que, até agora, não respondeu!

Protestos do PS

Quero ainda dizer, visto que fez várias comparações com o passado, Sr. Primeiro-Ministro, que há uma coisa que

garanto quando eu for Primeiro-Ministro, ao fim de cinco anos, não estarei ainda a justificar-me com o passado!

Vozes do PSD — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador — E, como o Sr. Primeiro-Ministro disse, procurando dar-me lições de como é que eu devo fazer oposição, apesar de tudo, humildemente reconheço que talvez o Sr. Primeiro-Ministro seja muito melhor do que eu como líder da oposição, mas eu tenho a certeza — e não é difícil — de que seria muito melhor do que o senhor como Primeiro-Ministro!

Aplausos do PSD

Risos do PS

O Sr. Presidente — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, dispondo, para o efeito, de 3 minutos

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso, as relações entre as oposições e o Governo, é uma questão de Estado. É uma questão de Estado e é uma questão essencial. E já que o Sr. Deputado Durão Barroso colocou a hipótese de ser Primeiro-Ministro e de eu ser líder da oposição, vou dar-lhe alguns exemplos de que, como líder da oposição, teria agido de forma diferente

Protestos do PSD

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, não me obriguem a continuar a pedir-vos silêncio!

O Orador. — Olhe, na questão do referendo de Timor, se o Sr. Deputado Durão Barroso tivesse feito o que eu fiz, estaria ao seu lado e não contra si!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Fale do Governo!

O Orador. — Na questão da Cimeira Euro-Africana, se o Sr. Deputado Durão Barroso tivesse feito os esforços que eu fiz para que ela se concretizasse, eu estaria ao seu lado e não contra si!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Fale do Governo!

O Orador — E ainda recentemente, nessa questão tão simples em que, de uma forma discreta mas eficiente, foi necessário defender o prestígio de Portugal.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — À custa dos cidadãos!

O Orador. — . através de uma actuação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, se isso tivesse sido feito por si como Primeiro-Ministro, eu não falaria em relação a si nem de racismo nem de xenofobia!

Aplausos do PS

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Não respondeu a nada!

O Sr Presidente. — Para formular o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr Carlos Carvalhas (PCP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, não custa adivinhar que, perante o protesto dos estudantes, o mal-estar dos professores, encarregados de educação, responsáveis académicos — que são uns ingratos porque não reconhecem a paixão pela educação! —.

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas

perante a vaga de protestos dos trabalhadores, o marasmo que se verifica hoje no campo da saúde, numa das últimas vindas da Europa, chegado ao aeroporto, o círculo mais *in* do Governo tenha dito ao Sr Primeiro-Ministro «A coisa está a ficar preta! É preciso marketing político! É preciso maior comunicação com o País!»

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Também não custa adivinhar que o Dr Jorge Coelho, rapidamente, tenha arranjado uma entrevista no Canal 1 da RTP, tenha levado o Sr. Primeiro-Ministro a umas inaugurações de uns quilómetros, que lhe permitiu, pela enésima vez, anunciar a conclusão da Via do Infante e da auto-estrada para o Algarve e até, hoje, fazer o anúncio público de que vai haver um concurso para os telemóveis de terceira geração! E ainda um debate com um figurino que seja favorável ao Governo!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Percebemos tudo isto — e não é difícil de compreender! Mas permute-me, Sr Primeiro-Ministro, que lhe diga que o problema não está na falta de comunicação, nem no marketing político, nem nas promessas, nem nas desculpas com o preço do barril do petróleo ou com a alta das taxas de juros, a questão está nas políticas!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador. — É uma evidência, Sr Primeiro-Ministro, que, por eleitoralismo, pondo o PS o eleitoralismo à frente das pessoas, não se fez a reforma fiscal

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador — A reforma fiscal que agora vai prometer!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Isso é verdade!

O Orador. — E não tendo feito a reforma fiscal, fundamental para a justiça social e para as outras reformas, naturalmente que temos agora um outro problema. É evidente que foi por eleitoralismo e para condicionar os aumentos, nomeadamente dos trabalhadores da função pública, que o Governo só aumentou os combustíveis após a aprovação do Orçamento do Estado

Vozes do PCP. — Exactamente!

O Orador — Agora, o que é que o Sr Primeiro-Ministro vem dizer-nos? Que não há dinheiro! Não há dinheiro para

aumentar os trabalhadores da função pública, nem para os trabalhadores dos transportes — mas houve dinheiro para aumentar os transportadores, houve dinheiro para manter os benefícios fiscais à banca

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador — Houve dinheiro para continuar com os benefícios fiscais!

O Sr Honório Novo (PCP) — Para os privilégios, há sempre!

O Orador — Mas para os trabalhadores, não há!

Desculpa-se também o Sr Primeiro-Ministro, esquecendo-se da altura em que ali, na bancada do PS, como Deputado, criticava a UGT por ter acordado um contrato que não tinha em conta os ganhos de produtividade e o aumento da inflação.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Isso é verdade!

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Já se esqueceu!

O Orador. — dizendo agora: «Nós não podemos aumentar os trabalhadores da função pública, porque, no mês seguinte, ele seria ‘comidos’ pela inflação! Isto é, para uns, as taxas de lucro, os benefícios fiscais, os aumentos e as compensações aos transportadores não se traduzem em inflação, mas, para os trabalhadores da função pública, umas décimas já se traduziriam em aumento da inflação!

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador — A isto, chama-se dois pesos e duas medidas!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador: — E a retórica social não resolve os problemas! Por isso, Sr Primeiro-Ministro, desculpe que lhe diga mas o senhor e o seu Governo são os responsáveis pela conflitualidade social

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — O Governo e o Primeiro-Ministro são os responsáveis não com um dedinho mas com as duas mãos pela conflitualidade social!

Aplausos do PCP

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas

São responsáveis! Como é que se comprehende que, por exemplo, na Carris — conflito que neste momento já está a ser dirimido no Ministério do Trabalho —, tendo o Ministério do Trabalho proposto um aumento de 4% e os trabalhadores aceite, o Ministro da tutela dê indicações à administração para não aceitar?! O que é que se pretende com isto? Prolongar a greve?! Criar mais dificuldades aos trabalhadores e aos utentes?! Virar as populações contra os trabalhadores?! Tentar vergar os trabalhadores?! É isso que se pretende?! E é isto vindo de um Governo socialista, de um Governo que diz que tem uma grande preocupação social! Como é que se comprehende isto? Ou deixar a arrogância da administração do Metropolitano di-

zer «Nenhuma cedência, nenhuma cedência! Façam as greves que quiserem!»? Isto é aceitável, Sr Primeiro-Ministro?

Podemos ter aqui um Primeiro-Ministro muito cibernético, depois de ter aprendido o que era a @,...

Risos do PCP, do PSD, do CDS-PP, de Os Verdes e do BE

a prometer um computador para todas as casas!

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente — Terminou o seu tempo.
Sr Deputado Faça favor de concluir

O Orador — Não é com retóricas que se resolvem os problemas, mas com medidas concretas e com justiça social!

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr Deputado Carlos Carvalhas, vamos ao que interessa e deixemo-nos de demagogias

Protestos do PSD e do CDS-PP

E o que interessa, é a situação real das pessoas

Ora bem, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, neste momento, depois dos aumentos dos preços dos combustíveis e de acordo com os dados da inflação, do INE, por um lado, e do EUROSTAT, por outro, Portugal tem a 5ª inflação mais baixa da Europa

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP) — E os salários?

O Orador. — Neste momento, a inflação média está em 2% e a inflação homóloga está em 2.1%.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP) — Os salários é que contam!

O Orador — como, aliás, eu próprio admiti na entrevista televisiva que referiu e que não pode, com certeza, vir invocar aqui como prova de manipulação governamental, ou não teria decorrido como decorreu! Toda a gente viu!

Aplausos do PS

Neste aspecto, estamos particularmente à vontade!

Mas, dizia eu, a verdade é que estamos, neste momento, apesar do aumento dos combustíveis, com a capacidade de conter a inflação. E não houve dois pesos e duas medidas, porque, o que foi feito com os transportadores, foi adoptar um conjunto de medidas que permitam evitar que o aumento do preço dos combustíveis se repercuta de uma forma total no aumento dos fretes, como acontece normalmente numa economia de mercado, o que teria consequências extremamente graves para a inflação.

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Era um frete!

O Orador — Ou seja, a nossa política é coerente em todos os aspectos, o nosso objectivo central é evitar que se entre numa espiral de preços e de salários

Mas, já agora, para lhe demonstrar a minha confiança na política que estamos a prosseguir e que, ao contrário do que aconteceu no passado com outros governos, com um governo do PS nunca os trabalhadores da função pública perderão poder de compra, quero dizer-lhe o seguinte sendo embora apenas uma parte dos trabalhadores da função pública os que tiveram um aumento de 2,5% (pois, como sabe, houve outros que tiveram aumentos muito mais significativos), seria totalmente irresponsável da minha parte, neste momento, desencadear qualquer operação em que, por sinal dado à economia de aumentos de salários na função pública, se caísse numa espiral de preços e de salários. Mas estou tão convicto da estratégia do Governo que posso garantir-lhe que, no caso de tudo nos correr mal e no caso de vir a haver trabalhadores da função pública que, por hipótese, este ano, perdessem poder de compra, isso seria compensado em ano sucessivo.

Aplausos do PS

O Sr Honório Novo (PCP) — Na altura das eleições!

O Orador — Isto revela que existe da nossa parte o interesse na defesa dos trabalhadores, não em nome de uma demagogia fácil mas em nome da garantia da solidez da economia portuguesa, sem a qual os trabalhadores portugueses seriam os principais prejudicados.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O Sr Deputado sabe que, com inflações ou com desvalorizações, como no passado, quem pagava o preço eram os detentores de salários, eram os detentores de pensões. Com esta política, quem vê consolidado o seu poder de compra são os assalariados, são os detentores de pensões. Combatendo a inflação, estamos a garantir a competitividade e o emprego e o poder de compra dos assalariados. Mas não somos insensíveis aos problemas e, por isso, estamos tão confiantes do êxito daquilo que estamos a fazer que não tenho problema algum em, perante o Parlamento, assumir o compromisso que aqui assumi e que lhe retira, desde já, qualquer razão para continuar os ataques demagógicos que tem vindo a fazer.

Aplausos do PS

O Sr João Amaral (PCP) — Mas já houve um governo do PS que congelou os salários e outro que reteve o 13º mês!

O Sr Presidente — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, V Ex^a veio aqui navegar na Internet, mas quero convocá-lo para a vida prática, para a vida comezinha, para a vida concreta de todos os dias da classe média portuguesa.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Começo por fazer-lhe uma pergunta que tem a ver com as taxas de juro, elemento decisivo na perda das ilusões de muitos portugueses, relativamente a si e ao seu Governo. V Ex^a assentou toda a política económica

no que o País consome e não no que o País produz, seguiu o caminho mais fácil e, por isso, mais frágil;

Protestos do PS

... e, neste momento, quanto factores externos alteram essas condições, não tem qualquer resposta para dar aos cidadãos que estão a viver com dificuldades novas.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador. — Falemos, então, da Maria e do José .

Vozes do PS. — Oh!

O Orador — . iguais a tantos jovens casais que vivem na periferia das grandes cidades, do Porto ou de Lisboa

A Maria e o José fizeram um empréstimo de 15 000 contos, a 25 anos, para comprarem a sua casa Em 17 de Maio de 1999, com a taxa Euribor a 2,75% e um *spread* de 2%, a taxa de juro efectiva era de 4,75%, ou seja, pagavam, por mês, ao banco, para amortizar a dívida da sua casa, 85 contos Um ano depois, a Maria e o José, com a taxa Euribor de 4,52% e um *spread* de 2%, já têm a taxa efectiva em 6,5% – já pagam ao banco, para amortizar a dívida da sua casa, 101 281\$!

Num ano, mais 16 contos por mês para amortização da dívida da casa!

Ontem, a Maria e o José viram o telejornal, viram o anúncio do aumento das taxas de juro nos EUA, viram a previsão de que esse aumento terá consequências no Banco Central Europeu, na economia europeia, e que é previsível uma nova subida das taxas de juro, e, numa previsão conservadora, se as taxas de juro reais, efectivas, no final deste ano, no crédito à habitação, estiverem a 7%, Sr. Primeiro-Ministro, a Maria e o José, que confiaram nos seus incentivos ao consumo, nas suas promessas em relação ao crédito, estarão a pagar, para amortizar a sua dívida, mais 20 contos do que há um ano atrás!

Por mês, 20 contos, num casal com rendimentos de 200 ou 250 contos, não é 2% de inflação, Sr Primeiro-Ministro, é mais 10% no cabaz das despesas!

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, se somar a isto um aumento, em média, de 1200\$ para quem tenha de comprar botijas de gás e de 1400\$ para quem tenha de fazer o percurso até Lisboa (cerca de 30 km/dia) para chegar ao seu emprego – valor relativo ao diferencial que está a pagar devido ao aumento da gasolina –, verifica que a Maria e o José, no curto espaço de um ano, têm de arranjar mais 24 000\$/mês para fazer face a três despesas essenciais a casa, o carro e o gás! Apenas para estas despesas!

Pergunto-lhe uma coisa, Sr Primeiro-Ministro: aonde é que a Maria e o José vão arranjar dinheiro para conseguir pagar mais 24 000\$/mês para as suas despesas essenciais?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador: — Já agora, diga-me por que é que, há 15 dias, disse na televisão pública que não previa «nenhum novo aumento das taxas de juro» Foi porque não podia dizer a verdade, o que é uma posição, ou porque se enganou na previsão, o que é outra?

Já agora, confirme, porque achei estranho, se disse há pouco que, nesta Legislatura, não aumentará a gasolina outra vez.

Vozes do PSD. — Exactamente!

O Orador — Confirme ou desminta, porque é importante para a *Acta* e para o conhecimento do País

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador — Segundo ponto, Sr Primeiro-Ministro a segurança Voltemos, então, ao dia 30 de Março de 1995, quando V Ex.^a era líder da oposição e fez aqui um discurso terrível contra o anterior governo, o governo do PSD, por causa da insegurança

Dizia o Sr Primeiro-Ministro, então líder da oposição «As nossas cidades estão a transformar-se em bombas sociais! A criminalidade alastrou nas ruas! O tráfico de drogas explodiu!»

Sr. Primeiro-Ministro, em 1995, nesse dia, tinha havido 1573 roubos: em 1999, com o senhor como Primeiro-Ministro, houve 4099 roubos Estava chocado?! Eu estou chocadíssimo!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador. — Sr Primeiro-Ministro, em relação a roubos a pessoas, nessa altura, tinha havido 20 819, agora houve 22 500 Estava chocado?! Eu estou chocadíssimo!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Sr Primeiro-Ministro, quanto a roubos a viaturas, nessa altura, ocorreram 8200, mas, agora, foram 12 900 Estava chocado?! Eu estou chocadíssimo!

O Sr Presidente: — Sr Deputado, agradeço que termine, pois já esgotou o tempo de que dispunha

O Orador — Termine já, Sr Presidente.

Sr Primeiro-Ministro, há 170 000 assaltos por ano! Um em cada cinco lisboetas .

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, o seu programa político resume-se à proposta do milagre .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Oh! .

O Orador: — e pode traduzir-se numa ideia muito simples «sol na eira e chuva no nabal»!

Quer uma prova? Há uns meses, estava aqui preocupadíssimo com o baixo valor das taxas de juro e com os detentores de depósitos. .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Ainda bem que fala nisso!

O Orador — hoje está aqui preocupadíssimo com aqueles que contraíram empréstimo à banca!

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Estou preocupado com tudo!

O Orador. — Mas vamos ao caso da Maria e do José

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sim, senhor!

O Orador — Em primeiro lugar, quero notar que nada do que disse ter afectado a Maria e o José é da responsabilidade deste Governo

Protestos do CDS-PP

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Não! A culpa é do PSD!

O Orador — É verdade!

O Sr. Presidente — Srs Deputados, peço-vos que normalizem o debate

Faça favor de prosseguir. Sr. Primeiro-Ministro

O Orador. — O Sr Deputado não foi capaz de apontar um erro de política deste Governo! Apontou efeitos do que se passa lá fora sobre Portugal; melhor elogio eu não poderia desejar!

Porém, estou preocupado com a Maria e com o José, e sempre estive!

O Sr António Capucho (PSD) — Não parece!

O Orador — E comecei a estar preocupado há cinco anos,

Vozes do PSD e do CDS-PP. — Só?

O Orador — . quando a Maria e o José não podiam comprar casa.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — porque, na altura, as taxas de juro para as famílias eram três vezes superior às de hoje

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E foi o senhor quem as baixou?!

O Orador — Se as taxas de juro para as famílias são hoje três vezes menores .

Protestos do PSD e do CDS-PP e contraprotestos do PS.

O Sr Presidente — Srs. Deputados, não posso consentir que se mantenham em permanente gritaria, sob pena de estarmos a dar um péssimo espectáculo àqueles que nos vêem pela televisão. Peço-vos alguma contenção, o que é vossa obrigação, e deixem ouvir em silêncio quem estiver no uso da palavra, seja do vosso partido, do Governo ou de qualquer outro partido

Faça favor de continuar, Sr. Primeiro-Ministro

O Orador. — Sr. Deputado Paulo Portas, se as taxas de juro foram reduzidas para um terço foi porque houve quem

apostasse na integração de Portugal no euro contra a vontade do CDS-PP e a sua vontade!

Aplausos do PS.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É uma grande moeda!

O Orador — Ou seja, se se tivesse verificado a sua vontade, a Maria e o José estariam hoje a pagar, porventura, três vezes mais ou, o que é pior, não teriam comprado casa durante estes anos

Aplausos do PS

Porém, isso não quer dizer que não estejamos preocupados com a situação das famílias. É por as famílias estarem a pagar hoje cerca de 15% mais do que há um ano, mas equivalente apenas ao que pagavam há dois anos — é bom também ter memória em relação ao passado —, que anunciei hoje um programa de medidas destinado a apoiar as famílias mais jovens, sobretudo as residentes em meio urbano, precisamente as que são afectadas pelo aumento das taxas de juro decretado pelo Banco Central Europeu

O Sr António Capucho (PSD) — Mais uma promessa!

O Orador: — Preocupamo-nos com a Maria e com o José, queremos ajudá-los a resolver os seus problemas, não queremos fazer demagogia

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Quanto à segurança, estou preocupado e chocado, com certeza, mas, ao contrário do governo do PSD, estamos activos!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Ao contrário do governo do PSD, temos um programa de formação de agentes da PSP e da GNR que já trouxe, nestes cinco anos, mais 10 000 novos agentes

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — E quantos é que se reformaram?!

O Orador — Estamos a fazer a renovação das polícias. Ao contrário do governo do PSD, estamos a investir fortemente em equipamento e em possibilidades de acção das polícias

Acabámos com o muto das superesquadras, estamos a desenvolver polícia de proximidade, o Programa «Escola Segura» e o Programa «Apoio 65/Idosos em Segurança». Estamos a realizar todo um conjunto de acções destinadas a combater precisamente os flagelos que apontou

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Então, o que é que falhou?!

O Orador. — Porventura, os números referidos pelo Sr Deputado Paulo Portas não serão inteiramente correctos, mas não é isto que importa. O problema é grave e preocupa-nos, só que, em vez de com ele fazermos demagogia ou, perante ele, estarmos inactivos, estamos a agir

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — Estão a agir no mau sentido!

O Orador: — . no que é fundamental para garantir a segurança dos cidadãos: ter mais e melhor polícia nas ruas e ter, no plano da justiça, um combate sério à morosidade processual para fazer da justiça um instrumento efectivo de dissuasão do crime em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Já agora, não lhe ficaria mal reconhecer que os crimes violentos em Portugal têm vindo a descer, o que é também um índice importante sobre a evolução da sociedade portuguesa

Aplausos do PS

O Sr. Paulo Portas — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração da bancada

O Sr. Presidente. — Lembro aos Srs Deputados que também sobre esta matéria foi tomada posição em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, que foi no sentido de a Mesa ser muito menos tolerante em relação à defesa da honra da bancada do que em relação à defesa da honra pessoal. Desta forma, peço aos Srs. Deputados que tenham alguma contenção na hipersensibilidade com que, em regra, pedem a palavra para defesa da consideração da bancada

Tem a palavra, Sr Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, milagre, em sentido negativo, deve ter sido o que aconteceu com uma empresa chamada EDP, que até hoje não conseguiu explicar como, tendo tanto dinheiro para investir no Brasil, não tem dinheiro suficiente para colocar a rede eléctrica nacional a resistir, primeiro, a uma cegonha e, depois, a uma sucessão de falhas

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador — Não nos venha dizer que a culpa é da cegonha, porque a cegonha é uma criatura estimável mas a história é antiga e nunca foi verdadeira!

Risos.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Isso é uma defesa da honra?

O Orador: — Vamos ao concreto e ao que interessa Sr. Primeiro-Ministro, continuo muito preocupado com o que está a acontecer com as taxas de juros sobre os depósitos. O que considero extraordinário é que o Sr. Primeiro-Ministro, até hoje, não tenha dito uma palavra sobre o que banca e o sistema financeiro

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Paulo Portas, não me leve a mal que lhe faça o reparo de não estar a defender a honra da sua bancada, mas tenho a obrigação de ser estrito neste domínio

Faça favor de defender a consideração da sua bancada

Aplausos do PS.

O Orador. — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui dizer que a política do meu partido era milagreira e que não mantínhamos a coerência do que afirmávamos

Estou a defender a honra da minha bancada ao defender a coerência e a justiça das nossas posições!

Aplausos do CDS-PP

O que considero extraordinário é o Sr. Primeiro-Ministro, até hoje, não ter dito uma palavra sobre o facto de a banca, que é tão rápida a subir os juros sobre os empréstimos, ser tão lenta a subir os juros sobre os depósitos. Não o ouvi dizer uma palavra, nem sequer sobre a Caixa Geral de Depósitos!

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente — Para dar explicações, querendo, com a síntese possível, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente e Srs. Deputados, se o Sr. Deputado Paulo Portas pretende que a culpa da cegonha seja minha, assumo-a aqui

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — O Governo é que a inventou!

Vozes do PSD — O Governo nunca tem culpa!

O Orador. — O Governo não teve, nesta matéria, qualquer intervenção, nem deveria ter. Compete à empresa agir e compete ao Governo dizer à empresa o que disse, ou seja, que tem de corrigir o que está mal e que permitiu este incidente. Mas vamos ao que interessa.

Quando iniciei a minha intervenção, demonstrei, precisamente para responder às suas preocupações, que a economia portuguesa está hoje a crescer mais com base no investimento e nas exportações e menos com base nos consumos público e privado

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por isso, quando lançámos o programa de aceleração de obras públicas que lançámos e quando estamos a desenvolver rapidamente — somos o primeiro país a fazê-lo —, com enorme eficácia e coordenação, o Quadro Comunitário de Apoio, estamos a promover o investimento privado, o qual permitirá resolver os problemas que levantou

Já agora, vamos ao que interessa. O Sr. Deputado sabe que com este Governo diminuíram em muito as margens de intermediação bancária? É algo de que me orgulho, porque sempre me bati por isso. Estou a acompanhar com todo o interesse a evolução das taxas de juro sobre os depósitos ..

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — A taxa de juro sobre os depósitos é de 2,5%!

O Orador — .. e devo dizer que, neste momento, essa evolução está a ocorrer ao mesmo ritmo...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Ao mesmo ritmo?

O Orador — Neste momento, está!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso não é verdade!

O Orador — Eu vou falar verdade, não vou fazer demagogia, Sr. Deputado. Esteja tranquilo!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Portas, peço-lhe que se abstenha de entrar em diálogo directo, pois usou da palavra em silêncio.

Faça favor de continuar, Sr Primeiro-Ministro

O Orador — Neste momento, essa evolução está a ocorrer ao mesmo ritmo, embora, numa primeira fase, os bancos tenham subido mais rapidamente as taxas de juros dos empréstimos do que as dos depósitos

A verdade é a única coisa que interessa num debate parlamentar, a demagogia não interessa para nada! Eu assumo a verdade! Não tenho quaisquer dúvidas em relação a isso, Sr Deputado!

Aplausos do PS

A verdade foi esta! Neste momento, os bancos já estão a fazer subir as taxas de juro dos depósitos ao mesmo ritmo das taxas de juro dos empréstimos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Subiram para quanto?

O Orador: — Estão a subir ao mesmo ritmo! O último relatório que recebi revela exactamente o mesmo valor de subida. Neste momento, a situação está a ser corrigida, porque essa é uma preocupação do Governo.

Embora funcionemos em economia de mercado, coisa que seguramente o Sr Deputado não desconhece, há alguns sinais que os governos podem e devem dar para que os mercados funcionem de forma regulada. É isso que fazemos, porque a situação da Maria e do José preocupa-nos. Preocupamo-nos com a Maria e com o José, que pediram empréstimo para comprar casa, e com os pais da Maria e do José, que têm depósitos bancários e que, se calhar, os ajudaram a comprar a casa, a qual, se a política do CDS-PP se tivesse concretizado, sem a entrada no euro, eles nunca teriam podido comprar.

Aplausos do PS

O Sr António Capucho (PSD): — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr António Capucho (PSD): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente

O Sr Presidente. — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr. Presidente, permitem-me que o interpele pela seguinte razão: do mesmo modo que V. Ex.^a entendeu pertinente chamar a atenção de um Deputado porque, porventura, não estaria a cumprir a norma regimental da defesa da honra, parece-me que o Sr. Primeiro-Ministro também não cumpriu a norma regimental de responder às perguntas colocadas pelos Deputados

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Orador — Pedia que, ao menos, V Ex.^a chamasse a atenção do Sr Primeiro-Ministro para este facto de forma a que ele nos brindasse com a resposta a um milagre que ainda não percebemos, que é a questão do não aumento do preço dos combustíveis

O Sr Presidente: — Sr Deputado, já está fora da figura regimental da interpelação à Mesa, se me permite também esse reparo

Gostaria de dar uma explicação ao Sr Deputado António Capucho, que, aliás, me tem ajudado no cumprimento das regras regimentais nesta matéria. Se é fácil ajuizar sobre o que é e não é defesa da honra — embora cada um tenha o seu juízo a esse respeito —, não é tão fácil ajuizar sobre as explicações exigidas por esta figura regimental. A verdade é que a defesa da honra da bancada profunda pelo Sr Deputado Paulo Portas foi para lá do âmbito da figura regimental.

Portanto, embora eu estivesse quase a interrompê-lo, pareceu-me que as afirmações do Sr Primeiro-Ministro estavam dentro do âmbito das considerações do Sr Deputado Paulo Portas, embora fora da figura regimental da defesa da honra, reconheço-o. Mas agradeço que continue a ajudar-me a cumprir as normas regimentais

O Sr Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr Presidente: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr Presidente, respondo ao Sr. Deputado António Capucho reafirmando aquilo que disse, ou seja, que, no exercício orçamental deste ano, não haverá aumentos dos combustíveis e é minha convicção de que o aumento não será necessário nesta Legislatura

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Sr. Primeiro-Ministro, peço licença para lhe fazer notar que uma interpelação à Mesa deve ser dirigida à Mesa e não ao Sr. Deputado António Capucho.

Risos

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr Presidente, o Sr Primeiro-Ministro disse agora, respondendo a um partido da oposição, que quer falar verdade e eu acho bom que assim seja. É que, independentemente do fascínio que cada um sente pela Internet e pelo mundo virtual que ela oferece, pela viagem no tempo que, de algum modo, nos propicia, é importante falarmos das pessoas e de coisas concretas.

Eu não darei nome às pessoas — pode ser o «Zé Ninguém» —, mas, relativamente a elas, eu falo da saúde, falo da sua protecção, porque, como bem sabe, a saúde previne-se, já que a prevenção tem menos custos morais, tem menos custos sociais, tem menos custos económicos.

A questão que vou colocar é muito clara. A água que consumimos é de má qualidade, a água que recebemos é cada vez em mais escassa quantidade, o seu planeamento e gestão são totalmente caóticos. Esta é uma realidade incontornável. Por outro lado, a fiscalização não existe e toda a gente sabe — somam-se os exemplos — que as coisas vão francamente mal.

Ora, como o Sr Primeiro-Ministro diz que faz tudo o que está ao seu alcance, desde que possa e que saiba, a pergunta que coloco é a seguinte: o que é que, concretamente, está a ser feito, já que os portugueses se encontram numa situação de permanente risco para a sua saúde, numa situação que não os protege?

Mas o risco não se coloca só em relação à água — e a água é vital —, coloca-se também em relação ao ar que respiramos

Todos sabemos que os níveis de poluição dispararam nas grandes áreas metropolitanas, como todos sabemos que o controlo da poluição feita pelas indústrias não existe. Aliás, Portugal tem um conflito com a União Europeia pelo facto de a directiva relativa à prevenção e controlo integrados da poluição não estar pura e simplesmente a ser aplicada, fazendo-se mesmo destes dados segredo de Estado. A situação é caótica e aumentam os casos identificados de doenças novas, de novas patologias. E quanto à asma, que o Sr. Primeiro-Ministro quer combater, melhor faria se a prevenisse não permitindo esta situação, que é verdadeiramente vergonhosa. Assim, pergunto por que é que esta situação, do nosso ponto de vista insustentável, continua?

Mas insustentável também é algo que tem que ver com a protecção da saúde dos cidadãos e que continua como estava, ou seja, ao nível das palavras Refiro-me aos alimentos que consumimos, cuja legislação não está pura e simplesmente a ser cumprida. O que entra no nosso país, o que cai nos nossos pratos, é do total desconhecimento de cada um, pois não há informação, não há segurança, não há escolha.

São estas três questões concretas que quero colocar, já que põem em risco a saúde, põem em causa e deitam por terra a enorme preocupação que o Sr. Primeiro-Ministro diz sobre elas ter. Mas gostaria que me desse respostas concretas.

E perguntas concretas são as que eu gostaria de fazer também relativamente a um outro aspecto, que para nós é vital do ponto de vista do desenvolvimento e que é particularmente delicado para o progresso dos países do sul da Europa: a Directiva-Quadro da Água.

A este respeito, o Sr. Primeiro-Ministro veio dizer que tem conciliado o prestígio da presidência portuguesa com o cumprimento daquilo que, como Primeiro-Ministro, tem a obrigação de assegurar ao País, acentuando e enfatizando muito o enorme prestígio que Portugal tem. O que lhe pergunto é o seguinte tendo o Sr. Primeiro-Ministro afirmado nesta Câmara, em Janeiro deste ano, que a Directiva-Quadro era, porventura, a sua prioridade central, por que é que a presidência portuguesa está quase a acabar e continuamos na estaca zero?

É a estas questões que eu gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro respondesse

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Castro, uma primeira observação de natureza genérica fico verdadeiramente espantado com aquilo que a generalidade dos Srs. Deputados aponta como a irrelevância das questões que se prendem com o desenvolvimento da nova economia

Aplausos do Deputado do PS José Barros Moura

Se Portugal não fizer, nos próximos anos, um esforço gigantesco no sentido de se adaptar às exigências da nova economia e, nomeadamente, à democratização e à generalização da Internet na sociedade portuguesa,

Portugal perderá irreversivelmente a batalha da competitividade e a exclusão social aumentará de forma dramática em Portugal

O Sr. Rui Vieira (PS) — Muito bem!

O Orador — Quando se fala disto, não se fala de questões abstractas ou virtuais mas, sim, do concreto da vida das pessoas e do seu futuro. E eu, quando anunciei o conjunto de medidas visando, por exemplo, a reforma da Administração Pública, estava a falar do conforto mais elementar das pessoas que, hoje, para tratarem de um único documento têm, por vezes, que percorrer não sei quantos guichets, têm que gastar horas e, mesmo nos sítios onde já há a Loja do Cidadão, não têm ainda a possibilidade de tudo resolver de forma rápida, imediata, ou, mesmo, sem terem de se deslocar.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A verdade é que aquilo que está em causa nas ideias que hoje aqui anunciei em várias áreas — e que, pelos vistos, não merecem o interesse da generalidade da Câmara — tem uma importância vital para que Portugal seja um país ganhador e para que as pessoas em Portugal não sejam excluídas, não fiquem para trás, não sejam vítimas das novas formas de pobreza que as aguarda no futuro.

Passando às questões que levantou, em relação à água, a resposta é simples: estamos a desenvolver sistemas multimunicipais de abastecimento de água em todo o País, que permitirão, muito em breve, uma garantia de abastecimento de alta qualidade a 95% da população portuguesa. Esta é uma fórmula única que nos permite ter uma garantia de qualidade generalizada.

Sr.ª Deputada, a directiva era, e é, uma prioridade da presidência portuguesa no domínio do ambiente. Só é pena que alguns países não tenham a mesma preocupação que o Governo português tem e, por isso, estamos a ter algumas dificuldades na sua aprovação. Mas ainda não desistimos, continuaremos a lutar nesse sentido.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Em relação ao ar, lembro os vários programas de investimento ambiental na indústria e o conjunto de medidas tomadas, quer ao nível do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território quer ao nível do Programa Operacional da Economia.

Em relação aos alimentos, quero dizer-lhe que irá, amanhã, a Conselho de Ministros o decreto-lei que cria a agência para a qualidade e segurança alimentar, porque nós somos os primeiros a reconhecer que é necessário dar um salto qualitativo nessa matéria, que cada vez mais preocupa os cidadãos em Portugal, em toda a Europa, diria, até, em todo o mundo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, encontram-se a assistir a esta sessão plenária, para além de um grupo de cidadãos, um grupo de 23 alunos da Escola Profissional António do Lago Cerqueira, de Amarante, um grupo de 90 alunos da Escola EB 2/3 de Pedrouços da Maia, um grupo de 49 alunos da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, do Montijo, um grupo de 50 alunos da Escola EB 2º e 3º ciclos Sá Couto, de Espinho, um grupo de 50 alunos

da Escola do 1º ciclo de Lagoços, um grupo de 50 alunos da Escola EB 2/3 de Santa Clara, de Évora, e um grupo de 40 alunos da Escola Básica 2/3 de Vale de Milhaços

Uma carinhosa saudação para todos eles

Aplausos gerais, de pé

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, desde logo, sobre a modernidade e a *Internet*, e para que não fique aqui a pairar não a cegonha mas, sim, a suspeição de que o Governo aderiu à modernidade e que toda a oposição é constituída por clãs de barbárie, que não dão a menor importância ou a menor atenção à difusão da *Internet* e aos efeitos da electrónica moderna, sempre lhe direi que o Bloco de Esquerda — e creio que isso é hoje uma questão bastante alargada na sociedade — não só aderiu à nova economia como quer essa promoção e esse desenvolvimento. Além do mais, num contexto de combate à infoexclusão, com certeza adere à nova economia, à criação de uma política de conteúdos, de promoção da língua portuguesa

Mas voltemos à velhíssima política, que é disso que estamos, hoje e aqui, a tratar.

Ouví atentamente as medidas e propostas feitas relativamente a determinadas áreas sociais e devo dizer que algumas delas são um *remake* do que já aqui tinha sido dito aquando da apresentação do Programa do Governo, ouvi, como novidade, algumas medidas em relação às famílias monoparentais

Não quero cometer a injustiça de não ter feito, em poucos minutos, a triagem completa das medidas que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou. Em todo o caso e em toda a circunstância, soube a pouco, e isso reconduziu-me à reflexão sobre a origem deste debate, sobre o que era verdadeiramente este debate

O Sr. José Magalhães (PS) — Ainda não descobriu?

O Orador — Seria um acontecimento em que o Governo vinha pedir um voto de confiança à Câmara? Viria aqui resolver uma eventual crise política? Viria aqui antecipar o debate do Estado da Nação? Mas porquê? Qual era a verdadeira origem deste debate?

Entendi-a no decurso deste debate: o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui pedir confiança ao Partido Socialista e, a partir daí, irradiar confiança para o País

Permita-me que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro, que, neste particular, não teve — e digo-o sem acinte — grande êxito, porque, ao dizer, em relação aos salários da Administração Pública, que, caso haja qualquer derrapagem na inflação, o Governo os compensará no próximo ano, pois fará o respectivo diferencial, só mostrou a pouca credibilidade e a pouca confiança que o Governo tem na taxa de inflação que prevê que venha a ocorrer

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, que confiança podemos ter quando, no mesmo discurso e no mesmo debate, nos diz que os factores do preço dos combustíveis a nível internacional foi algo que o País teve que enfrentar, que não dependia directamente da política do Governo, e depois nos diz, com o maior à-vontade, aliás, corrigindo-se em duas intervenções sucessivas, que, ao longo deste Orçamento, não haverá qualquer aumento do preço dos combustíveis e que é sua convicção — o que valerá essa

convicção, Sr. Primeiro-Ministro! — que, ao longo da Legislatura, não haverá aumento do preço dos combustíveis

De duas, uma ou o Sr. Primeiro-Ministro teve um *lapsus linguae* e está a pensar em desencadear uma crise política e, como a Legislatura não será longa, pode dar-se ao luxo de fazer essa declaração, ou, eventualmente, o que disse vale o que vale e, a nosso ver, não é revelador desse crédito de confiança que o Sr. Primeiro-Ministro aqui pensa trazer

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, eu iria à questão nodal deste debate e talvez deste jogo político, que tem estado sombrio. Disse o Sr. Primeiro-Ministro, no seu discurso, que não vai facilitar a vida àqueles que querem fazer-lhe oposição e «vê-lo pelas costas». E disse ainda, a terminar: «Cuidado!» — fez com o dedinho esse gesto ameaçador —, acrescentando que alguns querem provocar uma crise política para terem mais um punhado de votos

Então — e aqui está uma questão muito concreta —, vai o Sr. Primeiro-Ministro acobertar-se com o travão constitucional de um ano, sem possibilidade de convocação de eleições, para se «vitimizar» como Primeiro-Ministro e como Governo? Vai atrair para as oposições, quaisquer que elas sejam, o ónus das dificuldades governativas? Vai o Governo assumir ao longo deste período, já que não assumiu qualquer moção de confiança, que não tem uma maioria absoluta e que, apesar de se chamar «Governo da nova maioria», terá que governar nessas circunstâncias e que tem sobre si a principal responsabilidade da estabilidade política e não qualquer partido da oposição? Como é que o Sr. Primeiro-Ministro responde a isto, que me parece ser a questão essencial deste debate político?

É que, quanto ao resto, já todos nós aqui o sabemos e temos debatido. Há algum cansaço, Sr. Primeiro-Ministro, há descontentamentos, porque tem havido autismo da parte do Governo em muitas áreas políticas

O Sr. Presidente — Queira concluir, Sr. Deputado

O Orador — Sr. Presidente, terminei com uma única e brevíssima questão.

O Sr. Presidente — Tem que ser mesmo brevíssima, senão terei que interrompê-lo, Sr. Deputado

O Orador — Sr. Presidente, é brevíssima e prometo que não defendo a honra das cegonhas nem a consideração do poste eléctrico, como aqui fez um ilustre colega

Sr. Presidente — Sr. Deputado, faça favor de terminar imediatamente

O Orador — Sr. Primeiro-Ministro, como é que se aceita que uma requisição civil, que foi feita em tom ameaçador a um sector laboral, tenha partido para um processo de decretação de serviços mínimos numa lógica jurídica e política exactamente igual à do

O Sr. Presidente — Desculpe tirar-lhe a palavra, Sr. Deputado, mas não estava a cumprir a regra definida na última conferência de líderes. Não me leve a mal. Custa-me muito, mas terei de o fazer daqui em diante em todas as circunstâncias

O Sr. Luís Fazenda (BE). — Apraz-me que tenha começado por mim, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Tem a palavra, para responder, o Sr Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, apraz-me registar o seu interesse e o seu empenhamento pelas questões da nova economia, facto que é novo neste debate por parte dos partidos da oposição.

O Sr. João Amaral (PCP) — Já tem quem lhe aprove o Orçamento!

O Orador. — O Sr Deputado pergunta para quê este debate? Qual é a finalidade deste debate? Este debate é um acto normal em democracia. A finalidade deste debate é o estabelecimento de um diálogo normal entre o Governo e a oposição sobre os problemas do País

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Normal, mas raro!

O Orador. — O que eu não comprehendo — e, infelizmente, não o escondo, a presidência portuguesa tem-me, de facto, limitado e essas limitações traduzem-se, inevitavelmente, numa menor disponibilidade de agenda (assumo-o), mas penso o País devia compreender isso, e porventura compreenderá; talvez o que não comprehenda é que esta seja a oportunidade para tão intensamente se tentar atacar o Governo -, o que eu não comprehendo, repito, é que, quando começa um debate sobre os problemas que preocupam as pessoas, venha o Sr. Deputado Luís Fazenda perguntar para que é que, afinal, o debate serve

O Sr Luís Fazenda (BE): — A pergunta não foi essa, Sr Primeiro-Ministro!

O Orador — O debate é o elemento essencial de funcionamento na relação entre o Governo e a oposição

Quanto à estabilidade, é muito simples este Governo afirmar-se como referência de estabilidade. E não foi do lado do Governo que, nas últimas semanas, se falou na possibilidade de o Governo cair e na possibilidade de moções de censura. Não foi da nossa parte. Não fomos nós que lançámos essa ameaça sobre a estabilidade do Governo. Não vamos fazer provocações ao Parlamento e às oposições para pôr em causa a estabilidade

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Quanto à questão central, a dos Orçamentos, temos revelado sempre uma disponibilidade para o diálogo e para acolher as propostas das oposições que não desvirtuem os nossos Orçamentos e espero que exista, por parte do Bloco de Esquerda, disponibilidade para corresponder a isto nos próximos Orçamentos do Estado, já que não existiu, infelizmente, no último Orçamento. Essa é uma responsabilidade também dos partidos da oposição. Porque o facto de não haver uma maioria absoluta leva a que o Governo deva ter uma atitude de diálogo construtivo com as oposições, mas leva a que as oposições tenham também uma quota-parte de responsabilidade na estabilidade política do País

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de requisição civil, temos assistido, em Portugal, a um número limitado de greves no

sector dos transportes, num número muito reduzido de empresas e com uma forma de condução das lutas que, pessoalmente, considero errada por parte dos trabalhadores, porque, em vez de afectarem as empresas ou o Governo, têm fundamentalmente afectado os seus concidadãos, na maior parte dos casos trabalhadores como eles, sobretudo na área da Grande Lisboa

E, em relação a esta matéria, nós não nos deixámos ir pela lógica daqueles que entenderam que era preciso limitar o direito à greve, rever a legislação sobre a greve. Nós não vamos pôr em causa o direito à greve dos trabalhadores. Agora, quando há situações, como foi o caso, em que um número reduzido de trabalhadores põe em causa o funcionamento do País, ameaçando paralisá-lo, é dever do Governo decretar a requisição civil. Se o não fizesse, o Governo estava totalmente desatento em relação às necessidades do País

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Devo dizer que, apesar de ter encontrado, é verdade, em algumas forças políticas compreensão para este acto, fico verdadeiramente espantado por não encontrar noutras, sobretudo com responsabilidades, o sentido de que, naquele momento, não havia nenhuma outra alternativa em defesa do interesse nacional que não fosse a requisição civil. Isso, aliás, foi entendido pelos próprios trabalhadores, maquinistas, da CP. O que estava em causa era, como sabe, uma greve dos maquinistas da CP

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos — o último, até este momento —, ao Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro,

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Não se esqueça de dizer bem do Primeiro-Ministro!

O Orador — a circunstância de falar em último lugar — o que demonstra, até, a postura profundamente democrática do Partido Socialista na conferência de líderes que leva a que o maior partido nesta Câmara seja o último a colocar questões ao Sr Primeiro-Ministro — permite-me, contudo, desde já retirar algumas ilações acerca deste debate

A primeira é que ele estabelece uma dicotomia muito clara entre a postura do Governo, de um Governo que não hesita em correr os riscos de alguma impopularidade momentânea para não se afastar da defesa daquilo que entende ser o interesse público geral da comunidade portuguesa, e uma oposição que, sôfrega de alcançar popularidade a todo o custo, está disposta a transformar-se numa espécie de «provedoria» de todos os ressentimentos e de todas as pequenas insatisfações existentes na sociedade portuguesa

Vozes do PS — Muito bem!

O Órador. — E essa não é uma diferença que deva ser aqui desvalorizada. Todas as sociedades democráticas são sociedades percorridas por tensões, são sociedades marcadas por alguns conflitos políticos, económicos e

sociais E há momentos em que esses conflitos adquirem, natural e inevitavelmente, maior expressão É precisamente nessas alturas que essas sociedades precisam de governos e de um poder que seja forte, firme e determinado!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Firme e determinado é que este não é!

O Orador: — É isso, felizmente, que acontece com este Governo!

Aplausos do PS

Infelizmente, temos uma oposição que, nessa ânsia absoluta de alcançar popularidade a todo o custo, se demite completamente de ter um projecto, de ter uma orientação, de ter uma visão, de ter políticas devidamente estabilizadas e coerentes para o nosso país.

Por isso não é de estranhar que o Sr. Deputado Paulo Portas um dia esteja preocupado porque as taxas de juro estão demasiado baixas e no dia seguinte esteja preocupado pela razão contrária de que elas estão demasiado altas.

Vozes do PS. — Exactamente!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Isso é completamente falso! Eu não disse isso!

O Orador — Por isso não é de estranhar que o Sr. Deputado Durão Barroso entenda que estamos a viver acima das nossas possibilidades, mas apoie todas as propostas que apareçam neste Parlamento com o intuito de o País viver acima das suas possibilidades

O Sr. Manuel dos Santos (PS). — Exactamente assim!

O Orador — Por isso não é de estranhar, de facto, que a oposição revele perante o País esta ideia penosa de uma oposição que não tem verdadeiramente nenhum objectivo estratégico, não tem verdadeiramente nenhuma perspectiva do que deve ser a governação de Portugal nos próximos anos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por isso é que a oposição — uma parte dela, pelo menos — dá de si própria aqui a imagem caricata de uma oposição desatenta àquilo que são, hoje, as grandes questões que em toda a Europa e, até, em todo o mundo se colocam às sociedades

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Onde é que ouvi isso?

O Orador — A questão da *Internet*, tal como foi colocada pelo Sr. Primeiro-Ministro, não foi colocada como uma espécie de fascínio absoluto pelas novas tecnologias, pelo contrário. O Sr. Primeiro-Ministro salientou que, em torno das novas tecnologias e em torno da utilização das mesmas, se reconstituem problemas políticos e se reconstituem problemas sociais. Porque uma questão fundamental que se coloca para o futuro do nosso país é, de facto, a da habilitação de todos os portugueses para competirem nos mercados internacionais,..

O Sr. José Barros Moura (PS) — Muito bem!

O Orador: — . para terem a possibilidade de competir com aqueles que são provenientes de outros países e que já têm acesso a uma educação mais qualificada do que aquela que nós, infelizmente, ainda não temos.

Por isso mesmo, quando o Sr. Primeiro-Ministro aqui afirma claramente o propósito deste Governo de assumir como um desafio estratégico, como um verdadeiro designio, democratizar o acesso às novas tecnologias, estamos perante uma questão absolutamente fundamental. Isso pode não dizer nada aos Srs. Deputados da oposição, mas há-de dizer muito, se não tudo, aos jovens que nos estão, hoje, aqui a ouvir,..

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — . aos muitos jovens que, em Portugal, são os destinatários da acção deste Governo. Forque por aí também passa a fronteira entre a possibilidade de as novas gerações se qualificarem ou não se qualificarem, de as novas gerações terem um grau de educação e formação profissional idêntico ao dos demais países europeus ou não terem e ficarem irremediavelmente para trás

Mas, ao mesmo tempo, o Sr. Primeiro-Ministro demonstrou que o Governo está absolutamente preocupado em prosseguir objectivos de natureza social, absolutamente essenciais.

Aliás, há aqui, na questão da despesa pública — isso também foi aqui já salientado —, uma distinção fundamental. É que nós não somos daqueles que contestam a despesa pública pela despesa pública, sendo certo que já demos provas absolutas de rigor na gestão financeira do Estado e não temos mais nenhuma prova a dar nessa matéria.

Mas, ao mesmo tempo, entendemos que há despesas públicas que são necessárias, há despesa públicas que correspondem a investimentos fundamentais e há despesas públicas que são essenciais para impedir que se acentuem, que se agravem, as desigualdades ainda, infelizmente, existentes no nosso país

É por isso que verificamos, também, com agrado, que a grande preocupação do Governo consiste em combater o verdadeiro despesismo, isto é, as despesas canalizadas para actividades que nada têm que ver.

O Sr. Presidente. — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado

O Orador — Vou terminar, Sr. Presidente

O Sr. Presidente. — Tem mesmo que terminar

O Orador — Sr. Primeiro-Ministro, conte com o apoio desta bancada para a implementação de todas as medidas que enunciou

O Sr. Presidente — Muito obrigado, Sr. Deputado

O Orador — . e estou certo que esse apoio, como previu o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, irradiará todo o País

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr Presidente, vou fazer uma intervenção muito breve para sublinhar duas coisas

Por várias vezes, nos últimos meses, elementos destacados das oposições usaram um tema recorrente dizendo que este Governo estava esgotado, não tinha ideias novas, não tinha projectos novos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — E é verdade!

O Orador — O que é verdadeiramente notável é que, quando o Governo chega aqui e enfrenta os problemas da nova economia e da nova sociedade, todas as intervenções, com uma única excepção, das oposições dizem respeito aos velhos problemas, ..

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Que não estão a ser resolvidos!

O Orador — ... que, pensava eu, já estavam claramente esclarecidos, embora nem todos inteiramente resolvidos.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Ah! Bem!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — Esse é que é o problema!

O Orador — Já agora, gostaria de, em relação a este aspecto, dizer duas coisas

Nós não temos a visão da modernidade pela modernidade,

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — . mas ai daqueles que perderem, hoje, o «comboio» da modernidade. Quem hoje perder o «comboio» da modernidade, conduzirá o País a uma situação de pobreza, de desemprego e de atraso irrecuperável. As coisas andam hoje a uma velocidade tal que ninguém pode fugir ao afrontar das novas questões, dos novos temas, e ao encontrar das novas respostas

Agora, o que está em causa no afrontar dos novos temas é saber se nesses novos temas se tem a mesma consciência social com que se respondeu aos antigos ou se se perde essa consciência social

Vou dar-vos um exemplo actual.

Neste momento, decorrem, em toda a Europa, os concursos para a chamada «terceira geração» de telefones móveis — UMTS, ou seja, o sistema de telecomunicações móvel e universal. E há nos governos europeus duas lógicas a lógica de quem põe as frequências a leilão com o único objectivo de receber o máximo de encaixe financeiro para o Estado e a lógica de definir um caderno de encargos com um conjunto de obrigações sociais, visando a democratização efectiva do acesso à Internet para toda a sociedade e não apenas para os mais poderosos, que é o método que este Governo vai usar

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Isto revela que, mesmo quando encaramos os novos problemas, não esquecemos os velhos princípios, porque a nossa política é de princípios e de valores. E a consciência social e a solidariedade são um princípio e um valor para a velha economia, mas terão de ser um princípio e um valor para a nova economia

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Que alguns não compreendam sequer o que é a nova economia já é preocupante, que não sejam capazes de compreender por que é que a solidariedade e a consciência social são igualmente importantes nessa nova economia, isso, é uma verdadeira tragédia

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente — Srs Deputados, vamos entrar na fase das intervenções que se farão pela ordem das inscrições

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr.^{as}s e Srs Deputados. Começo por colocar uma questão prévia acerca do modo como está a decorrer o debate até este momento.

O Sr Primeiro-Ministro já mostrou que não tem respostas concretas para as perguntas da oposição, porque o Governo não tem soluções para os problemas do País

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — A única questão concreta a que o Sr. Primeiro-Ministro respondeu relaciona-se com a sua promessa de não aumentar o preço dos combustíveis até ao fim da Legislatura

Por mim, a conclusão que retiro é a de que o Sr Primeiro-Ministro se prepara para encurtar esta Legislatura — e convém que as pessoas entendam o que aqui ficou dito sobre essa matéria!

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs Deputados Para analisarmos com seriedade a actual situação do País é útil colocá-la em perspectiva, olhar para o caminho até agora percorrido e para os horizontes de evolução futura.

Vamos já na terceira década desde a Revolução de Abril de 1974 e, mais precisamente, desde as primeiras eleições livres, em 1975

A primeira dessas décadas, de 1975 a 1985, foi marcada pela instauração de um regime pluralista de tipo ocidental Com sobressaltos, sem dúvida Desde o modo como decorreu a descolonização até aos estrangulamentos económicos do processo de nacionalizações

Mas, no essencial, Portugal pode orgulhar-se de ter conseguido, sobretudo após a revisão constitucional de 1982, consolidar uma democracia política liberta da tutela militar. Vivíamos, contudo, uma situação marcada, ainda, pela ineficiência económica e pela instabilidade política

A segunda década, entre 1985 e 1995, resolveu no essencial estes problemas e correspondeu à conjugação, que nunca tinha ocorrido no século XX português, da democracia com a estabilidade política, mas também com um importante desenvolvimento do País Foi, igualmente, o período marcado pela adesão de Portugal à Comunidade Europeia

Portugal cresceu do ponto de vista económico, desenvolveu-se social e culturalmente, promoveu a modernização das infra-estruturas, aproximou-se dos padrões médios da Europa

Em 1995, contudo, os portugueses quiseram mudar de governo. E porquê? Porque não queriam estabilidade política? Porque não queriam mais desenvolvimento económico, social ou cultural? Porque não queriam mais modernização e obras públicas? Porque não queriam a integração europeia, o caminho para o euro ou o crescente prestígio do País no contexto internacional?

Com certeza que os portugueses queriam tudo isso!

Mas queriam também — devemos aceitá-lo e reconhecê-lo! — um ambiente de maior distensão. Queriam, sobretudo, a alternância política, normal em democracia, após 10 anos de governação de um só partido. E, como então se dizia, queriam uma política com mais diálogo. Uma sociedade mais exigente desejava, naturalmente, mais qualidade a todos os níveis.

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr^{as} e Srs Deputados Agora, depois das promessas de governar com o coração e em diálogo, importa ver o ponto em que nos situamos.

O diálogo transformou-se de instrumento em objectivo e o Governo enredou-se a tal ponto numa política de facilidades, de futilidades e de festividades que não foi capaz de encontrar uma linha de rumo para o País.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Em lugar da decisão, a hesitação. Em vez de acção, a retórica. Em vez de valores e de convicções, os interesses e as acomodações. Em vez do conteúdo, a imagem.

O Sr. José Magalhães (PS) — Isso é um auto-retrato!

O Orador — Em vez das ideias, o *marketing*. No lugar da verdade, a ilusão. À frente do interesse público, os interesses particulares. Em vez da protecção dos fracos, a cedência sistemática aos mais fortes. E o País cada vez mais num impasse.

A lógica que hoje impera é esta: a reforma fiscal desagrada a determinados grupos de interesses? Que fique de lado! A reforma da saúde é difícil? Adie-se! A reforma da Administração Pública custa votos? Arquive-se! A reforma da justiça implica rupturas? Que espere melhores dias!

Vozes do PSD. Muito bem!

O Orador - Sr. Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr^{as} e Srs Deputados Até há alguns anos atrás, o País mobilizou-se em torno da adesão ao euro e procurou não ficar relegado para a «2.ª divisão» da Europa. Só que o Governo não percebeu que essa adesão era um ponto de partida e nunca um ponto de chegada.

Atingido esse objectivo, outros deveriam seguir-se.

Mas o Governo preferiu descansar, em vez de preparar o País para os novos desafios. Não tem rumo, não prossegue uma linha estratégica, não é capaz de incutir esperança. Arrasta-se e demite-se de governar.

Aplausos do PSD.

A nível económico, os resultados estão à vista.

As campanhas de alarme há muito que tocam estridentemente: é o défice externo, é a quebra do investimento estrangeiro, o sinal mais preocupante da perda de competitividade da nossa economia.

A convergência de Portugal com a União Europeia abrandou significativamente nos últimos anos.

Enquanto que, ao ritmo observado entre 1987 e 1994, alcançaríamos a média europeia em 2014, ao ritmo observado entre 1995 e 1999, só lá chegariam em 2046.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É uma vergonha!

O Orador — Acresce que, segundo as projecções mais recentes do FMI — e, até agora, o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu à pergunta que lhe coloquei acerca das previsões do FMI! —, no ano 2001, Portugal virá a sofrer uma desaceleração no crescimento para 3,1%, contra 3,2% da zona euro. A confirmar-se esta previsão, isso significa que, já no próximo ano, o País não só interromperá o processo de convergência com a Europa, como entrará num processo de divergência. Ou seja, os portugueses cada vez mais afastados do nível de vida europeu.

Recordemos que, no seu Programa, o Governo propunha-se atingir a média europeia daqui a 25 anos.

Na nossa vizinha Espanha, o objectivo é não só atingir a média europeia mas também fazer da sua economia uma das primeiras e mais ricas da Europa em, apenas, 10 anos!

A Irlanda regista, no quinquénio 1996-2000, taxas médias de crescimento anual do PIB, dos salários reais, da produtividade do trabalho, pelo menos duplas das nossas.

E tudo isso porque ambos os países olham para a globalização, não como um obstáculo, mas como um desafio e um estímulo ao desenvolvimento.

Como é grande o contraste com a falta de ambição do nosso Governo!

É esta mediocridade que queremos combater. É esta triste resignação que nos propomos enfrentar.

É uma questão de atitude. E a atitude é muito importante. É uma questão de vontade, de coragem, de determinação, determinação essa que nós não queremos ver confundida com a teimosia do Primeiro-Ministro, quando não reconhece a realidade que o País vive, hoje em dia.

Aplausos do PSD

Protestos do PS

Tão grave quanto a evolução dos indicadores económicos é o comportamento de um governo que oculta e deturpa a informação. Que engana os portugueses.

Foi o adiamento da subida dos preços dos combustíveis por razões eleitorais, primeiro, de aprovação do Orçamento do Estado, a seguir, e de controle da negociação colectiva de trabalho, depois. Foi, agora, uma muito obediente direcção-geral, a Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, que divulgou números falseados da inflação nas vésperas de uma greve geral da função pública e de uma conveniente entrevista do Primeiro-Ministro à televisão.

Aplausos do PSD

Protestos do PS

É, ainda, a opacidade oficial quanto ao estado da execução orçamental.

Este comportamento, Sr Primeiro-Ministro, não denota apenas — e já seria muito grave! — falta de ética política. Quebra a confiança das pessoas no Governo. Contamina a relação entre políticos e cidadãos. Agrava o fosso que separa o Estado e a sociedade.

Este Governo não assegura o prestígio do Estado na relação internacional, como se viu na política seguida relativamente a Angola, nem garante a sua própria autoridade na ordem interna, como o demonstra a crise na Polícia de Segurança Pública

Mas, para além da degradação da autoridade do Estado, agrava-se o problema da decadência da responsabilidade, que se manifesta a todos os níveis

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Metade do País fica às escuras durante horas e, como de costume, ninguém é responsável, a não ser uma cegonha!

Nas escolas, segundo números oficiais, ultrapassam-se todos os recordes de violência sobre os professores. Assiste-se ao generalizado desrespeito por valores que, até há pouco, eram tidos como indiscutíveis

E a cultura da indiferença. É o consumismo. É o novo-riquismo. É o «salve-se quem puder!». É a desvalorização do espírito de serviço público. São os atalhos do favorecimento partidário a substituir os caminhos da competência e do mérito. É o oportunismo a todos os níveis do Estado e da política.

Aplausos do PSD.

Afinal, para onde vai um país em que, de acordo com os últimos estudos, apenas 1/5 da população percebe realmente o que lê?

Apenas 1/5 das pessoas — lembra-se das pessoas, Sr. Primeiro-Ministro? Das pessoas! — revela capacidade para utilizar a informação escrita, para ler coisas tão simples como a posologia dos medicamentos, os rótulos dos produtos alimentícios ou, mesmo, as alíneas de um formulário administrativo

O Sr. José Magalhães (PS) — E ler um discurso seu? Coisa difícil!

O Orador. — Para onde vai um país que, em 1999, registou nas suas estradas 49 000 acidentes com vítimas, dos quais resultaram cerca de 1800 mortos e quase 8000 feridos?

Para onde vai um país que apresenta das mais elevadas taxas de consumo de bebidas alcoólicas? Para onde vai um país em que cerca de 800 000 pessoas são dependentes do álcool? Para onde vai um país em que 1/10 da população bebe em excesso? Para onde vai um país em que o alcoolismo juvenil atinge níveis alarmantes, destruindo vidas e famílias?

Protestos do PS

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não gostam do que estão a ouvir!

O Sr. Presidente. — Srs. Deputados, mais uma vez, peço o favor de fazerem silêncio e peço-vos o cumprimento de uma obrigação que é vossa

Protestos do PS

Srs. Deputados, estou a pedir silêncio! Não admito que continuem a conversar, como se eu não vos tivesse feito um pedido! Lamento muito, mas não admito!

O Orador — Sr. Presidente, é natural, porque alguns dos Srs. Deputados gostam muito mais de «trincas» políticas do que das questões que preocupam as pessoas.

O Sr. Presidente — Desculpe, Sr. Deputado. Não vale a pena fazer distinções entre grupos parlamentares!

Risos e aplausos do PS.

O Orador — Sr. Presidente, se me permite, faço todas as distinções que entendo entre os diferentes grupos parlamentares! E há, claramente, distinções!

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, eu seria a última pessoa a retirar-lhe o direito de fazer as distinções que entender!

O Sr. Deputado também não pode evitar que eu próprio faça os comentários que julgo serem correctos. E se alguma convicção tenho neste momento é a de que fiz o comentário mais correcto possível sobre o que se passa neste Parlamento

Aplausos do PS

Faça favor de continuar, Sr. Deputado

O Orador — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É verdade que alguns gostam muito mais das «trincas» políticas habituais do que de ouvir falar dos verdadeiros problemas das pessoas. Procurei trazer aqui problemas verdadeiros das pessoas e da nossa sociedade

Dirão alguns que a responsabilidade não é do Governo. Mas não se esqueçam que a nossa sociedade é extremamente sensível aos sinais que os governos transmitem

Este Governo não pode mobilizar a sociedade para a batalha da qualidade, quando ele próprio dá o exemplo de facilitismo, de resignação e de mediocridade. Alguma vez este Governo transmutou sinais de rigor, de responsabilidade, de exigência e de afirmação da qualidade? Pelo contrário!

Este Governo não só se tem resignado como tem mostrado falta de autoridade para pedir sacrifícios às pessoas, quando ele próprio dá o maior exemplo de despesismo. Demite-se, também, este Governo das suas próprias funções e esqueceu a sua primeira promessa, aquela pela qual uma grande parte dos portugueses, em 1995, resolveu dar-lhe a sua confiança a resolução dos problemas concretos das pessoas

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Por exemplo, o que fez o Governo de concreto, para além das promessas sempre renovadas — ainda hoje, o Sr. Primeiro-Ministro aqui trouxe mais promessas, o que é a prova de que, ao fim de cinco anos, não fez o que se tinha comprometido a fazer! —, o que fez para ajudar as pessoas a conciliarem a ocupação profissional com a vida familiar?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Nada!

O Orador — O que fez o Governo para tornar um pouco menos difícil a vida das mulheres e, em especial, das mães portuguesas?

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS). — Muito!

O Orador — Um governo tão preocupado com as pessoas não deveria ter olhado mais para as verdadeiras preocupações dos portugueses, em vez de se deslumbrar provincianamente com algumas efemérides da vida internacional?

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — Em vez de exibição pública, não teria sido preferível olhar, por exemplo, para os deficientes e para aqueles que realmente precisam da atenção do Estado?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Em vez do crescimento artificial da economia, assente num consumismo desenfreado e estimulado por razões eleitorais, não teria sido preferível melhorar as condições de vida dos trabalhadores por conta de outrem e, sobretudo, daqueles que têm menores recursos?

A propagandeada política para as pessoas é, hoje, uma ilusão e um artifício. Aquilo que as pessoas, lá fora, realmente sentem é uma distância cada vez maior entre os seus problemas e as prioridades do Governo e do Primeiro-Ministro.

Veja-se a sua insensibilidade, Sr. Primeiro-Ministro, perante a insegurança que se vive em Portugal e a sua não resposta às questões concretas que lhe coloquei.

Pergunto, novamente já foram capturados os responsáveis pelo crime, numa discoteca, em Lisboa, que vitimou sete pessoas, os quais estavam na iminência de ser capturados, segundo dizia o Ministro da Administração Interna?

Sr Primeiro-Ministro, o que está a fazer para melhorar a segurança das pessoas, em Portugal?

Aplausos do PSD

Não é, de facto, um problema de comunicação, é a distância que vai entre promessas e concretizações, é a medida do desapontamento e da frustração que um cada vez maior número dos nossos compatriotas sente perante o actual estado de coisas.

Os portugueses já notaram que é na praça pública, falando mais alto, que melhor se defendem interesses e obtêm concessões. Jogando com o País um jogo perigoso, o Governo vai desbaratando o que lhe resta de credibilidade.

Pode confiar-se num governo que, dizendo-se empenhado na concertação social, sonegou aos parceiros informação vital para uma negociação que se pretendia séria?

Vozes do PSD — Não!

O Orador. — Pode confiar-se num governo que, tendo apresentado um Orçamento que classificou como rigoroso, anuncia um corte da despesa em 100 milhões de contos, apenas alguns dias após a sua aprovação?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Pode confiar-se num governo que pretende agora, com um programa dito Portugal-Internet,

encontrar a solução mágica para todos os problemas como se este discurso sobre a nova economia não fosse apenas uma fuga para a frente de quem não é capaz de resolver os problemas da velha economia?

Vozes do PSD — Muito bem!

Risos do PS

Sr Primeiro-Ministro, V Ex^a quis dar a entender que a grande questão deste debate era a nova economia, mas eu acho que não é a nova economia que o preocupa. É a velha política de distrair as atenções dos portugueses daquilo que os preocupa na sua vida quotidiana!

Aplausos do PSD

Pode confiar-se num governo que insiste de modo despudorado na colocação de apaniguados políticos? Que prossegue uma política em que o longo braço do Estado cada vez mais se confunde com o longo braço do partido?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Pode confiar-se num governo que se dizia contra o centralismo e, até, adepto da regionalização e ainda não promoveu, desde o referendo, uma única medida de descentralização e até já estabeleceu mais de 60 institutos públicos em Lisboa, na capital do País?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Pode confiar-se num governo que se prepara para criar comissários regionais, na realidade comissários políticos, cujo objectivo é alargar a tutela do Estado sobre o poder local e partidarizar ainda mais os critérios de distribuição das verbas comunitárias?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Pode confiar-se num governo que nada fez em relação à insegurança que as pessoas vivem e que apresenta como medida emblemática a criação de sindicatos da polícia?

Sr. Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr^{as} e Srs Deputados: É por tudo isto que estou realmente preocupado com a situação de Portugal e mais preocupado ainda com o futuro e com os caminhos para sairmos desta situação.

Quando se herda uma situação como esta, é muito reduzida a margem de manobra de quem tem que gerir os destinos do País.

Num quadro muito difícil, o próximo governo vai ter que reabilitar a autoridade do Estado, retomar a confiança da sociedade, transmitir sinais de rigor e exigência, reformar os sectores que não funcionam.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — Tudo isso em simultâneo com a necessidade de proceder a um ajustamento económico-financeiro tornado inevitável pela incapacidade deste Governo.

O Sr Primeiro-Ministro dizia, há tempos, que a macroeconomia estava resolvida e que agora se ia dedicar à microeconomia. Mas os problemas que ele pretendeu ver sair pela janela acabam de nos entrar pela nossa porta.

dentro. Não há, hoje, um único economista sério e respeitado que não esteja preocupado com a evolução da situação macroeconómica em Portugal.

Estas serão, entre outras, as tarefas do próximo governo reformas de fundo e coragem para mudar.

Não se peça, pois, à oposição, como sistematicamente acontece nesta Assembleia por parte da bancada do Governo, que apresente alternativas meramente pontuais ou políticas de remendo.

Por mim, não aceitarei nunca qualquer compromisso com uma política ou uma governação de cujos pressupostos fundamental e essencialmente discordo.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — O que o País verdadeiramente precisa é de um outro rumo. Que se abra um horizonte de esperança

Só depois de reabilitadas as finanças públicas, de modo a libertar o sistema do parasitismo clientelista e a combater o despesismo instalado, só então, é que o novo governo poderá concentrar-se nas tarefas essenciais do Estado. Estaremos, então, em condições de cumprir objectivos sociais de que, em caso algum, abdicaremos.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Só assim o próximo governo poderá promover a competitividade de Portugal num quadro internacional cada vez mais exigente. Só assim tem sentido, então sim, falar da nova economia. Só assim poderemos mudar em segurança.

Sr Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs Deputados A verdade que o Governo se obstina em não aceitar é que hoje a nossa sociedade começa a aperceber-se de que o Governo, sete meses, apenas sete meses, após as últimas eleições, já não está, realmente, em condições de governar.

Assistimos, hoje, ao fim das ilusões. É que o ilusionismo, Sr. Primeiro-Ministro, tem os seus limites O Estado e a própria Administração Pública surgem aos olhos dos portugueses cada vez mais distantes e a opinião geral, fora da área do Governo, é a de que a Administração não funciona, é a de que o País está parado

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS) — Olhe que não!

O Orador. — O actual Governo, quer pela degradação da economia, quer pela ideia geral de pântano, o pântano que tende a instalar-se na sociedade portuguesa, está, na realidade, a conduzir o País para um impasse.

Perante este impasse, não deve insistir-se nos caminhos que já se viu não levarem a lado nenhum. Deve mudar-se de percurso, para que esta década não seja totalmente perdida para Portugal e para os portugueses

É urgente promover a viragem política É preciso uma nova esperança, porque é cada vez maior o número de pessoas que considera que é preciso mudar de rumo. E mudar o mais depressa possível a bem de Portugal.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente. — Para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Durão Barroso, inscreveram-se os Srs Deputados Francisco de Assis, José Magalhães e Manuel dos Santos. Porém, o Sr Deputado Durão Barroso só tem 13 segundos e, assim, pergunto ao Partido Socialista

se cede algum tempo ao Sr. Deputado Durão Barroso para poder responder.

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Sr Presidente, cedemos 5 minutos

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso V. Ex^a, hoje, não fez aqui o discurso de um líder da oposição e muito menos o discurso de um verdadeiro candidato a primeiro-ministro

Risos do PSD

V. Ex^a fez, hoje, aqui, o discurso de um desesperado, ..

Aplausos do PS

.. o discurso de um homem que se autocondena a uma morte política próxima

Mas que o Sr Deputado Durão Barroso esteja desesperado ou dominado por um ambiente depressivo, do ponto de vista político, é coisa que se comprehende e até se respeita Porém, Sr. Deputado Durão Barroso, não queira projectar o seu desespero no País O Sr Deputado fez o retrato de um País de alcoólicos, de um País de iletrados, de um País de falhados

Aplausos do PS

Portugal não é isso Sr Deputado Durão Barroso! Portugal é um país que, seguramente, tem dificuldades, mas é constituído por homens e por mulheres que enfrentam todos os dias, com invulgar tenacidade, essas dificuldades.

Portugal é um país onde o investimento tem vindo a aumentar; Portugal é um país onde a economia tem vindo a crescer; Portugal é um país onde o emprego também tem vindo a aumentar, Portugal é um país onde se tem investido cada vez mais em sectores fulcrais, como a educação, Portugal é hoje um país diferente e, sobretudo, mesmo esse Portugal que vota habitualmente nos senhores não se reconhece nesse retrato, porque mesmo esse, identicamente àquele que vota em nós, é um Portugal de esperança e de confiança, não é um Portugal que se deixe dominar pela ideia panglossiana de que vivemos no melhor dos mundos possíveis mas é um Portugal que está disposto a lutar e que tem demonstrado isso mesmo.

Sr. Deputado Durão Barroso, lamento muito mas o senhor enganou-se no país O país de que o senhor falou não é aquele que existe e os portugueses interrogar-se-ão como é que alguém pode aspirar a governar Portugal quando tem de Portugal uma imagem tão negativa

Aplausos do PS

Sr. Deputado Durão Barroso, V Ex^a revelou hoje, aqui, uma vez mais, mais até do que uma impreparação política global para governar o País — bem demonstrada na forma como negligencia aspectos fundamentais como as novas tecnologias e a nova economia, que na sua perspectiva deve começar a ser abordada lá para o ano 2050, depois de todos os outros países terem entrado nessa nova fase da sua vida social e económica — uma coisa bem mais preocupante: V. Ex^a revelou que não tem ânimo, não está

provido de um estado de espírito que é minimamente necessário para quem aspire à governação de Portugal

Sr Deputado Durão Barroso, terminei dizendo-lhe o seguinte, quando eu lhe faço perguntas, V Ex^a costuma dizer-me que «diga o Sr Deputado o que disser, eu respondo sempre mais ou menos da mesma maneira». É verdade! É que V. Ex^a só nurna coisa é coerente na total ausência de projecto para Portugal

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado, faça favor de terminar.

O Orador: — Mas não é por esse caminho que o PSD se credibilizará, sem se empenhar, verdadeiramente, como alternativa de poder em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr Presidente — Sr Deputado Durão Barroso, como só tem 5 minutos para responder, não sei se o quer fazer já ou se responde no fim

O Sr. Durão Barroso (PSD): — Sr Presidente, responderei a todos os pedidos de esclarecimento em conjunto.

O Sr Presidente. — Tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Durão Barroso, V Ex^a tem um drama político que sentimos durante esta tarde e que foi agora reeditado. Esse drama político é que V Ex^a é a única pessoa nesta Sala que pensa que fez um discurso brilhante, que é um primeiro-ministro em potência, absolutamente fabuloso, embora ninguém lhe veja grande potência em matéria de líder da oposição, a começar pelo seu partido. Nós sentimo-lo a sentir aquela sensação horrível, que descreveu naquele vosso congresso em Viseu, que é sentir, atrás da nuca, o olhar cruel do Dr Luís Marques Mendes, que, ainda ontem, na Rádio Renascença, lhe exigia um vigor que não vimos por aqui e que ele já deve ter dito às rádios que também não viu, porque ninguém viu e ele é um homem como todos nós

Portanto, o Sr Deputado tende a ficar bloqueado pelo que lhe dizem do lado e, assim, não ouve o que lhe estão a perguntar, como aconteceu há pouco, bloqueado pela expectativa do que se vai dizer no café Nicola daqui a uns dias, onde umas pessoas se reúnem para lhe dar aulas de oposição. V Ex^a não se interroga porque é que todas as pessoas que falam consigo, o Zé, a Maria, lhe procuram dar aulas de oposição? Será porque V Ex^a é brilhante na oposição? Não se interroga sobre isto? V Ex^a autoglorifica-se mitomanicamente e, depois, perde oportunidades

Por exemplo quanto aos acontecimentos no Porto, perdeu uma oportunidade para se demarcar com sentido de Estado, como o Dr. Marcelo Rebelo e Sousa, cruelmente, acentuou. Não sou eu que o digo, é ele, e V Ex^a sabe que ele, nesta parte, francamente, não se engana

Por outro lado, V Ex^a sabe perfeitamente que hoje teria sido uma boa ocasião para aqui louvar as forças de segurança pelo esplêndido trabalho que fizeram em Fátima e pelo esplêndido trabalho que fizeram num difícil jogo desportivo. Ficava-lhe bem, Sr Deputado!

Aplausos do PS

Mas, Sr Deputado, perdoamos-lhe isso, porque hoje estamos num dia de generosidade. Porém, o que não compreendemos são os seus silêncios. Então, V Ex^a, a poucos dias do Conselho da Feira, não tem uma ideia sobre Portugal e a Europa? O que é que trouxe a este debate sobre o estado da Nação? Nada! V Ex^a não dá uma contribuição para nada, dando, até, devo dizer-lhe, uma contribuição negativa

V Ex^a ri-se, mas devo dizer-lhe também que é obsceno que, nesta Câmara, quem quer que seja se ria das questões da nova economia, porque elas são um desafio incandescente para a União Europeia na competição com o Estados Unidos e à escala global, e mereciam, nesta Câmara, uma discussão que o Governo tem tentado introduzir, sempre com resposta de chalaça, ou com pessoas, como o Sr Deputado Patinha Antão, a escrever coisas lamentáveis nos jornais, afirmando que se trata — notem! — de «vacuidades balofas»

O Sr. António Capucho (PSD) — Exactamente!

O Orador — Esta «alma» ainda não teve o trabalho nem tempo para ler os *dossiers* da Cimeira Europeia, porque isso é trabalhoso!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Uma «vacuidade balofa» é o que a União Europeia decidiu! Ignorância — fica perdoado!, mas nós não temos culpa disso

Há dois silêncios, e com esta observação termino, que não podemos aceitar

O Sr. Presidente — Terminou o tempo de que dispunha para pedir esclarecimentos, Sr Deputado

O Orador. — Sr Presidente, terminei com esta pergunta Sr Deputado Durão Barroso, o Governo apresentou ontem simulações de resultados eleitorais e elas demonstram

O Sr Presidente — Tem de terminar já, se faz favor, Dr Deputado

O Orador — Se me permitir, termino já, Sr Presidente.

O Sr Presidente — Tenha paciência, mas o Sr Deputado assistiu à formulação das novas regras Lamento muito!

O Orador — Sr Deputado Durão Barroso, qual é a sua resposta em relação à questão da revisão da Lei Eleitoral? Quer «decapitar» o PP, reduzindo drasticamente o número de Deputados?

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente e Srs Deputados, do líder de um partido respeitável e importante da democracia portuguesa, que por esse facto, não por mérito próprio, pode, potencialmente, aspirar a governar Portugal um dia, espera-se conhecimento dos *dossiers* e estudo prévio das questões. Infelizmente, não foi isso que o Sr. Deputado Durão Barroso nos apresentou

na longa intervenção que proferiu da tribuna — se calhar, foi longa exactamente para não se sujeitar às perguntas!

Começo por não concordar exactamente com o Sr. Deputado José Magalhães, quando ele afirma que o Sr. Deputado Durão Barroso não apresentou propostas à presidência portuguesa da União Europeia. Realmente, apresentou.

Vozes do PSD — Entendam-se!

O Orador — Tenho-as aqui, à minha frente! Trata-se de um documento do PSD, com a seguinte denominação «A Posição do Partido Social Democrata», do ano 2000.

O Sr. José Magalhães (PS) — De há quatro meses!

O Orador — Sim, de há quatro meses. Este documento, naturalmente, tem o acordo do Sr. Deputado Durão Barroso e nele podem ler-se estas «pérolas»: «Nestes termos, o PSD formula as seguintes observações e recomendações para a Conferência Intergovernamental: é de lamentar que na formulação da agenda da Conferência, onde a influência da presidência portuguesa poderia ter sido determinante, assim como nas prioridades desta» — Conferência Intergovernamental — «se não destaquem pontos fundamentais de interesse nacional como a coesão económica e social, as relações com o Brasil, o MERCOSUL, a África, »

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — «... e ultraperiferias, as reformas dos sistemas de segurança social»

O Sr. António Capucho (PSD) — Estamos de acordo. Qual é o problema?!

O Orador — Estamos entendidos sobre os conhecimentos que têm o Sr. Deputado Durão Barroso e o PSD sobre o âmbito da Conferência Intergovernamental?

O Sr. José Magalhães (PS) — Exactamente!

O Orador — Segunda questão: o Sr. Deputado Durão Barroso conhece qual foi o crescimento, em termos reais, da despesa corrente primária, por exemplo, em 1993?

Vozes do PS — Não sabe!

O Orador — Como sabe, «em termos reais» quer dizer descontada da inflação e «primária» quer dizer que não conta com os encargos da dívida pública. Sabe quanto foi esse crescimento? Foi de 5,5%! V. Ex.^a não pertencia a esse governo?

O Sr. José Magalhães (PS) — Não

O Orador — Sabe quanto foi esse crescimento em 1992? Foi de 6,6%! V. Ex.^a não pertencia a esse governo? Sabe quanto foi esse crescimento em 1991? Foi de 14,4% V. Ex.^a não pertencia a esse governo?

O Sr. Rui Rio (PSD) — E no tempo de D. Afonso Henriques?

O Orador — E V. Ex.^a critica o Governo por, nos anos de 1997, 1998 e 1999, o mesmo índice se situar na ordem

dos 4% a 5%! Só que há uma pequena diferença, Sr. Deputado Durão Barroso, que o senhor desconhece, mas que vou explicar-lhe

A Sr. Manuela Ferreira Leite (PSD) — E a desorçamentação?

O Orador — A diferença é que, durante os três anos que referi e em que V. Ex.^a estava no governo, as despesas sociais representavam 40% da despesa total e, actualmente, representam 55% da despesa total. Estes são dados que o Sr. Deputado tinha de saber e de valorizar!

Aplausos do PSD

Terceira questão.

O Sr. Presidente — Terminou o tempo de que dispunha para pedir esclarecimentos, Sr. Deputado. Não há tolerância, desculpe!

O Orador — Vou terminar, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Então, termine mesmo.

O Orador — Apenas quero dizer ao Sr. Presidente que, provavelmente, usarei da palavra numa pequena intervenção. Não quero, nesta fase, contribuir para aumentar a frustração do Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr. Presidente, os Srs. Deputados do Partido Socialista, mais uma vez, nas suas perguntas, formularam, na realidade, ataques pessoais, desagradáveis e deselegantes.

Vozes do PSD — Exactamente!

Vozes do PS — Oh!

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, mais uma vez, sou obrigado a chamar-vos a atenção. Peço-lhes que guardem silêncio

O Orador — Aos Srs. Deputados Francisco Assis e José Magalhães, que continuam a mostrar grande preocupação com a situação interna do PSD, queria dizer que retiro das suas intervenções que, caso fossem do meu partido, com certeza não me apoiam. Espero que o Sr. Deputado José Magalhães não venha para o PSD,

Risos do PSD

O Sr. José Magalhães (PS) — Fique descansado!

— porque não preciso de si no nosso partido!

Aplausos do PSD

Sr. Presidente e Srs. Deputados, considero que não é elegante, em termos democráticos, em termos de deontologia, nas relações Governo/oposição que, sistematicamente, quando o líder de um partido da oposição

formula perguntas de Estado ao Governo, dá a sua opinião sobre a situação no País.

Protestos do PS

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Qual líder da oposição?

O Orador. — Dizia eu que considero que não é elegante nem correcto desviar essas questões para as situações internas de cada partido. Contudo, essa atitude revela algo, que é importante em termos nacionais: é que hoje o partido que apoia o Governo, quando se trata de um debate entre Governo e oposição, já não é capaz de defender, pela positiva, o Governo e, por isso, tudo o que consegue fazer é atacar a oposição sistematicamente!

Aplausos do PSD

Risos do PS.

Não tenho, de Portugal, uma imagem negativa. Apontei problemas sérios, como o do alcoolismo, o da sinistralidade das estradas, o do atraso cultural, que continua, apesar de tudo, porque esta década, na qual o Sr. Primeiro-Ministro tem a principal responsabilidade, após a primeira década da democratização, após a segunda década do desenvolvimento económico e social e da integração europeia de Portugal, após estes dois momentos, devia ter sido a década da qualidade e não tem sido.

Não tenho uma má opinião de Portugal, tenho, sim, uma má imagem do Partido Socialista, do Governo e desta governação de que os senhores são responsáveis.

Aplausos do PSD

Ainda bem que o Sr. Deputado Manuel dos Santos fez a sua intervenção, porque estava mesmo à espera que fosse o Sr. Deputado Manuel dos Santos a «ensinar-me» o que se passa na Conferência Intergovernamental!

Risos do PSD

Vozes do PS. — Exactamente!

O Orador. — O Sr. Deputado Manuel dos Santos deveria saber que numa conferência intergovernamental, na União Europeia, para além da parte dispositiva, que diz directamente respeito ao objectivo em matéria de reforma institucional, há uma parte de considerandos políticos, de pressupostos políticos, e é nesse sentido que consideramos que é grave que, por exemplo, o Governo português tenha vindo a deixar cair, sistematicamente, o objectivo — ao qual devia agarrar-se em primeira mão — da coesão económica e social.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador: — Nós defendemos o interesse da Europa, somos europeístas, mas entendemos que a construção da Europa não prescinde da afirmação, em primeiro plano, do concreto interesse nacional. E não abdicamos da nossa visão da Europa!

Aqui também há uma diferença: os senhores interpretam o prestígio europeu do Primeiro-Ministro como a cedência sistemática perante aquela que é a agenda dos outros, nós

entendemos que o prestígio externo de um governante, ou de um estadista, se deve conseguir, em primeiro lugar, pela capacidade de colocar na agenda dos outros aquelas que são as preocupações, as prioridades e o interesse da comunidade portuguesa

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente. — O Sr. Deputado Patinha Antão pediu a palavra para exercer o direito de defesa da honra pessoal e eu dar-lhe-ei a palavra no fim do debate, como é regimental

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados São claras e indiscutíveis as razões deste debate repentinamente proposto pelo Primeiro-Ministro, mesmo correndo o risco de atropelar o debate regimental sobre o estado da Nação o Primeiro-Ministro e o Governo desassossegaram-se com as consequências da vaga de protesto social que, nos últimos meses, se avolumou no País, nomeadamente com o acelerado e justificado descrédito do Governo e com a queda, a piada, da popularidade do Primeiro-Ministro

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Porque, e como aqui hoje mais uma vez foi visível, o Primeiro-Ministro e o seu Governo não mostram preocupação com as causas e razões do protesto social e com a forma de lhes dar resposta satisfatória mas, fundamentalmente, com a sobrevivência do Governo e a melhoria dos seus próprios índices de popularidade

Isto é, se as causas reais do debate proposto se encontram indiscutivelmente no descontentamento, no mal-estar e no protesto de importantes sectores da população, o objectivo do Primeiro-Ministro não visou propiciar uma reflexão para recolher propostas e medidas no sentido de dar resposta aos problemas mais instantes do País mas tão-somente o de, através de um figurino parlamentar favorável ao Governo, tentar relançar a imagem através do *marketing* político

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Mas a verdade é que o descontentamento social tem razões fundadas nas políticas seguidas e os acontecimentos não têm dado «saúde» ao Governo

Aplausos do PCP

Importa, aliás, recordar e sublinhar que a primeira grande manifestação de massas de protesto contra o Governo se verificou com a realização da Cimeira Europeia de Lisboa, que o Governo dizia ser o grande acontecimento para se relançar a Europa social mas que, indiscutivelmente, ficou assinalada pelas escolhas neoliberais

Na verdade, a retórica social e a ausência de um calendário explícito relativo à redução do desemprego contrasta com as conclusões propriamente ditas liberalização dos mercados de telecomunicações até 2001, aceleração da liberalização dos sectores do gás, da electricidade, dos serviços postais, dos transportes e da utilização do espaço aéreo, bem como a concretização, até

2005, do mercado financeiro único e a suspensão dos obstáculos ao investimento nos fundos de pensões. Um «fartote»!

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas.

Por isso, o que verdadeiramente marcou a Cimeira foi a grande manifestação da CGTP-IN, com os trabalhadores a afirmarem que não vivem nem pagam as contas com retórica, que querem, de facto, um Portugal e uma Europa social e contestam e rejeitam o agravamento das políticas neoliberais.

Aplausos do PCP.

Ao mesmo tempo, e como resultado do descontentamento, aumentaram as vozes de dirigentes socialistas, de Deputados, de ex-membros do Governo e até de membros do Governo que criticam a política seguida.

Ingratos, ingratos perante a «paixão» do Primeiro-Ministro pela educação os estudantes, professores e responsáveis académicos têm também vindo a expressar o seu protesto e o seu mal-estar.

O Sr. João Amaral (PCP) — Muito bem!

O Orador — E as políticas relativas ao ensino básico, secundário e superior, a não serem rapidamente alteradas, ameaçam desestabilizar de facto todo o sistema de ensino. O Governo assume, também aqui, uma grande responsabilidade.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Na saúde, outra «paixão» declarada, as críticas da actual Ministra em relação à sua antecessora parecem mais importantes do que o avanço na concretização de políticas. O marasmo é uma realidade, como realidade é a retoma das nomeações e escolhas para quem tenha o «cartão laranja». Isto é, o «cartão rosa», «laranja» foi no passado!

Vozes do PSD. — Ah!

O Orador — Pela nossa parte, temos vindo, de há muito, a alertar para a gravidade da situação.

Denunciámos os interesses ilegítimos que proliferam no sector público e no sector privado como obstáculos fundamentais que é necessário enfrentar para resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Apresentámos propostas fundamentadas, cuja adopção teria permitido travar a degradação da situação e, ao mesmo tempo, levar por diante uma profunda e inadiável reforma democrática do SNS.

Como o Governo sabe, destacámos, inclusivamente, quatro medidas urgentes, centradas nas questões das listas de espera, da política do medicamento, da melhoria da oferta de cuidados primários de saúde e da adopção de um plano de separação do público do privado, e reafirmamos que o País não pode continuar a esperar mais.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP). — Muito bem!

O Orador — Também aqui o Governo assume pesadas responsabilidades por não dar respostas, atrasar, criar

burocracias, deficiências e, naturalmente, continuar com os défices e a degradação geral.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador. — Mas a pedra de toque clarificadora da postura deste Governo e da natureza das suas políticas é claramente evidenciada no «leilão» das empresas públicas que vão caindo nas mãos dos estrangeiros e na chamada política de rendimentos e preços.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador. — O Governo não fez a reforma fiscal por motivos eleitoralistas e manteve, mesmo neste Orçamento, os escandalosos privilégios à banca e os benefícios fiscais às actividades financeiras e especulativas.

Vozes do PCP — Um escândalo!

O Orador. — E esta é uma reforma fundamental, quer em relação a uma verdadeira política de justiça social, quer para o avanço de outras reformas estruturais.

Aplausos do PCP

Paralelamente, também por razões eleitoralistas e de má-fé, só aumentou os combustíveis após a aprovação do Orçamento e após o fecho das negociações com a função pública.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É verdade!

O Orador. — Estas duas atitudes, em relação à reforma fiscal e em relação aos combustíveis, puseram claramente a nu que para o Governo as pessoas não estão primeiro.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Exactamente!

O Orador. — Primeiro estão os grandes interesses, a clientela governamental, o poder pelo poder.

Com a sua política e com a sua postura, o Governo é o grande responsável pela conflitualidade social e pela continuação das greves e dos protestos.

Aplausos do PCP

Autista face às justas reivindicações, o Governo quer que sejam os trabalhadores a «apertarem o cinto» e a pagarem as políticas neoliberais e eleitoralistas que têm sido seguidas.

Como é que se comprehende que o Governo acene com o «papão» da inflação para não renegociar uma tabela salarial com os trabalhadores da função pública quando, ao mesmo tempo, cede em toda a linha em relação às reivindicações das transportadoras? Estamos claramente perante uma política de dois pesos e duas medidas.

Mas o mais incompreensível é o que se está a passar na Carris. Já na fase de conciliação, o Ministério do Emprego propõe um aumento de 4%. Os trabalhadores aceitaram, mas o Ministério da tutela deu ordens à administração para não fechar o acordo!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Um escândalo!

O Orador — O que é que quer o Governo? Mais sacrifícios dos trabalhadores e das populações? Tentar virar os utentes contra os trabalhadores? Vergar os trabalhadores? Continuar o protesto?

A insensibilidade do Governo é inaceitável, como inaceitável e intolerável é, por exemplo, a arrogância manifestada pela administração do Metropolitano, que já devia ter sido despedida sem apelo e sem agravo

Aplausos do PCP

Quanto à «treta» da inflação, a sugestão que damos ao Sr Primeiro-Ministro é que leia o que dizia o Deputado António Guterres quando criticava a UGT, por ter fechado o acordo de concertação social. E não se esqueça também da inflação pelos lucros, nem das suas afirmações de que a economia portuguesa não podia reposar nos baixos salários — belas palavras para conquistar votos, belas palavras para esquecer

Baixos salários, precariedade, flexibilidade para os trabalhadores e privilégios para o capital financeiro e para os grandes senhores do dinheiro, eis a «pauta» e a «cartilha» da política económica e financeira deste Governo

Aplausos do PCP

Mas a sua falência aí está expressa na acentuação das desigualdades, na crescente subcontratação da economia portuguesa, na ruína da agricultura e no cada vez mais grave e preocupante défice da balança comercial. E esta situação não é disfarçável com as promessas futuristas da nova economia que, naturalmente, é muito importante, ou com a preocupação das cotações de NASDAQ, que, infelizmente, têm estado a cair

O País não necessita que o Primeiro-Ministro comunique mais com o País, nem de mais *marketing* político, nem de mais inaugurações apressadas, nem de privatizações como a EDP, cuja alteração de critérios de gestão, pela maximização dos lucros, é responsável pelo recente «apagão» e pela «política da cegonha», mas, sim, de uma política, de uma nova política de justiça social, de uma política de defesa e valorização da produção nacional e dos interesses nacionais

Aplausos do PCP

O Governo que não se iluda a promessa do acesso à Internet é importante mas não resolve os problemas actuais, designadamente o desemprego, os baixos salários, a pobreza, as baixas reformas. Não mascará, por isso, nem disfarçará para sempre a política neoliberal e as suas consequências

Aplausos do PCP

É tempo de mudança, Sr Primeiro-Ministro. Mas não a mudança que pretende alterar as leis eleitorais para reduzir o funcionamento democrático dos executivos municipais,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso é que é muito importante! Tem toda a razão!

O Orador — ou para tentar garantir a sobrevivência de um Governo, mesmo com uma muito menor percentagem de votos em futuras eleições legislativas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Ai até faço greve de fome!

O Orador — A mudança necessária é a mudança nas orientações políticas do Governo e do Partido Socialista. É a substituição da política de direita, que diariamente pratica, por políticas económicas e sociais que tenham como objectivo o bem estar dos trabalhadores e do povo, a dignidade dos reformados, a redução das desigualdades, mais justiça social, transparéncia nos negócios públicos e inequívoca separação entre o poder económico e o poder político

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Se assim não for, não tenha V. Ex.ª dúvidas que se manterá o plano inclinado em que o Governo entrou

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Pode depois encomendar mais umas inaugurações, pode arranjar mais outra entrevista que, com certeza, o plano não vai mudar de sentido

Aplausos do PCP.

O Sr Presidente. — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Strecht Ribeiro

O Sr Strecht Ribeiro (PS). — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Carlos Carvalhas, constato que o seu discurso nada mudou e que seu principal inimigo, o seu principal adversário, é o Partido Socialista. Esta é a primeira questão

Vozes do PCP — É a cassette!

O Orador — É a vossa cassette, como é evidente.

Risos do PCP

A segunda questão é a seguinte: é de tal forma absurdo esse «enquistamento» que, mesmo depois do Primeiro-Ministro ter garantido que se, porventura, a taxa de inflação prevista não fosse cumprida o Governo, no futuro, iria corrigi-la, no sentido de evitar prejuízos, nem isso ouviu, como não ouviu qualquer das outras medidas anunciadas pelo Chefe do Governo. Realmente, se essa é a vossa ideia, o seu discurso será sempre verdadeiro: o desemprego cai, mas não faz mal, o Partido Socialista é de direita e pratica políticas de direita, o Governo tem intervenções sociais — não vale a pena aqui repeti-las à exaustão porque são conhecidas -

O Sr. José Magalhães (PS) — Não conta!

O Orador — mas, como é de direita, isso não conta. Bem, gostava de saber como e com que partido pretende o Sr Deputado Carlos Carvalhas fazer uma política social e uma política, como diz, anti-neoliberal

O Sr. José Magalhães (PS) — Exactamente!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Carvalhas

O Sr Carlos Carvalhas (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado, ouvi com atenção a sua pergunta, que agradeço, e quero dizer-lhe que o meu adversário não é o Partido Socialista, nem o Governo do Partido Socialista, nem o Sr Primeiro-Ministro. O meu adversário é a política de direita e a política neoliberal. Ora, pergunto-lhe se é ou não verdade que Portugal está na frente do pelotão dos países da União Europeia em que é maior o fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres? É ou não verdade?

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP): — É verdade!

Aplausos do PCP

O Orador — É ou não verdade que o seu Governo não fez a reforma fiscal? É ou não verdade que aumentou os preços dos combustíveis só após a aprovação do Orçamento?

O Sr João Amaral (PCP) — Muito bem!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É verdade!

O Orador — Não é verdade isto? Estive a dizer mentiras? Isto não tem consequências? O Sr Primeiro-Ministro prometeu que se alguns trabalhadores da administração pública ficarem prejudicados e perderem poder de compra os aumentará no futuro.

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — É verdade

O Orador — no próximo ano, que por acaso é ano de eleições autárquicas

A pergunta que faço é a seguinte por que não o faz agora? Há alguma dúvida que a inflação vai ser superior à actual?

Vozes do PS — Há, há!

O Orador — Há?! Só se for com manipulação! Faça as contas Dou-lhe um exemplo muito claro. Pegue num lápis e faça as contas. Compre duas botijas de gás, gaste 15 litros de gasolina e só isso leva 50% do aumento do trabalhador

Vozes do PCP - Muito bem!

O Orador — Só isso! Portanto, não vale a pena estarmos com essas questões

O Sr João Amaral (PCP) — É verdade, bem feita!

O Orador — A questão é muito real e se for preciso ir à Internet fazermos as contas.

O Sr José Magalhães (PS) — Ajuda!

O Orador — com a nova economia, com o NASDAQ. Veja lá se aprende a fazer contas de uma vez para sempre! Veja se abre esses olhos de uma vez para sempre! Se não ainda fica a «navegar».

Risos gerais

Infelizmente, a questão central que hoje temos é esta. temos um Governo que está surdo a reivindicações que

são justas, que são reconhecidas mesmo por Deputados do seu partido.

O Sr João Amaral (PCP) - Muito bem!

O Orador — e estamos perante uma política eleitoralista, que é reconhecida mesmo por membros do Governo, a que é preciso dar resposta

Sr Primeiro-Ministro, o apelo que aqui lhe faço é o seguinte em relação aos trabalhadores da Carris, do Metropolitano e da Administração Pública encete as negociações. Em relação aos trabalhadores da Carris, aceite a proposta do Ministro do Emprego,

O Sr Presidente — Sr. Deputado, terminou o seu tempo

O Orador — que foi de 4% Coordene o Ministro do Equipamento com o Ministro do Emprego e resolva o problema!

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs Deputados Prefiro falar daqui da bancada porque vou criticar o Sr Primeiro-Ministro e o seu Governo e, portanto, prefiro fazê-lo olhos nos olhos

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

Risos do PS

O Orador — Comecemos pela verdade, porque, como o Sr Primeiro-Ministro há pouco dizia, a verdade não só liberta como é a única coisa que interessa a um debate parlamentar

Vou falar de depósitos a prazo no sistema bancário, a valores de hoje. Um depósito de 1000 contos é remunerado por uma taxa de juro de 2,5% brutos. Multiplicando-o por 0,80, em relação à taxa liberatória, obtém-se uma taxa de juro efectiva de 2% líquidos, na Caixa Geral de Depósitos, que é, ainda assim, o sistema menos penalizador. Num depósito de 5000 contos, de 2,65% brutos retiro a taxa liberatória e ficam 2,1% líquidos. Sr Primeiro-Ministro, isto não é acompanhar a subida das taxas de juro em relação aos empréstimos bancários.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Nos empréstimos já se paga uma taxa efectiva de 6,5% e quem tenha um depósito com mais de 2,5% já «faz uma festa»

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Exacto!

O Orador: — Essa é a diferença! Se quer tomar conta do assunto, apresse-se nas recomendações ao sistema financeiro

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — E eles que o ouçam!

O Orador — Depois, quero dizer-lhe que este não é, para nós, o debate do estado da Nação, é mais o debate

sobre o estado a que o País chegou convosco E o estado a que o País chegou é lamentável! Por isso, Sr Primeiro Ministro, e com toda a franqueza, quero dizer-lhe que o «apagão» não foi só da EDP, o verdadeiro «apagão» é na sua maioria

O Sr Francisco de Assis (PS) — Isso nem sequer é original!

O Orador: — Não é apenas a EDP que está sem corrente, o seu Governo é que está sem chama

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Não foi apenas o interruptor que se desligou, quem desligou do seu Governo, da sua maioria e do seu estilo foi o povo português.

Aplausos do CDS-PP.

A culpa, Sr. Primeiro-Ministro, não é da cegonha É sua! É sobretudo sua, para não dizer apenas e só sua, porque não governa, porque não reforma, porque não decide, porque não tem ideias novas para os tempos novos

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Vozes do PS — Olhe que não!

O Orador — Por isso, a cegonha é, de facto, a metáfora ideal para este Governo, tratando-se de uma espécie simpática mas em vias de extinção, a sua maioria também é simpática mas creio que está em vias de extinção

Aplausos do CDS-PP

Sr. Primeiro-Ministro, o País esperou e os senhores não deram resposta, o ciclo mudou e os senhores não têm solução; o povo discordou e os senhores já não recuperaram. Tudo em democracia tem um princípio, um meio e um fim Creio que o seu ciclo político está a terminar

A partir daqui, julgo que vai valer a velha regra da decadência hoje o seu Governo está pior do que ontem e amanhã estará pior do que hoje

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador — Com lealdade democrática lhe digo porquê porque V Ex^a tem um feitio redondo e o País estar a ficar um caso bicudo!

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Essa é boa!

Risos do PS

O Orador — V Ex^a tem jeito para a bonança.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — mas o País precisa de quem aguente o leme na dificuldade V Ex^a é perito em sorrir mas não quer reformar V. Ex^a é especialista em falar — e fala bem — mas não é do género de fazer nem de fazer bem. V Ex^a censou-se do País e já nem conjuga o verbo dialogar O País censou-se de si e já não conjuga o verbo confiar

Aplausos do CDS-PP

O País, aliás, quer alguém que conjugue o verbo decidir Por que é que chegámos aqui? Chegámos, a nosso ver, porque este Governo não tem coordenação, este Governo não tem visão, este Governo não tem sensibilidade, este Governo não tem política

Este Governo não tem coordenação e dou-lhe, para ser moderado, apenas quatro exemplos, que acontecem desde o início Os anteriores ministros dedicam-se a dizer muito mal das suas novas escolhas — creio que até a D Maria foi convocada para definir aquilo que seria o pior governo em muito tempo — e não foi qualquer líder da oposição que o afirmou

Risos do CDS-PP e do PSD

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Depois, as coisas prosseguem. Os novos ministros dedicam-se a purificar o Executivo da herança que receberam dos anteriores, também socialistas, também «guterristas» A Sr.^a Ministra da Saúde, que aqui está, parece mais dedicada a «tratar da saúde» da anterior Ministra da Saúde do que a garantir melhores cuidados da saúde para os portugueses

Aplausos do CDS-PP

Risos do PSD

Os ministros sentam-se à mesma mesa, presumo que fazem parte do mesmo Governo, mas não dizem bem uns dos outros

Vozes do PS — Como é que sabe? É bruxo? Isso é intriga!

O Orador — Há quem não se solidarize com as decisões tomadas em Conselho de Ministros — já vimos isso na Cultura

O Sr Luis Marques Guedes (PSD) — E não só!

O Orador — Há quem se intrometa nos domínios dos outros ministros Alguém que não é capaz de controlar as polícias sobre as quais tem poder funcional, dedica-se a anunciar medidas e êxitos das polícias sobre as quais não tem poder funcional Já vimos isto entre o Sr Ministro da Administração Interna e o Sr Ministro da Justiça, creio que com espanto deste último

O Sr António Capucho (PSD) — Foi lapso!

O Orador — Temos também um exemplo, que não é um facto social, Sr Primeiro-Ministro, é um problema político Já lhe falei disto há pouco e o Sr Primeiro-Ministro disse «isso não é nada comigo» É, Sr Primeiro-Ministro! O que aconteceu com a EDP é consigo. Sr Primeiro-Ministro, e não estou a falar da participação que o Estado tem O problema é que metade do País não pode ficar sem luz durante uma hora e sem qualquer explicação credível ao fim de 10 dias Esse «apagão», que felizmente não teve as consequências graves que podia ter tido e, caso se repita, pode vir a ter, é por isso um problema do funcionamento da rede eléctrica nacional, que é consigo

Mas, Sr Primeiro-Ministro, se quer outra razão para que seja consigo, dou-lhe o extraordinário exemplo das declarações do Sr. Ministro Armando Vara, que no último *Expresso*, ou seja, o de sábado passado, disse esta «pérola»: a EDP poderia ter de pagar milhões de contos de indemnizações, se estivesse em vigor o regulamento geral da qualidade do serviço eléctrico, que está há dois anos na Direcção-Geral de Energia. Por que é que está há dois anos na Direcção-Geral de Energia? Por que é que o Ministro que tutela a Direcção-Geral de Energia não se apercebeu que o regulamento lá jazia há dois anos?

Aplausos do CDS-PP

Vem agora o Sr. Ministro Vara dizer que o vai levar a Conselho de Ministros. Mas, agora, digo-lhe eu por que é que a responsabilidade é sua porque o regulamento geral da qualidade do serviço eléctrico ainda não foi a Conselho de Ministros e quem marca a agenda do Conselho de Ministros é — ou não? — o Sr Primeiro-Ministro.

O Sr António Capucho (PSD). — Acho que é do governo anterior, o do Cavaco!

O Orador. — Qualquer dia, os senhores só aprovam o regulamento geral da qualidade do serviço eléctrico quando estiver na *Internet*!

Risos do CDS-PP.

Em segundo lugar, este Governo não tem visão, Sr Primeiro-Ministro. E dou-lhe apenas três exemplos disso — só três, para ser generoso!

Na ordem externa, refiro a questão europeia. Tenho pena de já não estar presente o Sr. Ministro Jaime Gama, pois gostaria de lhe dirigir aquilo que vou dizer. Os senhores passaram imenso tempo a isolar a Áustria, mas ainda não ouvi uma palavra vossa quanto a uma tentativa de isolamento de países como Portugal!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Pelo contrário!

O Orador — Os senhores falaram, telefonaram, fizeram comunicados, evitaram fotografias, fizeram ameaças e fizeram julgamentos sobre a Áustria, mas, no sábado passado, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha — não é um ministro qualquer de um país qualquer - ..

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — ... fez um extraordinário, e, a nosso ver, perigosíssimo, discurso sobre o que deve ser a reforma institucional da União Europeia, assumindo — honra lhe seja feita! — que é preciso uma federação dotada de um modelo político federal, jurídico e não apenas económico, assumindo que a Europa deve ter um presidente da República eleito pelos europeus, que deve ter um governo, uma constituição e um directório de Estados composto pelos países maiores, que avançam mais depressa. O que fez o Dr. Jaime Gama?

Vozes do CDS-PP — Nada!

O Orador: — Mandou um telegrama a felicitar o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha por ter feito um discurso que prejudica Portugal!

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, leia o comunicado e o telegrama que foram divulgados na edição de hoje do *Diário de Notícias*! Trata-se de um telegrama do Dr. Jaime Gama ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, que propõe um directório, que, obviamente, será feito à custa dos pequenos Estados, para o felicitar pelo teor e pela iniciativa do discurso

Vozes do PS: — Falso!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP): — Falso?! Só se for o *Diário de Notícias*!

O Orador — Mas dou-lhe ainda outro exemplo na ordem interna e no plano económico, V Ex^a mostrou claramente não ser capaz de prever, ou não o querer fazer, a sucessão de alterações nos factores externos que podem condicionar, e condicionam activamente, a nossa política económica — refiro-me à soma da questão das taxas de juro, da valorização do dólar e do preço do petróleo. E levou até ao limite a sua vontade de assentar a nossa política económica e o nosso crescimento económico sobre o que o País consome e não, como seria prudente e, a meu ver, necessário, sobre o que o País produz. É por isso que o Sr. Primeiro-Ministro está na situação política em que está! Como assentou tudo no consumismo, quando há factores que influenciam negativamente o consumo, a responsabilidade recai sobre si, porque é sobre si que recai a responsabilidade das expectativas que criou.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Finalmente, ainda em relação à visão estratégica, quero dizer que todos estamos de acordo em que a droga é certamente o maior drama humano deste século. Todos estamos de acordo quanto à prevenção, todos estamos de acordo, pelo menos tendencialmente, quanto ao tratamento, quanto à reinserção e quanto à repressão do tráfico. Aquilo que deveria ser um consenso activo mobilizador, dotado de recursos, para uma política assente nestes conceitos, está em riscos de se transformar numa derrapagem intelectual da classe política para várias formas de liberalização das drogas.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador: — Quero perguntar-lhe algo muito simples, Sr Primeiro-Ministro o Professor Jorge Miranda disse recentemente que a liberalização das drogas, seja sob a forma de descriminalização, seja sob a forma de despenalização, é tipicamente um assunto de referendo

Sr Primeiro-Ministro, se puder e não quiser evitar responder, diga-me, até ao fim deste debate, se aceita um referendo que balize e enquadre a política pública relativamente às drogas em Portugal e que dê voz às famílias que não querem a liberalização que parece ser querida nesta Assembleia. Aceita ou não esse referendo, Sr. Primeiro-Ministro?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador — Em terceiro lugar, este Governo não tem sensibilidade, Sr. Primeiro-Ministro, e dou-lhe quatro provas muito simples disso. Antes de tudo o mais, não

tem sensibilidade em relação às próprias promessas que fez Há anos sem fim, há 11 anos, o Sr Primeiro-Ministro prometeu resolver, quando estivesse um dia no governo, a questão das pensões degradadas Chegámos ao quinto ano de Governo socialista e foi preciso que a oposição, por iniciativa nossa, viesse aqui trazer a questão das pensões degradadas para que os senhores prometessesem vagamente pensar no assunto É a verdade, Sr Primeiro-Ministro!

Outra questão: o Sr Primeiro-Ministro prometeu 10 000 contos por mês às FALENTIL, o que não vou discutir, pois nunca, repito, nunca, romperei o consenso nacional sobre Timor. Não o discuto, mas discuto que o Estado, de que o senhor é Chefe de Governo, regateie as pensões aos antigos combatentes portugueses que foram para o Ultramar, na sua mocidade, arriscar e, muitas vezes, perder as suas vidas,

Aplausos do CDS-PP

e ainda estão a regatear as pensões aos meses de combate, aos meses de comissão de serviço Sobre isso, houve iniciativas da oposição O que fez o senhor? Não as aceitou!

Mais ainda, Sr Primeiro-Ministro foram entregues 95 milhões de contos à Parque Expo Segundo uma explicação curiosa, esse montante foi, entre outras coisas, para pagar a pala do Pavilhão de Portugal Não o discutirei, mas discuto a ordem das prioridades. 95 milhões de contos para a Parque Expo são três anos de aumentos de pensão mínima a 10%, dois anos de orçamento da segurança, um ano completo de todos os subsídios familiares, seis meses de todas as comparticipações de medicamentos em Portugal Sr Primeiro-Ministro, o que é mais importante, assegurar rapidamente uma velhice melhor aos pensionistas que têm reformas de miséria ou pagar a pala do Pavilhão de Portugal?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Vozes do PS: — Demagogia! Isso é demagogia!

O Orador — Finalmente, Sr Primeiro-Ministro, este Governo não tem sensibilidade porque não percebeu o que lhe estava a acontecer com a política de segurança. Há pouco, falei-lhe do seu debate de 1995 É que, nessa altura, havia um roubo ou um assalto de 10 em 10 minutos, hoje, há um roubo ou um assalto de 3 em 3 minutos Nós temos todo o direito de estar indignados com a falta de eficácia da política deste Governo no combate ao aumento da criminalidade — nós e os portugueses! Um quinto dos lisboetas já foi assaltado e 80% dos portuenses têm medo de o ser Sr. Primeiro-Ministro, a questão não é a de pôr um advogado dentro das esquadras mas, sim, a de pôr polícias na rua, antes que os ladrões assaltem as pessoas!

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr Deputado

O Orador — Terminarei, Sr Presidente, necessito só de 10 segundos para concluir.

O Sr. Presidente — Faça favor

O Orador — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro O País precisa de mudar, precisa de

uma maioria de mudança, precisa de um Governo curto e coeso e de ordem nas prioridades. E isto, com toda a franqueza, por uma questão muito simples é que não me oponho ao Governo por ser da oposição, .

O Sr Presidente — Sr. Deputado, tem de terminar!

O Orador — . oponho-me porque sou democrata-cristão, .

O Sr. Presidente — Sr Deputado, vou-lhe cortar a palavra

O Orador — e é por isso mesmo. Sr Primeiro-Ministro, .

O Sr. Presidente — Sr Deputado, peço desculpa, mas não pode continuar! Prometeu 10 segundos e já vai em 15!

O Orador — Com certeza, Sr Presidente

Aplausos do CDS-PP, de pé

O Sr Presidente — O Sr Deputado José Magalhães pediu a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Paulo Portas mas ele não tem tempo para lhe responder O PS vai ceder-lhe 1 minuto?

O Sr. José Magalhães (PS) — 2 minutos, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado José Magalhães

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, agora, V Ex^a adopta um tom inflamado lendo tudo! V Ex^a estava a ler um requerimento normal sobre os combatentes do ex-Ultramar em relação ao qual V Ex^a suscita questões que estamos a resolver, em tom melodramático, criando suspense Mas V Ex^a não pode usar sempre o mesmo tom, porque, caso contrário, um dia destes, desvaloriza, em gritaria, o que quer que seja que diga! Percebo que V Ex^a está a competer com o Dr Barroso,

Vozes do CDS-PP — Oh!

O Orador — que, neste momento, sofre os comentários que a rádio está a passar sobre a desgraçada prestação de há pouco, mas não serei deselegante, .

O Sr António Capucho (PSD) — Já foi!

O Orador — pois esse é um monopólio que quer ter com os outros mas não com o próprio.

Sr Deputado, a questão é a de que há limites para abusar da objectividade e da verdade Portugal aceitou um governo de directório na União Europeia?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não aceitou! Mandou um telegrama!

O Orador — Ou não se pronunciou sobre essa matéria, ou o Ministro Jaime Gama deixou de exprimir...

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não ouviu!

O Orador — Sr. Deputado, acalme-se!

O Governo português deixou, em algum minuto, de exprimir a sua posição sobre esta questão?! A posição é clara: a nossa batalha, que, aliás, deveria ser comum — não se envergonhe desse ponto! —, pois é uma batalha nacional, é por uma Europa sem governo de directório e, ainda por cima, mais democrática e mais próxima dos cidadãos. É um excelente combate e o Ministro Jaime Gama sabe-o perfeitamente e exprime-o perfeitamente.

Sobre esta matéria, aproveito para dizer aos Srs. Deputados que talvez um bocadinho de *Internet* não lhes fizesse mal, pois andam a ler uns recortes em vez de lerem a declaração integral, não só das declarações dos participantes na reunião que V. Ex.^a referiu, como dos comentários posteriores. Porém estão ao seu alcance! Pode ler o *La Repubblica*, o *Le Matin*, um jornal de extrema direita ou o que lhe passar pela cabeça, que está tudo lá! Agora, não venha para aqui dizer isso!

Um segundo aspecto que quero referir tem a ver com aquilo que são verdadeiras atoardas tristes. Já há dias, V. Ex.^a fez aqui o «número» do «atapa, destapa» em relação às estatísticas, mas nós não fazemos esse «número»!

Vozes do PSD. — Fazem outros!

O Orador: — V. Ex.^a não pode falar só de uma parte das estatísticas de segurança interna, tem de falar de todas! Se V. Ex.^a fosse um guia de Lisboa, seguramente não levaria os visitantes só ao bairro da Pedreira dos Húngaros, às Galinheiras, sem passar sequer pelo Terreiro do Paço, iludindo as pessoas!

Nós não subestimamos esses indicadores.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Quais são os números?

O Orador — Ainda esta manhã, o Sr. Deputado Marques Júnior, em nome da 1^a Comissão, teve ocasião de formular um conjunto de indicações e especificações estatísticas que, se V. Ex.^a tiver paciência para as ler — pois, de facto, não se podem ler como V. Ex.^a fez, em exclamação tribunícia, têm de se estudar! —, para parar 10 segundos e ler, verá que vamos esclarecer essas estatísticas.

Mas também lhe digo que são estatísticas de 1999 .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E então?!

O Orador. — e do que estamos agora a tratar é de gerir 2000 e de controlar os indicadores que não nos agradavam a todos — quanto a isso, não há diferença alguma entre nós.

Já agora, aproveito para esclarecer um terceiro aspecto. V. Ex.^a disse, há dias, e percebi bem, que, afinal, não tem tantas divergências em relação a nós — o que não é vergonha — no que se refere à criação dos sindicatos das polícias e que admite a sua criação dentro de determinadas condições

O Sr Presidente — Tem de terminar, Sr. Deputado

O Orador. — Diga-o aqui ..

O Sr. Presidente: — Peço desculpa, mas tem mesmo de terminar, Sr. Deputado!

O Orador: — Com certeza, Sr Presidente

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas, dispondo para o efeito de 2 minutos que lhe foram concedidos pelo Partido Socialista.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado José Magalhães, começo por lhe dizer que me estou a dirigir ao Sr Primeiro-Ministro porque considero que ele é inteiramente responsável pela situação que-criou.

Para começo de conversa sobre a declaração do Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, devo dizer que ele propõe um presidente eleito por sufrágio universal, um governo europeu, uma constituição europeia hierarquicamente superior às constituições nacionais e um directório de Estados. E o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal enviou-lhe um telegrama de felicitações pela iniciativa e pelo teor do discurso! É imprudente e não é boa política! Não podemos querer que, no final do ano, Portugal seja colocado numa situação em que tem apenas duas opções: ou perder mais soberania ou perder o «comboio» europeu! Não é uma boa situação!

O Sr José Magalhães (PS) — Está mal informado!

O Orador. — Sr Dr José Magalhães, não leia o *La Repubblica*, leia o *Diário de Notícias*!

O Sr. José Magalhães (PS) — Não! Leia tudo! E leia os documentos autênticos!

O Orador — Em segundo lugar, em relação aos portugueses que vieram do Ultramar, quero dizer-lhe para não ter dúvida alguma de que estamos à espera da promessa do Sr Deputado João Carlos da Silva, que entretanto transitou para uma holding, que veio aqui dizer que os socialistas vão trazer soluções para a contagem dos anos de reforma das pessoas que trabalharam em África, que trabalharam 20, 30, 40 anos em Angola, em Moçambique e, quando chegam cá, para terem uma reforma da segurança social, é-lhes dito que esses anos não contam. Onde estão essas soluções? Comece por fazer justiça entre portugueses!

O Sr José Magalhães (PS) — Tenha calma!

O Orador: — Sr Dr José Magalhães, quanto ao tom, cada um tem o seu, e o seu também não será dos mais agradáveis! Cada um de nós escolhe o tom que entende!

Aplausos do CDS-PP

Em terceiro lugar, no que toca à segurança, quero apenas dizer-lhe que os números são de 1999 — e é por isso que são muitíssimo graves — como os números que o Sr Primeiro-Ministro citou naquele debate cujas declarações aqui reproduzi eram do ano de 1994, porque são os dados a que temos acesso. Mas quer um dado recente?

O Sr. Presidente: — Sr Deputado, terminou o seu tempo, queira concluir

O Orador: — Em três meses, houve 180 assaltos a gasolineiras e só depois é que perceberam que era preciso

fazer qualquer coisa. É um exemplo do que é a vossa política de segurança!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente: — Involuntariamente, há pouco pretenha ordem das inscrições, em prejuízo do Sr. Deputado Francisco Louçã. É que estava inicialmente inscrito o Sr. Deputado Luís Fazenda, houve uma troca de oradores e, quando risquei, no papel, o Sr. Deputado Luís Fazenda, enganei-me e passei o Sr. Deputado Francisco Louçã para um lugar que não era o seu. Por esse facto, peço desculpa.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Deputados. O Sr Primeiro-Ministro disse-nos aqui, no princípio, no meio e no fim da sua intervenção, que o objectivo era o de trazer determinação e confiança aos portugueses. Ainda bem, se assim fosse! Mas, Sr Primeiro-Ministro, vou dar-lhe um exemplo de uma *boutade* que ficará a marcar a história deste debate e em que tal não acontece.

O Deputado Luís Fazenda já se referiu à questão da gasolina para a legislatura. Ela tem múltiplas contradições — a política que foi discutida —, e uma outra que tem uma enorme implicação, Sr Primeiro-Ministro.

O Sr Ministro Pina Moura, num debate sobre energia e política de combustíveis, justamente para responder às justíssimas críticas apontadas pela oposição contra a má-fé negocial do Governo e o contexto em que surgiu esse aumento, tomou um compromisso extraordinário, em nome do Governo, o de promover uma alteração das regras de determinação dos preços da gasolina, diminuindo a incidência da actuação política, de tal modo que a verdade dos preços emergisse.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, se essa afirmação é verdadeira, o que nos disse é muito mais grave do que o que parece, porque o Sr Primeiro-Ministro pode saber — e naturalmente saberá — qual a cor da camisa que vai vestir no dia 17 de Maio de 2003, na medida em que escolher essa camisa faz parte da sua liberdade, mas não pode dizer, porque não sabe, qual é o preço da gasolina ou do gasóleo em 17 de Maio de 2003, porque isso não faz parte da sua liberdade ou do seu discernimento.

Portanto, o que disse é profundamente contraditório com aquilo que o Governo assumiu que seria a política de verdade dos preços, ou é a política de verdade, e, então, é falsa a sua afirmação, ou ela é verdadeira e, então, não pode ser verdade aquilo que o Governo assumiu como política futura para os combustíveis. Desse ponto de vista, não houve determinação e confiança mas, sim, desconfiança, pois aumenta a desconfiança com faltas de rigor desse tipo.

O Sr Luis Fazenda (BE) — Muito bem!

O Orador — Em segundo lugar, o Sr Primeiro-Ministro disse-nos que os fundamentos da economia são, hoje, mais sólidos, que o motor do crescimento são as exportações e o investimento, mas não é muito rigoroso, Sr Primeiro-Ministro. É que os dados oficiais publicados por organismos públicos dizem que, nos últimos 12 meses, o défice externo passou de 171 para 368 milhões de contos. Os dados do Banco de Portugal referem que, no primeiro trimestre deste ano, tivemos a taxa de crescimento mais baixa, comparada com todo o período, desde 1996.

Portanto, os fundamentos estão menos sólidos porque o endividamento aumentou e o endividamento das famílias aos bancos é também destes ao estrangeiro, o que ultrapassa metade do produto a nível nacional. Por isso, temos menos determinação e confiança porque o Governo deixou andar e tem deixado andar.

Quero, agora, responder ao desafio que colocou sobre disponibilidade e debates orçamentais.

O Governo anunciou um certo número de medidas relativas ao IRS, IRC, património e infracções fiscais, que estudaremos pelo seu mérito próprio mas que são construídas sobre oportunidades perdidas.

Quando a cegonha do Dr Paulo Portas trouxe o Orçamento de Paris, fez-se um acordo, perante esta Câmara, consagrando uma política que rejeitou mudar a política de património, que rejeitou alterar as taxas liberatórias, que rejeitou tratar a família como centro das preocupações e introduzir o coeficiente familiar e foi pelo caminho do facilitismo. O caminho do facilitismo foi o de manter as isenções e permitir, até, que se aceite, como o Governo sabe tão bem, que haja bancos que não cumpram a lei do País e que, não tendo extensões e balcões nas zonas off-shore, aí façam operações determinadas a partir das suas sedes no Príncipe Real.

Isenções fiscais, benefícios fiscais e receitas fiscais a caírem é o problema fundamental das medidas avulsas que recusam uma reforma fiscal. E para isso, Sr Primeiro-Ministro, estamos disponíveis. Há maioria nesta Câmara, se o Partido Socialista e o Governo quiserem, para uma reforma fiscal que renove um código geral do imposto directo em Portugal, que renove o imposto sobre o património e que introduza imposição sobre a riqueza e, nomeadamente, sobre a especulação e que combatá a fraude. É que ninguém aceitará uma reforma fiscal que não comece por dizer a verdade e, por isso, digo que o que tem faltado é o comboio da modernidade, é um combate pela transparência e para isso estamos disponíveis.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna

O Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna (Fernando Gomes) — Sr Presidente, Srs Deputados, uma intervenção muito curta

O Sr. Deputado Paulo Portas tem vindo a tratar as questões da segurança e as estatísticas da criminalidade com uma ligeireza sequente.

Tivemos três oportunidades de tratar estas matérias com o CDS-PP. Uma delas foi numa interpelação feita pelo CDS-PP, nesta Assembleia, relativa às questões da justiça e dos assuntos internos; outra, quando reuni com a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; em terceiro lugar, a propósito da apresentação do relatório de segurança interna.

Não me parece que o Deputado Paulo Portas possa continuar a falar como fala em matéria de estatísticas. É que perdeu toda a legitimidade para o fazer da forma como o faz quando, na interpelação que fizeram ao Governo em matéria de segurança e de justiça, apresentou estatísticas, traçou o quadro do País como o mais negro possível, falou de aumentos e diminuições e, depois, quando verificámos os números de que dispunha, eram apenas 50% daqueles que constituíam as infracções e todos os crimes cometidos em Portugal. O Sr. Deputado traçou um cenário negro, catastrófico, com base em 170 000 participações, quando elas são da ordem dos 330 000, portanto, a credibilidade

para falar nestas matérias, por parte de quem nem sequer teve o cuidado de, numa interpelação ao Governo, tratar com seriedade esta matéria, para mim vale zero.

Aplausos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Para defender a honra da bancada, o que me parece evidente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente. — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Sr. Presidente, o Sr. Ministro tenta usar, em relação às oposições e às discordâncias, de um autoritarismo verbal que não tem qualquer expressão na forma como ele se relaciona com a segurança dos cidadãos nem com as forças policiais, sobre as quais não tem autoridade

O Sr. Ministro da Administração Interna devia ler dois relatórios de vitimação um, dos cidadãos de Lisboa, feito pela Universidade Católica, e, outro, dos cidadãos da cidade do Porto ..

O Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna. — Apresentei-o em comissão!

O Orador: — Sr. Presidente, agradeço que não haja diálogo

O Sr. Presidente — Tem razão, isso é válido para todos.

O Orador — Como dizia, ao ler os relatórios reparará que o problema é muito mais grave, porque em cada três assaltos, segundo a Universidade Católica, apenas um é objecto de participação

Portanto, quando falamos em números apenas da PSP e da GNR — dispenso até a agregação que o Sr. Ministro fez —, 170 000 é provavelmente um terço da verdade. Quando num país, como Portugal, há, presumivelmente, segundo a taxa científicamente considerada como a mais certa — aliás, também já aqui citada uma vez pelo Sr. Engº António Guterres — meio milhão de assaltos em termos reais e 170 mil participados, Sr. Ministro, a sua política ou não está a funcionar ou falhou!

E o Sr. Primeiro-Ministro não me responda com mega-operações de segurança, porque a regra é dar segurança, não pode ser a excepção

Há qualquer coisa que não funciona, ou nos efectivos, ou na colocação dos dispositivos, ou na coordenação das forças, ou nas políticas de prestígio da polícia! Há qualquer coisa que não funciona, Sr. Ministro da Administração Interna! E, se não perceber isso, creio que acaba remodelado!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Portas, uma vez mais não vi, muito nitidamente, qual foi a defesa da honra ofendida.

Sr. Ministro, se assim o entender, tem a palavra para dar explicações.

O Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna. — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estávamos a falar de ligeireza de números e não precisávamos de ter melhor exemplo, já que, logo de seguida, o Sr. Deputado voltou a falar da mesma ligeireza. Não leu com cuidado esse estudo que foi feito pela Universidade Católica, .

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — L1, li!

O Orador: — ... não leu com cuidado o que li, e o melhor exemplo da levianidade com que estas matérias estão a ser tratadas pelo Sr. Deputado Paulo Portas foram os números que referiu agora para justificar a honra da sua bancada

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes). — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Perante este diálogo entre o Sr. Ministro e a bancada do CDS-PP, a propósito da ligeireza e da segurança, não resisto a fazer um comentário.

Do ponto de vista de Os Verdes, se algo de lamentável aconteceu na 1.^a Comissão, quando o Sr. Ministro lá esteve, não tem tanto a ver com a «guerra» dos números em termos de segurança ou de insegurança, tem a ver com o facto de — e nossa crítica vai nesse sentido — terem ocorrido actos de violência num recinto desportivo e de um membro do Governo ter dito — e isto é que é profundamente lamentavelmente — que se tratou de moedas e de uma garrafa. É lamentável, é vergonhoso, é antipedagógico e gravíssimo que alguém passe por cima disto com esta facilidade, muito mais quando esse alguém tem responsabilidades públicas, políticas e é membro de um Governo num país democrático

Passando a outro aspecto, parece ser claro que, no País — e este debate provou-o —, o ambiente está pesado, e não está pesado porque há umas nuvens fugazes — como aludiu o Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção —, que vagamente passam por aqui, mas, sim, porque há sinais de descontentamento, há mal-estar nos cidadãos e o Governo, sobre esta matéria, limita-se a fazer umas vagas declarações de partilha de preocupações, não entendendo que a política não é feita de estados de espírito, mas de intervenção, de acção política e é essa acção política ou a sua ausência que, em múltiplos domínios, provoca mal-estar junto dos cidadãos. Provoca mal-estar nos estudantes, numa sociedade que seguramente cresceu muito, que produziu mais, mas que, escandalosamente, não distribui a riqueza. É, seguramente, um sinal de mal-estar o que se passa e a visão perfeitamente contraditória que o Governo tem.

O problema — e a nossa crítica vai nesse sentido — não é o facto de o Governo estar tão entusiasmado com as novas tecnologias — isso pode ser um sinal de modernidade —, mas é, seguramente, um sinal de atraso a não compreensão de que a segurança, hoje, tem outras leituras que não a de saber quantos submarinos temos ou não ou o facto de não perceber que temos água sem qualidade, que temos falta de segurança alimentar, que não há controlo da poluição, que o ar que respiramos está contaminado, que a impunidade está instalada e que o Governo gasta dinheiro a investir em empresas que não

fizeram a transformação que deveriam ter feito, nada se fazendo nessa matéria

Tudo isto acontece e sobre tudo isto se passa com ligeireza. Quando o bem-estar das pessoas é afectado, quando a prevenção da doença não acontece, quando não se garante a saúde e quando se acaba por gastar mais dinheiro a remediar o que não se previu, há seguramente uma falta de visão prospectiva, há seguramente uma política feita em função de ciclos eleitorais. É essa falta de decisão, é essa falta de um olhar prospectivo, é essa falta de capacidade de ver o médio e o longo prazo e de pensar numa outra solidariedade, que não é propriamente a satisfação ou não de clientelas fortuitas, que criticamos.

Julgo que é essa crítica que se sente na sociedade, porque esse foi o sinal que existiu e que marcou o Partido Social Democrata, tendo sido esses sinais que as pessoas rejeitaram quando quiseram uma mudança.

A Srª Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Uma pequena intervenção para completar a que há pouco proferi, aproveitando também, já que tenho oportunidade para o fazer, para laborar sobre algumas das questões que surgiram ao longo deste debate.

Desde logo, para lembrar aquilo que foi seguramente uma bem intencionada mas insólita pergunta do Sr Deputado Luís Fazenda relativamente à serventia de um debate desta natureza O Sr Primeiro-Ministro respondeu, e bem, que um debate desta natureza reforça a democracia parlamentar, permite trocar experiência e permite, sobretudo, ver onde estão as alternativas às áreas de governação que funcionam menos bem Não é da responsabilidade do Governo nem da bancada maioritária suprir as incapacidades que as oposições têm de cumprir o seu papel num debate democrático desta natureza

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — O Sr Deputado Paulo Portas foi claramente — podia utilizar a expressão «desmascarado», mas ele podia ficar ofendido, por isso não quero usá-la — contrariado na credibilidade que apresenta quando fala de vários assuntos É que não é só na questão da segurança, Sr. Ministro O Sr Deputado Paulo Portas corre o País a corresponder a todos os pequenos, corporativos e contraditórios anseios que surgem além e acolá

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Aprendi com alguém!

O Orador — A última de que tive conhecimento, e que ainda não vou desvendar completamente, é que está comprometido — ter-se-á comprometido a falar com o Sr Primeiro-Ministro sobre isso, mas não sei se já o fez ou não — na criação de uma série de novos municípios, o que poria o País e a sociedade portuguesa a ferro e fogo, já que têm, em relação a esta matéria, uma estabilidade conhecida e alguns anseios, uns claramente justificáveis e outros manifestamente injustificáveis

Portanto, a credibilidade é uma questão mais grave do que aquela que o Sr. Ministro referiu, porque é mais global. Mas nós percebemos: o Sr Deputado Paulo Portas

desmultiplica-se num frenesi, que o leva a utilizar todas as figuras regimentais ao longo do debate.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Aprendi com alguém!

O Orador. — porque está, claramente, a jogar naquilo que é o seu «nicho de mercado», que é naturalmente limitado — o «nicho de mercado» do descontentamento

Penso que a generalidade da opinião pública vai compreendendo o essencial da sua táctica e já lhe dá pouca importância

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Estou esmagado!

O Orador — Mas há uma questão, que me parece valer a pena referir, que foi colocada pelo Sr Deputado Paulo Portas, por alguns Srs Deputados do PSD e também pelos Srs Deputados do PCP, que é a questão da função pública

Ainda bem que este debate se fez, porque permitiu que o Sr Primeiro-Ministro produzisse aqui duas afirmações de grande responsabilidade a propósito desta matéria Uma delas é a de que não embarcaria num processo de correcção monetária que pusesse em causa os fundamentais da economia portuguesa Disse-o de forma clara Mas também acentuou que se, no fim do ano, se verificasse que uma parte ínfima — porque será sempre uma parte ínfima, no caso de não se verificarem as previsões de inflação que estão neste momento perfeitamente consolidadas e ajustadas — dos funcionários da Administração Pública tinham uma perda real de poder de compra, estaria disponível para, em futuras negociações, proceder a essa compensação

Mas falta dizer outra coisa. Srs Deputados é que a negociação com a função pública não é de 2,5% A negociação com a função pública provoca, directamente, nos salários da maioria dos funcionários da Administração Pública, um aumento de 6% e, indirectamente, através da progressão de carreiras, um aumento de 8% Não estamos a falar apenas em 2,5%! Por isso, é que o Sr Primeiro-Ministro dizia há pouco, e muito bem, que apenas uma ínfima parte da Administração Pública poderia ficar próxima, ou aquém (se as coisas corressem mal), do crescimento da inflação Esta afirmação tem de ser aqui feita Não podemos enganar as pessoas O Sr Deputado sabe que há uma negociação de tabelas, sabe que há uma negociação de massa salarial e sabe que há uma negociação de carreiras E são essas três realidades que tem de ter em devida conta

Outra questão importante tem a ver com o chamado pacto fiscal, que VV Ex^{as} tanto reclamam Por várias vezes, temos aqui dito que o pacto fiscal está em execução A reforma fiscal não se faz com um simples toque num botão A reforma fiscal, sobretudo se é uma reforma fiscal subordinada aos princípios que o Sr Primeiro-Ministro aqui hoje definiu — e já anteriormente, noutras intervenções, os havia definido, bem como outros responsáveis do Governo o fizeram —, naturalmente faz-se todos os dias! E há-de fazer-se, na linha das medidas políticas aqui apresentadas pelo Sr Primeiro-Ministro

Quanto à relação entre o Estado e o mundo empresarial, as coisas não funcionam como os senhores gostariam que funcionassem E, curiosamente, às vezes, há aqui uma convergência de duas bancadas extremistas Já não está em causa, Sr Deputado, dar ordens directas à administração da EDP! Já não está em causa, Sr Deputado, dar ordens directas à administração da PORTUCEL! Está

em causa uma requalificação do poder do Estado, que passa, obviamente, pela regulação da actividade económica, e é a essa regulação da actividade económica que o Estado, e nomeadamente o Governo, tem de se cingir e que tem de aplicar

A última questão que gostaria de abordar, não apenas no plano técnico e político, mas também no plano de defesa da consideração (e não usei essa figura na altura própria porque me pareceu inoportuna, e, sobretudo, não quis contrariar o Sr. Presidente), tem a ver com uma afirmação absurda e muito grave que aqui foi produzida pelo Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Deputado Durão Barroso acusou a Direcção-Geral de Concorrência e Preços e o Governo de falsearem um dado fundamental para a evolução da economia portuguesa. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que, durante pouco tempo, mas exaltante tempo, tive oportunidade de tutelar essa Direcção-Geral, que já nessa altura fazia essas mesmas previsões, que chegavam ao meu gabinete de trabalho sem influência de qualquer membro do governo

De resto, não foi este mês que a Direcção-Geral de Concorrência e Preços fez previsões sobre a inflação

Vozes do PSD. — Não tem esse nome!

O Orador — A Direcção-Geral de Concorrência e Mercados, ou de Concorrência e Preços, como então se chamava, faz previsões de preços desde há muitos anos atrás

Risos do PSD

E sempre essas previsões concorreram, mais ou menos — e não tinham de concorrer, porque as bases de partida são diferentes —, com as previsões, que apareciam depois, do Instituto Nacional de Estatística. Mesmo neste mês assim ocorreu! O desvio é apenas de 0,2, duas décimas percentuais!

Aliás, o mesmo aconteceu em Janeiro de 2000, por exemplo, que foi de 2,2! Ou em Maio de 1999, que foi de 0,4!

Portanto, se alguma coisa se pode aqui afirmar, Sr. Deputado Durão Barroso, é que as previsões da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência são claramente ajustadas, em termos de evolução de médio prazo, àquela que é a realidade da evolução da inflação em Portugal

E todas as previsões que têm sido feitas, excepto as do respectivo «ministro-sombra» do seu partido, que anunciou, aliás, um pré-suicídio — por isso é que não queremos que ele seja, algum dia, «ministro-sol»! — apontam, claramente, no sentido de conter a inflação por volta dos 2%. Por exemplo, lembro-lhe João César das Neves, que é um economista que V. Ex.ª naturalmente respeitará — é da sua área política — que, claramente, aceita (aliás, diz que se não for assim também não há problema muito grande) a previsão de uma inflação da ordem dos 2% a 2,1%. É isso que se vai verificar! Não tenham sobre isso qualquer espécie de dúvida, a não ser que ocorram circunstâncias extremamente extraordinárias na economia portuguesa e, sobretudo, na evolução dos mercados internacionais

Infelizmente, algumas estão a ocorrer, como a subida imparável, até agora, do preço do barril de petróleo e a fraca sustentabilidade do escudo face às moedas europeias, nomeadamente face ao euro, que é a única moeda que neste momento existe.

Srs. Deputados, para terminar, gostaria de aqui trazer à colação uma afirmação, séria, correcta e que merece o meu aplauso, da Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite, feita há dois ou três dias, que depois foi pressionada pelo seu líder, que estava sentado ao seu lado esquerdo. Sobre si, neste momento, aceitava ou produzia um aumento da função pública, a Sr.ª Deputada, quando interpelada directamente por mim, fez uma ligeira correcção ao que havia dito, respondendo, honesta e seriamente que não produzia esse aumento

A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD) — Mas diga o resto!

O Orador — A seguir, veio com aquela «história» de que o Governo socialista tinha criado 50 institutos públicos nos últimos anos, nomeadamente na região de Lisboa, e com os *jobs for the boys*, e com os *boys for the jobs*, e essas coisas todas que são hoje, exclusivamente, a substância política do discurso do PSD.

Assim, não vão lá, Srs. Deputados!

Aplausos do PS.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP). — Sr. Presidente, peço a palavra

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, para defesa da honra da bancada, uma vez que o Sr. Deputado Manuel dos Santos, dirigindo-se a esta bancada, a qualificou de extremista

O Sr. Presidente — De extremista?

Risos do PS.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente, e isso ofende-me, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — É uma ofensa, de facto, muito grave

Faça favor, Sr. Deputado, mas peço-lhe que se cinja a essa matéria

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Com certeza!

O Sr. Presidente — Muito obrigado!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente é realmente grave.

Se em relação à Áustria os senhores têm todo o prurido, só por ser um governo extremista, o que será qualificar a nossa bancada da mesma forma?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Portanto, para nós é ofensivo!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Aliás, foi num arroubo também extremista que o Sr. Deputado Manuel dos Santos nos chamou de extremistas. Conhece-nos, sabe bem que somos um partido

democrata-cristão, um partido tolerante. Mesmo com as asneiras dos outros, costumamos ser tolerantes

Mas quando o Sr. Deputado nos qualifica assim, isso só é preocupante numa perspectiva na perspectiva em que o Sr. Deputado se situa. É que tenho algum receio, enquanto português, enquanto democrata, que o Partido Socialista, sendo hoje o maior partido português — esperamos que no futuro, a muito curto prazo, deixe de o ser —, influenciado pelas terceiras vias de Anthony Giddens, comece a ser o meio caminho entre o capitalismo e a selva. Nessa perspectiva, somos realmente extremistas

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos, mas só em relação à matéria da ofensa invocada, se faz favor

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr. Presidente, postecipadamente, retiro o motivo que suscitou a intervenção do Sr. Deputado Basílio Horta

Quando utilizei a expressão «extremista» referia-me, obviamente, aos extremos do hemicírculo. Aliás, o Sr. Deputado percebeu, só que aproveitou a oportunidade para dizer mais duas ou três coisas

De todo o modo, quero dizer-lhe que tenho por si, em particular, e pelo seu partido, em geral, uma razoável simpatia, como os senhores sabem...

Risos.

pelo que jamais utilizaria a expressão «extremista»

Risos

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegados ao fim do debate, é o momento de dar a palavra ao Sr. Deputado Patinha Antão, para defesa da consideração pessoal.

O Sr. Patinha Antão (PSD) — Sr. Presidente, muito brevemente, porque a matéria em si não consente muito tempo do Plenário.

Dirijo-me directamente ao Sr. Deputado José Magalhães para lhe dizer, fundamentalmente, o seguinte: o Sr. Deputado José Magalhães é usero e vezeiro em desconsiderar os seus adversários políticos. Relativamente a mim próprio e às opiniões que tenho sobre a economia de informação e a sociedade de informação, fê-lo recentemente no programa radiofónico *Flash-Back* e fê-lo agora, aqui, na Câmara, com uma pequena justificação, imputando-me uma expressão que não utilizei. Eu não disse que o programa aprovado na Cimeira de Lisboa sobre a sociedade de informação é uma vacuidade balofa. disse, sim, que, habitualmente, o Sr. Deputado José Magalhães exprime sobre esta matéria vacuidades balofas

E digo-o, porque, como diz o povo, «quem não se sente, não é filho de boa gente». Estas matérias resolvem-se com um debate nos órgãos de informação, se houver algum órgão de informação que queira testar a qualidade do que cada um de nós sabe sobre a matéria

Mas se me permite, Sr. Presidente,

O Sr. Presidente — Tem de resumir, Sr. Deputado, se faz favor.

O Orador — De imediato, Sr. Presidente

E porque este tema ilustra uma reflexão sobre a qualidade e a transparência dos debates, inclusive nesta Câmara, quero dizer-lhe fundamentalmente o seguinte, e com a devida vénia, apoando-me em duas promessas que o Sr. Primeiro-Ministro fez há pouco, no seu discurso, de uma maneira geral, a mim não me preocupa tanto

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, está a ultrapassar a matéria da ofensa que anunciou. Não me leve a mal, mas já está a falar para o Sr. Primeiro-Ministro

O Orador — Sr. Presidente, se me permitir

O Sr. Presidente — Eu permito, mas Faça favor, Sr. Deputado

O Orador — É para dizer que me parece importante que, nesta Câmara, o debate se faça sobre as questões de fundo, como as que irei referir, e não com pequenas manobras de diversão que afastam a atenção e o tempo da Câmara, que é precioso

Em matéria da sociedade de informação, o Sr. Primeiro-Ministro disse agora que procuraria desenvolver em Portugal uma

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas já não está a defender a sua consideração pessoal

O Orador — Verá que sim, Sr. Presidente, se me der 10 segundos

O Sr. Presidente — Não, Sr. Deputado, peço-lhe muita desculpa!

Os Srs. Deputados continuam a cair na tentação de, a propósito da figura da defesa da honra, fazer discursos

O Sr. Deputado Basílio Horta, há pouco, circunscreveu-se a uma matéria, tendo a resposta sido tão concisa quanto havia sido a defesa. O Sr. Deputado Patinha Antão, desculpe que lhe diga, está a fazer um discurso

As ordens que eu tenho, de quem mas pode dar, não são no sentido de o deixar continuar nesse tom e nessa senda. Agradeço-lhe, pois, que acabasse a sua intervenção

O Orador — Muito obrigado, Sr. Presidente. Assim sendo, terminei

O Sr. Presidente — Muito obrigado eu, Sr. Deputado. Não me leve a mal, mas também estou limitado pela Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares

Para dar explicações, com a mesma concisão, relativamente à matéria que foi invocada como sendo ofensiva, e não mais, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, com um esforço de concisão, quero apenas dizer duas coisas ao Sr. Deputado Patinha Antão

Aquilo que me preocupou e que exprimi aqui, em tom, aliás, pesaroso, foi que num dia em que o Primeiro-Ministro anunciou um conjunto consolidado de medidas que mereciam discussão pormenorizada e atenta, e que são um programa sério, a única coisa que ouvimos, da parte do Sr. Deputado Durão Barroso, que, na altura, usou da palavra, foi um silêncio ou, até mais do que isso, uma desvalorização da importância estratégica disso para

Portugal E citei o artigo do Sr. Deputado Patinha Antão, na qualidade de colunista — aliás, ele acabou de reproduzir aqui esse artigo, confirmando totalmente o que eu disse —, no qual afirmava, a determinada altura, que o Primeiro-Ministro de Portugal seria, enfim, réu ou acusável de seguir as (cito) «vacuidades balofas» que um tal José Magalhães lhe sopraria, o que é de uma injustiça total Não me dou, a mim, Sr. Deputado Patinha Antão, a importância que V. Ex.^a me confere!

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, agradeço que conclua.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente

Todos nós temos obrigação de ler os sinais dos tempos, mas também temos obrigação de fazer uma outra coisa — e por isso é que respondo neste tom, e só neste tom — , que é organizar nesta Casa, nas comissões apropriadas, com a participação de todos, um debate que não transfira para «defesas da honra»...

O Sr. Presidente — Já está fora do tema, Sr. Deputado.

O Orador: — uma questão estratégica para Portugal e para os portugueses

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado, espero essa ajuda

Srs. Deputados, vamos entrar no período de encerramento deste debate, sobre a situação política no País e a estratégia do Governo para Portugal, começando por intervir o partido com menor representatividade e finalizando-o o Governo. Cada partido disporá de 5 minutos, e não mais, para realizar a sua intervenção e o Governo disporá de 10 minutos, conforme ficou estabelecido

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE). — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo Ao chegarmos a este debate teríamos a sensação de que o País estava aborrecido, mas no final do debate creio que ficámos a saber que o Governo está aborrecido com o País. Por isso, é preciso reflectir sobre quais as causas desta situação e o que é que se nos impõe, ao Parlamento e ao Governo, para a remediar, para a corrigir ou para a enfrentar

O País está, provavelmente, aborrecido, porque sentiu má fé. Sentiu má fé na negociação da função pública e, mais do que o agravio dos preços dos combustíveis, sentiu que, tendo sido feitos quando o preço do crude baixava a nível internacional e quando os sinais da economia eram contrários àqueles que o Governo interpretava, era preciso uma outra política e, pelo menos, uma política de verdade

O País está aborrecido com as pensões degradadas e com a falta de sensibilidade numa discussão para a qual o Governo não se preparou, porque não se quis preparar, o País está aborrecido porque há cheiro a negócio na TAP e na Petrogal e, provavelmente, na Parque Expo; o País está aborrecido porque a requisição civil dos maquinistas da CP, à qual o Sr. Primeiro-Ministro se referiu no sentido da oportunidade política, foi feita contra a lei e contra os acórdãos do Tribunal Constitucional.

Mas o País sente, sobretudo, o facilitismo com que lhe foi dito que o euro era um caminho de bem-aventurança e

vê agora que a situação não é exactamente tão fácil nem tão simples Foi dito que, sustentadamente, teríamos uma âncora numa moeda forte, que se revelou ser uma moeda fraca, e quem defendeu a bondade do argumento com a questão da força é, agora, obrigado a dizer que o argumento se torna bom porque ela é fraca e não porque seja forte. Nesse contexto, passamos a estar dependentes de políticas que o Governo escolheu aceitar e que aceitou defender, como seja a da liberdade da circulação de capitais sem controlo e, portanto, da vulnerabilidade nas taxas de câmbio e nas taxas de juro, que é aquilo que agora ocorre e que, como se confirmou, vai continuar a ocorrer, com a permanência dos aumentos das taxas de juro

Por isso, o País sente, e tem razão para sentir, que há erros que se têm agravado O prolongamento de uma situação de injustiça fiscal, de não tomada de medidas essenciais no combate à fraude e à injustiça é um erro que se agrava e não uma oportunidade que se prepara

Desse ponto de vista, o País sente que, em relação às lutas da função pública, às lutas dos transportes ou às lutas dos estudantes, não tem havido um tratamento com a capacidade de diálogo social que o Governo apregoava e que, naturalmente, devia ter.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo tem perdido muitos dos «comboios» da modernidade. E pode estar atento — aliás, ainda bem que o está, e esperamos que continue a estar — à lógica dos cibernautas e à capacidade de comunicação que fará grande parte do nosso quotidiano no século XXI. Mas também tem de perceber, aqui e agora, os sinais desta sociedade, que quer repartição dos rendimentos com justiça, que quer qualificação de um trabalho com direitos e que quer um emprego com estabilidade e qualidade É que a isso o Governo tem oposto um comodismo conservador extraordinariamente resistente.

Não é, então, por acaso que aparece neste debate sobre o estado da nação, que aqui antecipámos, uma ausência notável, que é a do balanço do acordo com a direita, com o Partido Popular, a respeito do negócio do Orçamento. Com este acordo e com este negócio, recusou-se a reforma fiscal, recusou-se começar, no que cabia à política orçamental, uma prática de correção das injustiças e nem se deram sinais a esse respeito. É claro que o «comboio» da modernidade, as exigências da modernidade, a necessidade da modernização continuam colocadas, de modo a que esses erros não se agravem.

Sr. Primeiro-Ministro, este debate — e teremos outro no final desta sessão legislativa — deveria servir, pelo menos, para dizer ao País que o Governo não se preocupa só com diagnósticos, mas que, no debate aqui com as oposições, procura encontrar soluções concretas para estes caminhos: qualidade de serviços públicos, qualidade na saúde, transformações ao nível da educação. Desta forma, pode a política portuguesa responder às exigências sociais, caso contrário, Sr. Primeiro-Ministro, apregoa-se diálogo quando não se dialoga e apregoa-se compreensão quando nada se discute. Esse é o erro que não podemos continuar a cometer!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados. Nem já os conceitos, de que tanto se abusa, de progresso e modernidade, condicionados à lógica do modelo de crescimento económico que vive à

custa da delapidação de recursos e da exploração de pessoas, salva o PS do desastre que tem caracterizado as políticas prosseguidas pelo Governo em diversos sectores.

As consequências dessas políticas são já hoje fortemente sentidas e, enquanto o estado de graça se prolongava no tempo e a expectativa da mudança ainda se manifestava, gerou-se tanta insatisfação e descontentamento dos cidadãos que não se fizeram esperar fortes protestos e contestações generalizadas em diferentes sectores da sociedade.

À precariedade do emprego, às degradantes condições de trabalho e, consequentemente, à insegurança no futuro, o Governo responde com a negociação das tabelas salariais, logo seguida de uma «machadada» traduzida no aumento dos combustíveis e, portanto, de outros bens essenciais. Falta de seriedade, traição, injustiça? O que se lhe quiser chamar, mas, primeiro que tudo, a confirmação de que o Governo não prossegue uma política virada para as pessoas.

A política educativa, que se deveria reger pelo envolvimento da escola na sociedade e o estímulo ao espírito crítico e participativo, é, ela própria, condicionamento a uma participação limitada. Veja-se a pressa na implementação da revisão curricular, mal discutida com os parceiros e alvo de fortes protestos, nomeadamente por parte dos estudantes, que o Ministério da Educação entende implementar no próximo ano lectivo, porque, tal como foi informado no Conselho Nacional de Educação, reformas do género não são para levar a efecto em ano de eleições.

A política da água encontra atrasos significativos no planeamento e, simultaneamente, deparamo-nos com um surpreendente aparecimento de n planos de outros sectores, os quais não encontram qualquer articulação entre si, pondo, por isso, em causa a utilidade de cada plano em concreto. É a descoordenação total entre ministérios!

A falta de qualidade das águas é outra dimensão do mesmo problema, que perdura e se agrava, sem respostas adequadas, sem fiscalização e com episódios irónicos como a Direcção Regional de Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo a afirmar que não faz análises à água, na sequência das descargas no Tejo, porque não dispõe de barco para o efeito.

De entre outros, quer o sector da água, quer o sector da alimentação, da produção à comercialização, comportam hoje graves riscos, em termos de saúde para os cidadãos. Neste último, são os pesticidas, os organismos geneticamente manipulados, o consumo legalizado de carne produzida e criada ilegalmente. A rotulagem e a informação, não sendo obrigatorias na sua precisão, deixam o consumidor desarmado na garantia da qualidade alimentar e da saúde pública.

O acesso à saúde, esse, cada vez é mais dificultado, com as terríveis listas de espera, as demoras para aceder a consultas de especialidade ou a falta de condições de assistência em muitas unidades de saúde. E, perante estas dificuldades, o Governo adopta medidas e manifesta intenções como a do encerramento de unidades de saúde, por exemplo a de Alhos Vedros, fragilizando ainda mais o sistema.

Na defesa de um melhor ambiente e de uma melhor qualidade de vida, os protestos e contestações não têm deixado de se manifestar durante os Governos do Partido Socialista — dos resíduos à co-incineração, agora em stand by, à localização de aterros, à betonização do litoral e

privatização de áreas do domínio público, à destruição de áreas protegidas, entre muitas outras fontes de protesto.

Sr Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo. Ficaram neste debate patentes e reflectidas muitas das insatisfações de ordem social que se vivem hoje em Portugal, fruto do desagrado profundo relativo às políticas prosseguidas pelo PS. Os cidadãos sentem hoje que as políticas do Governo não são desenvolvidas para servir as pessoas mas estão ao serviço de outros interesses mais limitados e muito mais distantes.

Sr. Primeiro-Ministro, mais cego é o que não quer ver do que o que não vê.

Aplausos de Os Verdes e do PCP

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr^{as} e Srs Deputados. Por este debate perpassaram três temas de relevantíssimo interesse nacional. São eles aqueles que se prendem com a autoridade do Estado, com os problemas sociais e, finalmente, com problemas que tocam de perto a nossa própria nacionalidade.

Relativamente a qualquer um destes temas, temos de dizer, com a objectividade necessária, que o Sr. Primeiro-Ministro, não obstante os dotes parlamentares que, felizmente, não perdeu, não conseguiu, em meu entender, dar resposta que sossegasse os parlamentares e, fundamentalmente, que sossegasse os portugueses.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador. — Em relação à autoridade do Estado, nada adiantou! E o Sr. Primeiro-Ministro sabe que são os juristas mais reputados que dizem que o Estado foi ferido em posições altamente sensíveis em relação à autoridade que tem de demonstrar um Estado de direito. Isto tem a ver com as polícias, e não apenas com os magistrados, com tudo aquilo que se passa em matérias sensíveis para a respeitabilidade do Estado e das instituições. Neste debate, não ficámos mais descansados sobre esse tema, porque nada foi dito.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador. — Mesmo a «interpelação» que o Sr. Ministro da Administração Interna fez ao Presidente do meu partido, com uma autoridade, seja-me permitido dizer, que devia exercer mais para fora do que para dentro, do que para aqui, para a Assembleia.

Aplausos do CDS-PP

Risos do Deputado do PSD Durão Barroso

... não só não nos esclareceu como nos deixou ainda mais preocupados.

Quanto àquilo que o Presidente do meu partido referiu como insensibilidade social, quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que sei que V. Ex.^a, no fundo, deve compreender que é tão importante para os portugueses acederem à Internet como os pobres acederem à justiça social.

Aplausos do CDS-PP

E a verdade, Sr Primeiro-Ministro, é que, em todas as matérias que foram trazidas a esta Assembleia para corrigir injustiças, matérias que se traduzem em injustiças gritantes no que toca aos militares, à reforma dos portugueses no ultramar, e que o seu partido disse que ia corrigir, até hoje nada. No que toca a tantas e tantas matérias que tocam de perto os portugueses mais desfavorecidos, Sr. Primeiro-Ministro, nada nesta Câmara foi aprovado ou, sequer, em alguns casos, e bem importantes, teve o benefício de baixar à comissão.

Compreende-se, por isso, que um ilustre fundador do seu partido tenha, há dias, declarado ou escrito, numa entrevista ao *Expresso*, algo que me deixou interessado. Falava ele no desnorte ultraliberal do campo socialista, confrontado com as posições mais moderadas e socialmente preocupadas de alguns dirigentes europeus conservadores. E dizia o Dr Mário Soares, é a ele que me refiro... .

Risos do CDS-PP

... o que passo a citar «Isto prova que, em tempos de globalização, os conservadores trocam com os socialistas e até parecem mais próximos das preocupações dos trabalhadores». Por alguma vez teria de estar de acordo com o Sr. Dr Mário Soares. É desta!

Aplausos do CDS-PP

O Sr José Magalhães (PS) — Já agora, leia o resto!

O Orador — Mas não é só em relação aos trabalhadores, é também em relação às classes mais desfavorecidas e à classe média, fundamentalmente, que V. Ex.^a continua surdo. E continua a pensar que se trata de demagogia, quando aqui, nesta Assembleia, muito legitimamente, se assume a voz tribunícia na defesa dessas populações, que merecem e devem ser defendidas.

Ainda em termos de insensibilidade social, Sr Primeiro-Ministro, aguardo, sinceramente, que o Sr Membro do Governo que irá intervir agora no encerramento, que julgo ser o «número dois» do Governo, o Sr Ministro Jorge Coelho,

Risos do CDS-PP e do PSD

fale numa matéria que, para nós, é essencial, que é a de saber se o Governo e o Sr Primeiro-Ministro, em particular. Aliás, Sr Primeiro-Ministro, se me permite, isto tem muito a ver, pessoalmente, com V. Ex.^a. V. Ex.^a entende ou não que a matéria relativa à descriminalização da droga num primeiro momento e, depois, eventualmente, à liberalização do consumo, deve ser objecto de referendo? Isto tem muito a ver com a consciência de V. Ex.^a, Sr Primeiro-Ministro.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Finalmente, e porque já disponho de pouco tempo, em termos de matérias que tocam com aspectos essenciais da nacionalidade, o Presidente do meu partido referiu um discurso lamentável, em nosso entender, do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha.

Ora, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros português, à SIC e ao *Diário de Notícias* de quarta-feira, 17 de Maio, disse o seguinte: «É recompensador ver que

estamos a caminhar no rumo certo e aguardo ansiosamente o avanço deste processo». Qual processo?! Com que legitimidade?! Consultando os portugueses?! Um Presidente da Europa?! Duas Câmaras da Europa?!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador: — Transformar Portugal num Estado federado, numa região da Europa? O Sr. Primeiro-Ministro não pode dizer que não ou, então, desmonta o seu Ministro.

Estamos a falar de coisas muito sérias, e espero que o Sr. Presidente da República, sobre este tema e sobre outros, dê a palavra que falta dar. Não chega vir aqui, na 25.^a hora, criticar o Governo, é necessário que se pronuncie sobre esta matéria.

Aplausos do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados. O Sr. Primeiro-Ministro propôs-nos um debate sobre «a situação política do País e a estratégia do Governo para Portugal», mas, na sua intervenção, aliás um discurso que não conseguiu esconder uma certa dose de nervosismo e de arrogância própria dos que inseguros se sentem,

Aplausos do PCP

Vozes do PS — Não apoiado!

O Orador — V. Ex.^a continuou a rejeitar a evidência das causas reais da movimentação e do protesto social, em particular dos trabalhadores, que são a questão central da situação política actual.

A verdade é que a análise da situação política do País e dos seus possíveis desenvolvimentos só pode ser feita com realismo se se tiverem na devida conta e consideração a actual onda de movimentações populares, de greves e de manifestações.

Se há movimentação social, se há greves — e muitas! — e se há manifestações de estudantes, é porque há descontentamento dos cidadãos. E se, simultaneamente, todos os estudos de opinião mostram o crescente descrédito do Governo e a queda acentuada da popularidade do Primeiro-Ministro, então não é possível escamotear que o descontentamento popular é com o Governo e contra as suas políticas.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador. — Porém, o Sr. Primeiro-Ministro continuou a não querer ver a realidade.

O que nos foi dado ver foi um Primeiro-Ministro mais preocupado com a sobrevivência do seu Governo do que com as razões dos portugueses e com a definição e concretização de um projecto claro e sustentado para o desenvolvimento económico e social do País.

O Primeiro-Ministro falou de uma realidade que só ele vê, de uma realidade virtual, inacessível aos cidadãos e desmentida pelo dia-a-dia que estes vivem.

A verdade é que a crise social que hoje se vive no País mostra que o Partido Socialista e o seu Governo não têm políticas e não procuram soluções para dar a justa e adequada satisfação às profundas preocupações, às legítimas reivindicações e às realistas aspirações dos portugueses

Vozes do PCP. — Muito bem!

E essa crise não se resolve com mais e mais promessas O descontentamento e o protesto sociais só poderão ser ultrapassados se for invertida a insensibilidade social do Governo, que se recusa a dar satisfação às reais preocupações e dificuldades dos trabalhadores. Não basta, Sr Primeiro-Ministro, a proclamação da compreensão pelas dificuldades dos cidadãos, o que é essencial, o que é necessário, é resolver essas dificuldades E, em relação a isso, o Sr Primeiro-Ministro nada adiantou Pior, disse que vai continuar tudo na mesma

Os trabalhadores pedem reposição do poder de compra V Ex^a responde-lhes com a *Internet* e «ciberpaleio» Convença-se, Sr Primeiro-Ministro, que o que desgasta o Governo do PS não é a falta de promessas como as que fez, é a falta de concretização

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador. — Enquanto lhes promete «ciberaumentos» no futuro, tira-lhes, agora, poder de compra.

Aplausos do PCP.

Diz-nos que se algum trabalhador da administração pública vier a perder poder de compra, no futuro será compensado. Repare, Sr. Primeiro-Ministro, o máximo que lhes promete, e a prazo, é o congelamento dos salários reais no ano corrente

O Sr Lino de Carvalho (PCP). — Muito bem!

O Orador — Manifestamente, V. Ex^a não apresenta resposta para os problemas, apenas tem discursos para a galena

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — O Sr Primeiro-Ministro mais uma vez enfatizou a responsabilidade exclusiva do exterior — os malvados da OPEP e do Banco Central Europeu — pelos males que a economia e a sociedade portuguesa sofrem, por isso não resisto a perguntar-lhe se vale a pena ter um Governo em Portugal

O Sr João Amaral (PCP). — Bem perguntado!

O Orador — O Sr Primeiro-Ministro veio falar-nos na inflação e disse-nos que só conhece a inflação pelos custos salariais, o que mostra a cartilha ideológica em que assenta a política governamental

Mas disse-nos, também, que as compensações que rapidamente deu às transportadoras foi para evitar o efeito multiplicador do aumento dos combustíveis na inflação, tendo-se esquecido de nos explicar, face a esta justificação, por que razão, e de acordo com o INE, por exemplo, o aumento dos combustíveis em Abril foi de 9,7% e os preços

dos transportes de passageiros, por via marítima e fluvial, aumentaram 21,9%. Sr Primeiro-Ministro, 21,9%!

Aplausos do PCP

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

Vozes do PCP — Não sabe!?

O Orador — Se tem dúvidas, vou buscar os elementos do INE!

Finalmente, o Primeiro-Ministro prometeu, mais uma vez, o aprofundamento da reforma fiscal, repetidamente adiada, e declarou, expressamente, que, até ao final desta sessão legislativa, apresentará na Assembleia a reforma relativa ao IRS

Sr. Primeiro-Ministro, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, faço-lhe, de imediato, um desafio: convença a sua bancada parlamentar a prolongar os trabalhos da Assembleia para além de 30 de Junho, pelo tempo suficiente..

O Sr Presidente. — Sr. Deputado, esgotou o seu tempo Peço-lhe que termine

O Orador — . para que a proposta do Governo e o projecto do PCP, que já cá se encontra, sejam debatidos e votados, de forma a que a reforma do IRS possa, e só assim poderá, ter efeitos já para o Orçamento do Estado do próximo ano.

Aplausos do PCP, de pé

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Há sete meses em falta grave perante o Parlamento, ao qual prometera um debate mensal, nunca concretizado, o Sr Primeiro-Ministro veio hoje aqui tentar inverter o sentimento de crescente desconfiança dos cidadãos face ao Governo Um Governo sem rumo, um Governo que se arrasta penosamente, sem uma orientação estratégica clara

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Como qualquer observador minimamente atento e isento, o Sr. Primeiro-Ministro sentiu que perdeu o apoio de grande parte dos eleitores que ainda apostaram no PS no passado mês de Outubro e tentou hoje, sem qualquer sucesso, recuperar dinâmica para este Executivo

No entanto, como ficou patente e notório, os dotes oratórios e a experiência parlamentar do Sr Primeiro-Ministro — devo dizer que hoje menos marcante do que usualmente, V Ex^a não está, manifestamente, em boa forma —

Risos do PS

... não bastaram sequer para atenuar a inclinação do plano descendente em que o Governo desliza

Aos portugueses já não bastam as palavras nem as promessas do PS Seriam precisas medidas concretas, ideias inovadoras. Seriam necessários gestos afirmativos de liderança, de responsabilização e de exercício da autoridade

democrática Seriam exigíveis verdadeiras reformas estruturais

Os portugueses não confundem mais a realidade concreta com a realidade virtual que lhes querem impingir

O Primeiro-Ministro fugiu às perguntas que lhe foram colocadas, mas debitou os números que lhe convinham, prometeu realizações e obras — e presumo que o Sr. Ministro do Equipamento vai prometer mais —, assegurou um futuro melhor e até, pretensiosamente, quis dar lições à oposição, mas não convenceu

O lamentável episódio do agravamento do preço dos combustíveis veio revelar, entre outras coisas, que o Governo age e determina-se em função de interesses estritamente partidários, ao sabor do calendário eleitoral, e os portugueses não toleram isso

A inconcebível teimosia da criação de comissários regionais, agora «travestidos» em subsecretários de Estado, é reveladora do designio manipulador do Governo, do desprezo pelo poder local e pela vontade popular expressa em referendo, bem como do despudor que caracteriza a ocupação maciça de cargos públicos pelo aparelho do PS

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr. Presidente, Srs. Deputados Bem procurou o Governo desviar as atenções, insinuando que este debate seria um teste às oposições. A tentativa foi hábil, mas excessivamente descarada para surtir efeito

Toda a gente sabe que é o Parlamento que fiscaliza o Governo e não o inverso, que é o Governo que depende do Parlamento e não o contrário, que foi o Governo que esteve em exame e não as oposições E o Governo não passou no exame de hoje.

De facto, a sua prestação, Sr. Primeiro-Ministro, foi uma desilusão

Protestos do PS

Foi totalmente insatisfatória na substância. Entrou aqui mal e saiu pior Pouco ou nada esclareceu

Do nosso lado, continuaremos a exercer responsávelmente a oposição que nos compete, na esperança de que — a bem do País — VV Ex^{as} saibam e possam fazer melhor daqui em diante

Ficamos à espera do Sr. Primeiro-Ministro já no dia 30 de Junho, para debater connosco o estado da Nação

Suspeito que o estado do Governo estará pior, então, do que está hoje Nós estaremos, certamente, mais fortes

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis

O Sr. Francisco de Assis (PS) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr^{as} e Srs. Deputados Creio que, hoje, fomos todos aqui convocados, aqueles que têm responsabilidades governativas, aqueles que aqui têm a função de sustentar, no plano parlamentar, o Governo e aqueles que aqui têm igualmente funções relevantes, enquanto partidos de oposição com representação parlamentar, para fazermos uma avaliação da actual situação política do País e para perspectivarmos o desenvolvimento de Portugal

E creio que, no final do debate, podemos, rigorosamente, concluir o seguinte que o Governo evidenciou, como, de

resto, o tem feito noutras circunstâncias, ser portador de um projecto para Portugal e ter a vontade e a determinação necessárias para lhes garantir plena execução Um projecto claramente ambicioso, um projecto que o Sr. Primeiro-Ministro muito bem definiu, quando o referenciou como um projecto de modernidade, mas também um projecto assente em pilares como a humanização e a justiça

Queremos modernizar Portugal É, aliás, curioso que, nesta Câmara, os representantes dos vários partidos reajam até em tom de chacota, quando o Governo de Portugal estabelece como uma prioridade nacional ganhar a batalha de uma nova revolução tecnológica, curiosamente num país que se caracteriza historicamente por ter sempre chagado atrasado às várias revoluções industriais e às várias revoluções tecnológicas

Aplausos do PS

Muitos dos atrasos com que hoje nos defrontamos ainda decorrem precisamente disto

Pela primeira vez na nossa história moderna e contemporânea, o tempo português é um tempo idêntico ao tempo europeu, pela primeira vez o País está dotado de um conjunto de instrumentos dos mais diversos pontos de vista que lhe permite estar no chamado «pelotão da frente» dos países que estão hoje a rasgar fronteiras de modernidade, justamente pelo recurso às novas tecnologias

Mas nós não somos daqueles que nos rendemos ao encanto infantil das novas tecnologias Sabemos que as novas tecnologias podem ser bem ou mal aproveitadas, que as novas tecnologias, tal como as velhas, tanto podem aumentar as desigualdades como podem reforçar a coesão social e a igualdade entre os portugueses, por isso mesmo o Governo foi claro, o Primeiro-Ministro foi claro quando disse aqui à Câmara e ao País que tem a preocupação central de democratizar o acesso às novas tecnologias, para que, daqui a 20 ou 30 anos, aqueles que têm agora 10 ou 15 anos não estejam divididos entre os portugueses que são capazes de competir e os portugueses que estão condenados a um estatuto de marginalidade, entre os portugueses que têm um nível de vida idêntico ao dos demais europeus e os portugueses que estão condenados a viver na mais absoluta das subalternidades

Se é preciso um designio social, ai está o designio social! E, de facto, é estranho que forças políticas situadas à nossa esquerda não sejam sensíveis a este aspecto, não sejam sensíveis a este designio, que, de resto, até se pode inscrever nas linhas das vossas doutrinas oficiais

Por outro lado, um Governo com vontade e um Governo determinado O Sr. Primeiro-Ministro não fez, contrariamente àqueles que aqui falaram em nome das várias oposições, um discurso retórico vazio, não fez apenas grandes proclamações, enunciou medidas concretas, disse em concreto aquilo que este Governo está a fazer

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Fez promessas!

O Orador: — São promessas, é certo, Sr.^a Deputada! Mas são promessas credíveis, na medida em que as promessas anteriores estão todas a ser cumpridas!

Aplausos do PS

Protestos do PSD e do CDS-PP

Este Governo merece o benefício da confiança por isso mesmo Aliás, este Governo, entre outras coisas, tem-se especializado em demonstrar a falsidade das perspectivas catastrofistas habitualmente enunciadas pela Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O Governo merece-nos, por isso, confiança em áreas fundamentais Na que já foi referida, ou seja, das novas tecnologias, na saúde, um tema fundamental, em que foram anunciadas medidas concretas, e noutras áreas

Como está a terminar o tempo de que disponho, quero apenas salientar um aspecto que ainda aqui não foi referido e uma questão vital políticas e cidades

Em Portugal, nunca verdadeiramente existiu uma política de cidades, e hoje esse é um dos temas centrais do pensamento político contemporâneo e é hoje uma das questões centrais das governações nos países mais desenvolvidos Hoje, é provavelmente dentro das cidades, tendo em vista questões de ordenamento do território, tendo em vista a ocupação do espaço e a utilização do mesmo, que se reconstituem velhas clivagens sociais

Ora, um pensamento socialista moderno, com aspectos de terceira via, com outros aspectos e com incorporação de todos os contributos teóricos, porque, dogmaticamente, não rejeitamos nada desse ponto de vista, é um pensamento absolutamente voltado para a cidade

O Sr Presidente — Sr Deputado, terminou o seu tempo

O Orador — A terminar, quero saudar o Governo, e em particular o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, pelo esforço, pela competência e pela inteligência em aprovar esta decisão

Sr Primeiro-Ministro, conte com esta bancada O País pode contar connosco

Aplausos do PS

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, em representação do Governo, tem a palavra o Sr Ministro da Presidência e do Equipamento Social

O Sr Ministro da Presidência e do Equipamento Social (Jorge Coelho) — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Do debate que acabou de ter lugar é possível tirar três conclusões

Vozes do PSD, do PCP e do CDS-PP — Só?

O Orador — Parece que hoje tomaram Prozac!

Risos

A primeira, a de que o Governo tem um projecto para o País, está a tomar as medidas necessárias, mesmo que algumas tenham de ser impopulares, quer cumprir a Legislatura e deverá ser julgado no final dos quatro anos, como acontece nas democracias consolidadas

Aplausos do PS

Continuaremos a transformar Portugal, para termos uma sociedade mais solidária, mais justa e mais avançada

A segunda conclusão é que as oposições, e em particular o maior partido da oposição, o PSD, não apresentaram unha única ideia, apostam apenas no desgaste da governação, mesmo prejudicando os portugueses, só para satisfazerem a ânsia do poder

Aplausos do PS

É dizer mal! Dizer mal! Destruir! Destruir! De positivo, zero!

A terceira conclusão é a de que o líder do maior partido da oposição aposta na radicalização, esquecendo verdadeiramente os interesses reais do País Verdade se diga que a falta de interesse é recíproca, porque os portugueses, como se sabe, também lhe dão pouca importância!

Aplausos do PS

E quando hoje, neste debate, admite aquilo que toda a sociedade já viu, que não é bom líder da oposição, com sinceridade lhe digo, Sr Deputado Durão Barroso quem não tem força, quem não tem ânimo, quem não tem convicção para ser líder da oposição também não terá para ser Primeiro-Ministro, porque nunca lá chegará

Aplausos do PS

O Governo assume-se como um factor de estabilidade e, como tal, não intimia a oposição a apresentar uma moção de censura Mas, ao ouvir a intervenção catastrofista do Sr Deputado Durão Barroso, fiquei sinceramente convencido de que, no fim, iria fazer, mais uma vez — porque já a fez várias vezes —, a vontade ao Dr Alberto João Jardim, apresentando no Parlamento, hoje, uma moção de censura

Inconsequência, receio ou certeza de que o País real quer que o Governo e o PS governem durante a Legislatura, quer que o Engº António Guterres continue como Primeiro-Ministro e, como acontece em todas as democracias consolidadas, seja julgado no fim da Legislatura É isto que está em causa!

Aplausos do PS

Quanto à primeira conclusão, pelo que foi afirmado neste debate, e mais ainda pelo que está a ser feito, os portugueses percebem que o Governo está a trabalhar no desenvolvimento e no bem-estar de todos os que vivem em Portugal Os portugueses sabem isso! E, no dia-a-dia, apercebem-se também de que o desemprego é dos mais baixos desta década, há 40 meses que baixa, de que a economia está a crescer, de que a educação está a melhorar, de que as reformas mais baixas e degradadas estão a ser recuperadas

Protestos do PSD

Como ainda não chegou a altura de os Srs Deputados do PSD fazerem esses sons para o seu líder — o que, mais dia menos dia, vão fazer —,

Risos do PS

estão a ensaiar comigo! Deixem isso para os congressos, que vos fica melhor!

Aplausos do PS.

Os portugueses sabem que nem tudo pode ser feito num dia. Sabem que estamos a apostar num futuro melhor para os seus filhos, com a aposta na sociedade da informação e na criação de infra-estruturas que vão ser determinantes no próximo milénio, como é o caso do novo aeroporto, das rodovias, do comboio de alta velocidade, da requalificação urbana das cidades.

*Aplausos do PS**Risos do PSD e do CDS-PP*

Estamos a apostar no futuro de Portugal, com projectos e obras que são determinantes para as próximas gerações e que queremos levar até ao fim. Queremos cumprir a Legislatura, queremos deixar obra feita para, nessa altura, os portugueses nos julgarem. Somos um Governo com rumo, um Governo com orientação estratégica, que sabe o que quer e que sabe que vai ter êxito na sua acção.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Está a navegar na Internet!

O Orador — Se este é o nosso grande objectivo, para a oposição esta é a grande dificuldade. Enquanto nós queremos seguir este caminho, a oposição interessa-se mais em salientar e fomentar as dificuldades do percurso, porque tem medo do confronto quando o Governo atingir as suas metas. Por isso, quer fazer tudo para impedir o País e o Governo de as concretizar. E tanto assim é que, mesmo quando o Governo foi obrigado a tomar medidas impopulares, mas necessárias, os portugueses não alinharam no que alguns pretendiam que fosse o derrube do Governo.

É reconhecido que as dificuldades provocadas pelo aumento dos combustíveis e das taxas de juro originaram descontentamento — sabêmo-lo! No entanto, contrariamente ao desejo de alguns partidos, os portugueses continuam a fazer uma avaliação positiva da actuação do Governo, sabendo que continuamos, com determinação e com convicção, a tudo fazer nesta legislatura para cumprir os objectivos que assumimos com os portugueses.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador: — É fácil perceber porquê os portugueses confiam no Primeiro-Ministro, sabem que o Governo está empenhado no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

Conforme se verificou neste debate, as oposições não apresentaram ideias alternativas nem apontaram caminhos realistas. A aposta das oposições é fomentar o desgaste do Governo! Estão no seu pleno direito! Só que, em muitas circunstâncias, esta postura sai-lhes ao contrário a ânsia do poder impede as oposições de assumirem uma postura construtiva e empenhada no bem-estar do País.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O próprio líder do PSD já o afirmou, e passo a citar: «a melhor forma que o PSD hoje tem de contribuir para o País não é melhorar as propostas do Governo ou corrigir alguns dos seus aspectos». O líder do maior partido da oposição prefere ser radical. É tão radical

que, em 8 de Fevereiro deste ano, criticou a presidência portuguesa da União Europeia para, exactamente dois meses depois, afirmar que António Guterres teve um bom desempenho enquanto Presidente da União Europeia! A mudança não foi da presidência portuguesa, foi do Sr. Deputado Durão Barroso, que, perante a opinião pública generalizada, foi atrás e tentou colar-se à evidência!

Aplausos do PS.

É no que dá quando não se têm ideias nem um projecto consistente! O próprio líder do PSD o reconheceu quando, nessa mesma data afirmou, e volto a citar: «o problema do PSD é a falta de união e de rumo».

Esta postura radical vai, no entanto, mais longe e, em alguns casos, chegou a pôr em causa o prestígio de Portugal: quando se negociaava a realização da Cimeira União Europeia e África, nesta fase difícil, quem levantou a voz a criticar o Governo português? O líder do PSD! Foi pena, depois ter ficado calado aquando da realização da Cimeira, quando se concretizou uma das apostas importantes, como disse, da presidência portuguesa.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — A atitude, meramente oportunista, de correr atrás das manchetes dos jornais e a precipitação de falar sobre tudo e sobre nada só podem provocar resultados deste género. Até dentro do PSD, como é sabido, é tirada permanentemente conclusão idêntica ao que estou a dizer.

Vozes do PSD — Isso não é verdade!

O Orador — Alguns dos Deputados que agora dizem «não é verdade» são os que mais o criticam, como sabe!

Risos e aplausos do PS

Aliás, é curioso verificar que, nos últimos dias, a principal actividade no interior do maior partido da oposição é a de dar um prazo de validade à liderança do partido: uns dão seis meses, outros dão seis dias, cujo exame termina hoje! O resultado está à vista. Mas, quanto a notas de exames, essa não é a nossa especialidade nem a nossa preocupação, o que nos preocupa é o bem-estar dos portugueses. Por isso, esperamos e desejamos uma oposição construtiva, uma oposição que possa melhorar as nossas propostas, que viabilize até ao final desta sessão legislativas, entre outras medidas, a reforma da segurança social, a reforma do sistema eleitoral, a reforma fiscal e também a aprovação do sindicato para a polícia.

Esperamos e desejamos uma oposição que saiba resistir à tentação de eleições antecipadas, porque começam já a surgir sinais de alguns que estão a apostar numa crise nos tempos próximos. No entanto, seja qual for a postura da oposição, o Governo continuará a tudo fazer para ultrapassar as dificuldades e para se apresentar com obra feita aos portugueses no final da Legislatura.

O Sr. Presidente — Terminou o seu tempo, Sr. Ministro. Faça o favor de concluir.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Uma obra que se traduz em mais desenvolvimento, na melhoria da qualidade de vida e, acima de tudo, na

preparação e qualificação dos mais novos para os desafios do século XXI Estou certo de que vamos cumprir-lo

Aplausos do PS, de pé

O Sr Presidente. — Srs Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje

A próxima sessão realizar-se-á amanhã, pelas 15 horas, com período de antes da ordem do dia, e constando da ordem do dia a discussão da proposta de lei n.º 22/VIII e dos projectos de lei n.ºs 201/VIII(PCP), 207/VIII(BE) e 73/VIII(PS).

Srs Deputados, está encerrada a sessão

Eram 19 horas e 20 minutos

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Manuel Castro de Almeida
Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS) -

Alberto Bernardes Costa
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
Maria Isabel da Silva Pires de Lima

Partido Social Democrata (PSD)

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
João Bosco Soares Mota Amaral
Pedro Manuel Cruz Roseta

Rectificação ao n.º 54, de 14 de Abril de 2000

Na pág 2180, 2.º cl, l. 21, onde se lê «Aplausos do PCP» deve ler-se «Aplausos do PS»

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 480\$00 (IVA INCLUIDO 5%)